



We
Choose
Earth

EDP Brasil
Demonstrações Financeiras
2024

Lucro Líquido: R\$ 2,5 bilhões	EBITDA: R\$ 4,8 bilhões	Ativo Total: R\$ 38,6 bilhões	ROL: R\$ 17,4 bilhões
-----------------------------------	----------------------------	----------------------------------	--------------------------

www.edp.com

f. lopes

EDP – Energias do Brasil S.A.
Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos para o Grupo EDP em nível global. Na América do Sul, como consequência do processo de fechamento de capital da empresa no Brasil, fortalecemos nossa integração com as atividades da EDP Renováveis, o que consolidou a EDP South America como um hub estratégico e permitiu aprimorar a sinergia e a eficiência das nossas operações na região. Esse movimento reforça o nosso compromisso com a transição energética e, por meio de um plano de investimentos que prevê o aporte em torno de 7 bilhões nos próximos 2 anos, seguiremos acelerando a descarbonização do setor elétrico, ampliando nossa presença em projetos solares e eólicos e fortalecendo a nossa atuação no segmento de redes. Em Distribuição, o ano foi marcado por desafios e marcos importantes na principal avenida de investimentos da Companhia na região. Por um lado, os eventos climáticos extremos que atingiram nossas áreas de concessão da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo durante o ano evidenciaram a exigência por um sistema cada vez mais preparado, com redes resilientes, robustas e seguras, de forma a garantir um atendimento com qualidade e segurança aos nossos clientes. Nesse sentido, em 2024, realizamos investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão e anunciamos o contínuo investimento de cerca de R\$ 10 bilhões até 2030 nas áreas de concessão, focados nos pilares de atendimento ao cliente, resiliência da infraestrutura energética, digitalização e modernização de equipamentos, implantação de novas tecnologias e sistemas automatizados, além de uma atuação para a redução de perdas de energia. Outro marco importante foi a publicação, em junho, do decreto que regula o processo de prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil, e que assegura a manutenção da EDP com as concessões do Espírito Santo e São Paulo. O decreto é especialmente relevante para a EDP ES, uma vez que prevê um fast track para sua renovação, que tem vencimento em 2025. Adicionalmente, o documento reflete a evolução do segmento de distribuição além de aumentar o nível de exigência de entrega a fim de garantir mais qualidade aos clientes, um avanço positivo para a sociedade e todas as contrapartes envolvidas. Apresentando indicadores de qualidade de serviço e de solidez financeira compatíveis com os critérios estabelecidos pelo decreto, estamos comprometidos e confiantes de que, em 2025, daremos importantes passos para a concretização deste processo, bem como para a ampliação da nossa atuação no segmento. Já na Transmissão, fortalecemos nossa presença no setor com uma participação bem-sucedida no Leilão ANEEL 01/2024, conquistando os lotes 2, 7 e 13 no certame. Além disso, avançamos na energização dos Lotes 1 e 2, dos Leilões ANEEL 001/2021 e 002/2022, respectivamente com mais de 3 anos de antecipação. Estes projetos, além de ampliarem a presença da Companhia em diferentes estados do Brasil, são fundamentais para garantir a segurança energética do país, contribuindo diretamente para a eficiência e confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). O crescimento das ocorrências do *curtailment* no Brasil em 2024 tornou ainda mais latente a necessidade de acelerar a expansão das conexões regionais deste país continental através das

linhas de transmissão. Cientes da importância do segmento para o crescimento e modernização do setor elétrico na região, e diante da ampla experiência da companhia no segmento, a EDP segue atenta a novas oportunidades, consolidando a Transmissão como um pilar prioritário na estratégia de seu crescimento na América do Sul. Na Geração, avançamos na transição energética com um portfólio diversificado e alinhado ao compromisso com a descarbonização. Mantemos a excelência operacional em nossas usinas hídricas, com foco na segurança e confiabilidade. No segmento solar, expandimos nossa presença na Geração Distribuída com a energização de 25 usinas ao longo do ano, que totalizam 175.371 MWh de capacidade instalada. Esse movimento reforça nossa estratégia de crescimento no setor. Celebramos outros marcos importantes no ano, como a consolidação da nossa presença no Chile com a inauguração do Parque Eólico Punta de Talca e, no Brasil, a entrada em operação de Catanduba Eólico, Monte Verde Solar e a energização de Novo Oriente Solar. Todos os projetos registraram um desempenho excepcional em segurança do trabalho, com resultados acima das expectativas e atendendo aos prazos planejados. Mesmo diante das instabilidades do mercado, seguimos avançando com a construção de dois novos projetos no Brasil, reforçando nossa estratégia de expansão da energia limpa e renovável. Nosso compromisso com ESG permanece inabalável. Em 2024, investimos mais de R\$ 30 milhões, por meio de verba direta e incentivada, em projetos de impacto social e ambiental. Essas iniciativas, voltadas para a transição energética, acesso à educação, cultura, saúde e lazer, beneficiaram diretamente mais de 60 mil pessoas nas regiões e comunidades impactadas por nossos ativos. Nesse sentido, reforçando nossa ambição de sermos 100% verdes até 2030, acreditamos que a transição energética justa passa pelo engajamento coletivo e pela inovação, e seguiremos liderando essa transformação com responsabilidade social e visão de longo prazo. O ano de 2024 foi essencial para a integração e consolidação da EDP South America. Com vossa energia, fortalecemos nossa presença e criamos oportunidades de crescimento sustentável, reafirmando a atuação da Companhia na América do Sul. Nesse sentido, gostaria de agradecer a todos que contribuíram para essas conquistas ao longo de 2024 – nossos stakeholders internos e externos. Em 2025, continuaremos investindo, inovando e vislumbrando oportunidades em diversas frentes de negócio, reafirmando a importância estratégica da região para o crescimento sustentável do Grupo. Os desafios das mudanças climáticas e da transição energética justa exigem ações decisivas, e estamos preparados para enfrentá-los com resiliência e visão de futuro. Seguiremos comprometidos em promover o desenvolvimento econômico e sustentável nas comunidades onde atuamos, deixando um legado positivo e duradouro para a sociedade.

João Marques da Cruz
CEO EDP South América

1. CONSOLIDADO

1.1 Resultado Consolidado

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024
Receita Líquida¹	1.087.549	-	10.272.752	3.027.131	1.222.504	(700)	997.084	5.074	(1.213.315)	15.398.079
Receita de Construção	-	-	1.499.739	-	595.868	-	-	-	-	2.095.607
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(46.497)	-	-	-	-	(46.497)
Gastos Não-Gerenciáveis	(238.755)	-	(6.317.206)	(2.921.137)	-	(4.260)	(803.546)	-	1.210.219	(9.074.685)
Margem Bruta	848.794	-	3.955.546	105.994	1.176.007	(4.960)	193.538	-	(3.096)	6.276.897
Gastos Gerenciáveis⁵	(222.007)	-	(3.321.450)	(21.884)	(731.467)	(149.014)	(197.212)	(13.030)	(65.049)	(4.721.113)
PMSO	(67.832)	-	(1.028.004)	(18.619)	(126.136)	(122.159)	(129.758)	(13.012)	(6.250)	(1.511.770)
Provisões	(515)	-	(229.984)	(964)	(1.105)	5.414	(9.276)	(18)	-	(236.448)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(130)	-	(113.222)	-	(4.662)	-	(807)	-	-	(118.821)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	346.375	-	-	-	346.375
EBITDA	780.317	-	2.584.336	86.411	1.044.104	224.670	53.697	(7.956)	(9.346)	4.756.233
Depreciação e Amortização	(153.530)	-	(450.501)	(2.301)	(3.696)	(22.898)	(57.371)	-	(68.170)	(758.467)
Resultado das Participações Societárias	140.789	-	-	177.267	-	1.996.064	-	231.334	(2.219.535)	325.919
Resultado Financeiro Líquido	(132.901)	-	(665.172)	(77.220)	(282.013)	89.164	(298)	(174.974)	-	(1.243.414)
IR e Contribuição Social	(160.658)	-	(178.198)	11.221	(167.653)	3.987	(1.963)	(122.760)	5.347	(610.677)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	474.017	-	1.290.465	195.378	590.742	2.281.616	(5.935)	(74.356)	(2.282.333)	2.469.594
Participações de Minoritários	(179.656)	-	-	-	(8.322)	-	-	-	-	(187.978)
Lucro Líquido do Exercício	294.361	-	1.290.465	195.378	582.420	2.281.616	(5.935)	(74.356)	(2.282.333)	2.281.616

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Receita Líquida¹	1.048.105	953.441	9.534.686	3.046.909	1.288.196	5.667	671.819	-	(944.384)	15.604.439
Receita de Construção	-	-	1.662.362	-	555.068	-	-	-	-	2.217.430
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(29.240)	-	-	-	-	(29.240)
Gastos Não-Gerenciáveis	(154.545)	(186.318)	(5.915.030)	(2.882.173)	-	-	(532.697)	-	940.508	(8.730.255)
Margem Bruta	893.560	767.123	3.619.656	164.736	1.258.956	5.667	139.122	-	(3.876)	6.844.944
Gastos Gerenciáveis⁵	(213.152)	(271.946)	(3.344.040)	(21.472)	(824.464)	(770.678)	(124.229)	(32.759)	17.383	(5.585.357)
PMSO	(57.146)	(118.138)	(956.398)	(18.293)	(268.838)	(135.056)	(88.723)	(7.735)	4.072	(1.646.255)
Provisões	(4.954)	(1.174)	(204.351)	(2.559)	(1.678)	(1.201)	(1.386)	-	-	(217.303)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	86	1.692	(144.274)	(1.232)	2.206	(38.193)	311	-	2.645	(176.759)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	(144.454)	-	-	8.667	(135.787)
EBITDA	831.546	649.503	2.314.633	142.652	990.646	(313.237)	49.324	(7.735)	11.508	4.668.840
Depreciação e Amortização	(151.138)	(154.326)	(376.655)	(1.852)	(1.086)	(596.228)	(34.431)	(25.205)	13.311	(1.327.610)
Resultado das Participações Societárias	75.910	351	-	98.330	-	1.878.573	-	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado Financeiro Líquido	(106.099)	(175.915)	(770.576)	(79.491)	(362.291)	104.197	(970)	(298.476)	-	(1.689.621)
IR e Contribuição Social	(191.594)	(42.776)	(312.473)	(13.143)	(137.360)	99.280	(5.612)	74.434	(2.044)	(531.288)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	458.625	276.837	854.929	148.960	489.909	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Participações de Minoritários	(205.806)	-	-	-	(6.716)	-	-	-	-	(212.522)
Lucro Líquido do Exercício	252.819	276.837	854.929	148.960	483.193	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	3,8%	-100,0%	7,7%	-0,6%	-5,1%	n.d.	48,4%	n.d.	28,5%	-1,3%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	-9,8%	n.d.	7,4%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-5,5%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	59,0%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	59,0%
Gastos Não-Gerenciáveis	54,5%	-100,0%	6,8%	1,4%	n.d.	n.d.	50,8%	n.d.	28,7%	3,9%
Margem Bruta	-5,0%	-100,0%	9,3%	-35,7%	-6,6%	n.d.	39,1%	n.d.	-20,1%	-8,3%
Gastos Gerenciáveis⁵	4,2%	-100,0%	-0,7%	1,9%	-11,3%	-80,7%	58,7%	-60,2%	n.d.	-15,5%
PMSO	18,7%	-100,0%	7,5%	1,8%	-53,1%	-9,5%	46,3%	68,2%	n.d.	-8,2%
Provisões	-89,6%	-100,0%	12,5%	-62,3%	-34,1%	n.d.	569,3%	n.d.	n.d.	8,8%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	n.d.	-100,0%	-21,5%	-100,0%	n.d.	-100,0%	n.d.	n.d.	-100,0%	-32,8%
Ganho na Alienação de Investimento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-100,0%	n.d.
EBITDA	-6,2%	-100,0%	11,7%	-39,4%	5,4%	n.d.	8,9%	2,9%	-181,2%	1,9%
Depreciação e Amortização	1,6%	-100,0%	19,6%	24,2%	240,3%	-96,2%	66,6%	-100,0%	n.d.	-42,9%
Resultado das Participações Societárias	85,5%	-100,0%	n.d.	80,3%	n.d.	6,3%	n.d.	33,4%	13,1%	23,1%
Resultado Financeiro Líquido	25,3%	-100,0%	-13,7%	-2,9%	-22,2%	-14,4%	-69,3%	-41,4%	n.d.	-26,4%
IR e Contribuição Social	-16,1%	-100,0%	-43,0%	n.d.	22,1%	-96,0%	-65,0%	n.d.	n.d.	14,9%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	3,4%	-100,0%	50,9%	31,2%	20,6%	94,6%	n.d.	-23,0%	18,3%	78,3%
Participações de minoritários	-12,7%	n.d.	n.d.	n.d.	23,9%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-11,5%
Lucro Líquido do Exercício	16,4%	-100,0%	50,9%	31,2%	20,5%	94,6%	n.d.	-23,0%	18,3%	94,6%

1 Não considera receita de construção. ² Considera EDP Smart Energia e EDP Smart Serviços. ³ Considera PCH Santa Leopoldina e EDP Ventures. ⁴ Considera eliminações intragrupo. 5 Gastos Gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

1.1.1 Margem Bruta

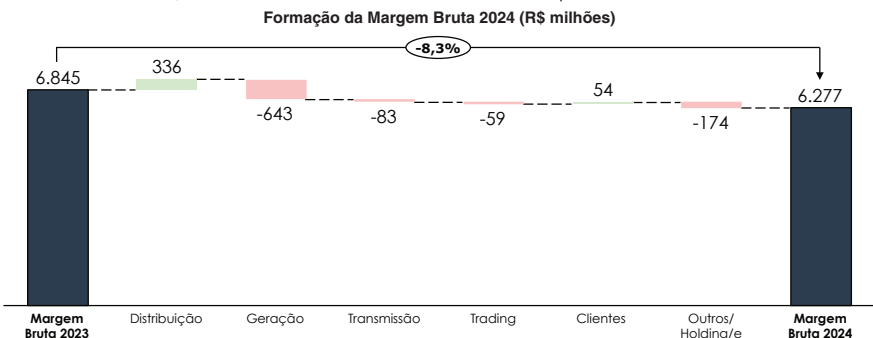
Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2024	2023	Var
Receita Operacional Líquida	15.351.582	15.575.199	-1,4%
Gastos Não Gerenciáveis	(9.074.685)	(8.730.255)	3,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.540.970)	(7.025.546)	7,3%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.494.024)	(1.554.069)	-3,9%
Outros	(39.691)	(150.640)	-73,7%
Margem Bruta	6.276.897	6.844.944	-8,3%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Margem Bruta reduziu 8,3% em comparação ao mesmo período do ano de 2023, decorrente principalmente por:

- (i) **Distribuição:** aumento de R\$ 336 milhões, decorrente do impacto de maior mercado, efeito de tarifa e de sobrecontratação;
(ii) **Transmissão:** redução de R\$ 83 milhões, principalmente por efeito da desconsolidação dos Lote 18 (em fev/24) e MGTE (em mai/24);

- (iii) **Geração:** redução de R\$ 643 milhões, decorrente da venda de 80% do capital social de Pecém em dezembro de 2023;
(iv) **Trading:** redução de R\$ 59 milhões, competitividade pressiona recomposição da carteira e volatilidade dos preços futuros de energia; e
(v) **Clientes:** aumento de R\$ 54 milhões, devido a entrada de novos contratos arrendamento operacional.



...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

1.1.2 Gastos Gerenciáveis			
Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2024	2023*	Var
Pessoal	(619.299)	(613.961)	0,9%
Material	(59.868)	(58.912)	1,6%
Serviços de Terceiros	(660.336)	(591.612)	11,6%
Provisões	(236.448)	(216.129)	9,4%
Outros	(172.267)	(263.632)	-34,7%
Total PMSO com Provisões	(1.748.218)	(1.744.246)	0,2%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(1.511.770)	(1.528.117)	-1,1%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(118.821)	(178.451)	-33,4%
Custo com Construção da Infraestrutura	(2.095.607)	(2.217.430)	-5,5%
Depreciação e Amortização	(758.467)	(1.173.284)	-35,4%
Gastos Gerenciáveis	(4.721.113)	(5.313.411)	-11,1%

*Excluindo valores de PMSO referentes a Pecém

Os principais itens que influenciaram o PMSO, desconsiderando Pecém:

(i) Pessoal: Correção salarial conforme ACT e maior custo com Horas Extras, mitigado pela reversão do Benefício pós emprego na EDP ES e por menores custos com Remuneração dos Administradores;

(ii) Material: Materiais para Manutenção, conservação e reparação do sistema elétrico;

(iii) Serviços de Terceiros: Manutenções nas distribuidoras para atendimento de contingências; reajustes contratuais e aumento de custos de TI (licenças);

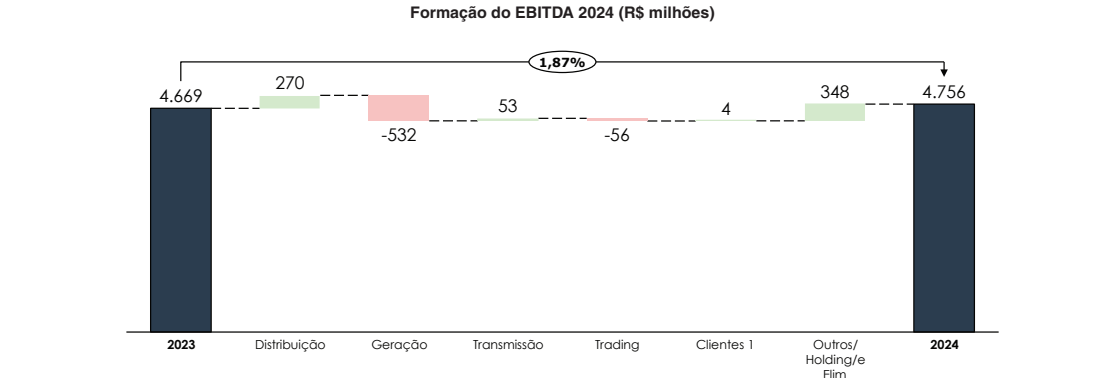
(iv) Provisões: Contingência regulatória na EDP SP relacionada aos eventos climáticos ocorridos em Fev/23 em São Sebastião;

(v) Outros: Variação decorrente da alteração de premissa de WACC na Revisão Tarifária ocorrida em 2023 nas Transmissoras com ganho na Receita. A Companhia diminuiu seus gastos gerenciáveis em 11,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Além dos pontos mencionados acima, foram adicionados os efeitos de custo de construção e depreciação. No ano de 2023 houve o impacto da reclassificação de todos os ativos e passivos de Pecém como Ativo não circulante mantido para venda. De acordo com o CPC 31, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Essa reclassificação teve um impacto negativo no valor total de R\$ 577 milhões.

Itens em R\$ Mil ou %	2024	2023	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	85.235	87.925	3,1%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	2.255	(2.063)	-209,3%
São Manoel (33,33%) ¹	688	(9.601)	-107,2%
Celesc (29,90%) ¹	185.031	192.966	-4,1%
Pecém	52.611	-	100,0%
Outros ²	-	(4.441)	-100,0%
Resultado das Participações Societárias	325.820	264.786	23,1%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza os balancetes contábeis com defasagem de dois meses em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém, Pecém TM, Pecém OM, Mabe e Blue Sol. O aumento do Resultado das Participações Societárias reflete a venda de 80% do capital social de Pecém, resultando na desconsolidação do negócio do grupo e adição dos 20% restantes, ainda detidos pela Companhia, à linha de Resultado das Participações Societárias.

1.1.4 EBITDA



O EBITDA foi de R\$ 4,8 bilhão, aumento de 1,9%, além dos efeitos mencionados anteriormente, é importante ressaltar o impacto positivo de R\$348 milhões na holding e negativo de R\$ 532 milhões em geração resultantes da mais valia e da desconsolidação de Pecém, respectivamente.

Itens em R\$ Mil ou %	2024	2023	Var
EBITDA	4.756.233	4.668.840	1,9%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(356.010)	(351.058)	1,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(1.044.104)	(990.646)	5,4%
EBITDA Regulatório Transmissão	420.765	780.041	-46,1%
EBITDA Ajustado Recorrente	3.776.884	4.107.177	-8,0%
Resultado das Participações Societárias	325.820	264.786	23,1%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	5.082.053	4.933.626	3,0%

Nota: O EBITDA Regulatório da Transmissão pode sofrer alterações decorrente de ajustes de PIS/COFINS

O EBITDA Ajustado, pelos efeitos não recorrentes e não caixa, foi de R\$ 3,8 bilhão, redução de 8,3%. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 5,1 bilhão com aumento de 2,8%.

1.1.5. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	2024	2023	Var
Receita Financeira	1.018.037	725.745	40,3%
Juros e variações monetárias	736.768	598.168	23,2%
Outros	281.269	127.577	120,5%
Despesa Financeira	(2.261.451)	(2.415.366)	-6,4%
Encargos de Dívidas	(1.873.801)	(2.064.783)	-9,2%
Outros	(387.650)	(350.583)	10,6%
Total	(1.243.414)	(1.689.621)	-26,4%

O resultado financeiro reduziu em 26,4%, principalmente pelo impactado da redução de juros e variações monetárias por menor custo de Dívida, adicionado aos efeitos de outras receitas impactado por:

(i) restituição de créditos de PIS/COFINS retidos na fonte na Trading;

(ii) atualização financeira da ação proferida a favor da Funcesp sobre saldos de aposentadorias e pensão;

(iii) atualização da receita com valor justo de investimento compontos na Venture;

(iv) atualizações monetárias sobre o contas a receber maior, principalmente pelo efeito Samarco (2015). Samarco entrou em recuperação judicial em 2021. Durante esse processo, foram incluídos os recebíveis de energias de demanda contratual não faturadas devido a uma lininar impeditiva. Em 2024 houve a religação da energia e em 13 de setembro de 2024, obtivemos êxito no recebimento dos valores atualizados.

1.1.6. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS)

O IR/CS foi de R\$ 611 milhões, aumento de 15%, decorrente do maior resultado entre os períodos, adicionados aos efeitos das adições e exclusões à base de cálculo, reconhecimento da baixa dos impostos diferidos (Sta Leopoldina) registrados em exercícios sociais anteriores e por fim, reflexo da redução ao valor recuperável de Pecém que impactou o imposto corrente, sem reconhecimento do diferido nas informações contábeis intermediárias. Este não reconhecimento poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

1.1.7. Lucro Líquido

O Lucro Líquido foi de R\$ 2.282 milhões, aumento de 94,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impactado, principalmente, pelo reconhecimento em 2024 da mais valia de R\$ 374 milhões resultante da venda do Lote 18 (no 1º trimestre) e Lote 23 (Lote MGTE no 2º trimestre), e adicionalmente, o ano 2023 foi impactado no primeiro semestre pela reclassificação de todos os ativos e passivos de Pecém como Ativo não circulante mantido para venda. De acordo com o CPC 31, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Essa reclassificação teve um impacto negativo no valor total de R\$ 577 milhões.

1.2. Endividamento

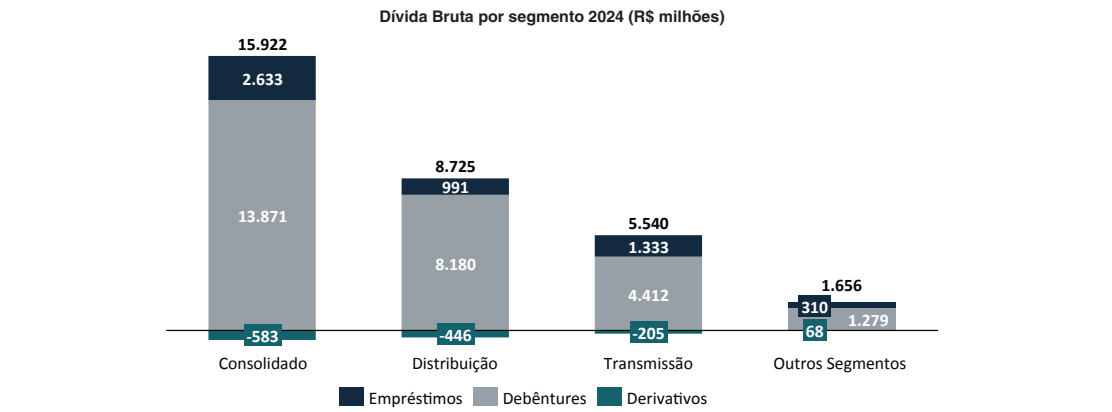
1.2.1. Dívida Bruta

A Companhia finalizou o trimestre com Dívida Bruta de 'R\$ 15,9 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,1 bilhão. A Companhia realizou captações de recursos em suas Controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo no período, com o objetivo de realizar ou reembolsar investimentos, e na Enerpeixe, com o objetivo, alongar o prazo médio da dívida e garantir capital de giro para suas operações.

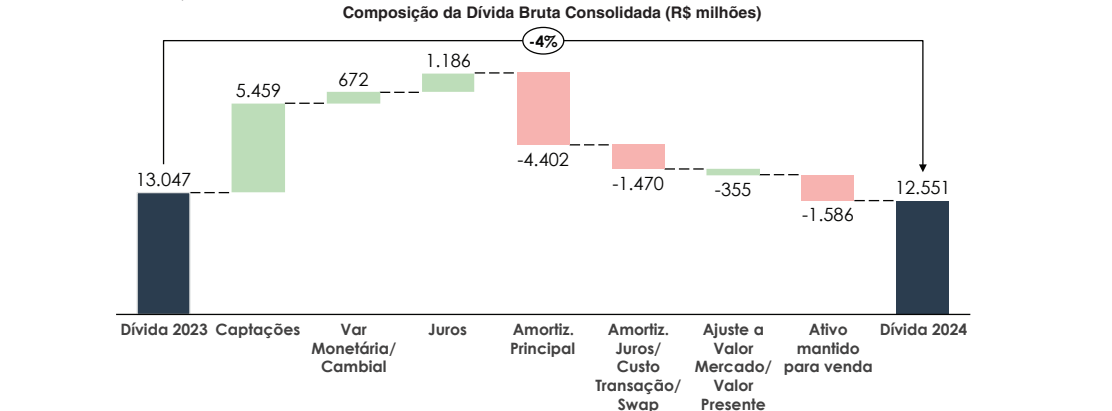
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.227.579	1.792.587	4.217.535	3.435.221
Títulos e valores mobiliários	6			1.988	4.173
Títulos a receber	17	21.519	19.101	18.649	15.930
Ativo financeiro indenizável	21			4.958.147	
Contas a receber	7			2.665.935	2.692.617
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	278.878	125.258	762.961	244.680
Outros tributos compensáveis	9	89.243	88.624	401.705	421.928
PIS e COFINS diferidos	10.1			84.662	112.160
Empréstimos a receber	11		183.115		
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	23.462	24.131	565.341	35.474
Dividendos	14	1.453.457	461.356	79.721	90.270
Estoques	12			310.800	405.001
Cauções e depósitos vinculados	13			2.914	4.156
Ativos financeiros setoriais	8			48.529	35.269
Ativos da concessão	22			974.217	497.570
Compromissos futuros	15			885.216	883.965
Outros créditos	16	39.718	25.154	397.515	302.698
		3.133.856	2.719.326	16.375.835	9.181.112
Ativos não circulantes mantidos para venda	18	535.255	516.552	2.635.510	3.068.492
Total do Ativo Circulante		3.669.111	3.235.878	19.011.345	12.249.604
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	4.314	4.392	4.314	19.906
Títulos a receber	17	59.978	71.003	32.636	44.589
Ativo financeiro indenizável	21			3.757.933	7.320.523
Ativos da concessão	22			3.655.743	5.685.172
Contas a receber	7			163.021	157.979
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9			68.747	63.944
Outros tributos compensáveis	9			532.803	507.037
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10			123.164	293.495
PIS e COFINS diferidos	10.1			77.936	87.172
Empréstimos a receber	11	234.216	155.458	234.216	14.218
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			165.359	218.197
Benefícios pós-emprego 1	29			54.463	48.816
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	329.196	635.300		
Cauções e depósitos vinculados	13	16.205	17.684	468.082	512.107
Ativos financeiros setoriais	8			71.549	221.357
Compromissos futuros	15			849.208	780.646
Outros créditos	16	48.483	13.933	123.510	29.747
		692.392	897.770	10.382.684	16.004.905
Investimentos	19	8.711.931	8.014.392	2.584.438	2.508.394
Propriedades para investimentos	23	9.484	9.484	29.949	51.569
Imobilizado	24	79.165	63.666	3.457.454	3.226.774
Intangível	25	66.878	64.212	3.143.919	3.384.217
		8.867.458	8.151.754	9.215.760	9.170.954
Total do Ativo Não circulante		9.559.850	9.049.524	19.598.444	25.175.859
TOTAL DO ATIVO		13.228.961	12.285.402	38.609.789	37.425.463

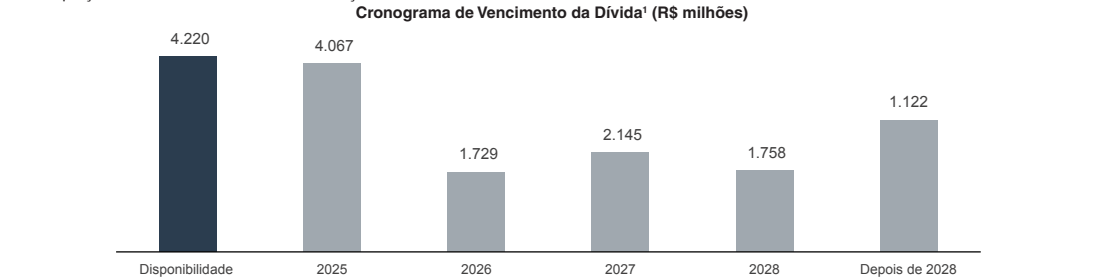
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



¹ Nota: Não considera eliminações intragrupo de R\$ 3.371 milhões (considera os contratos de mútuo intragrupo e as ações preferenciais da Investco classificadas como dívida).



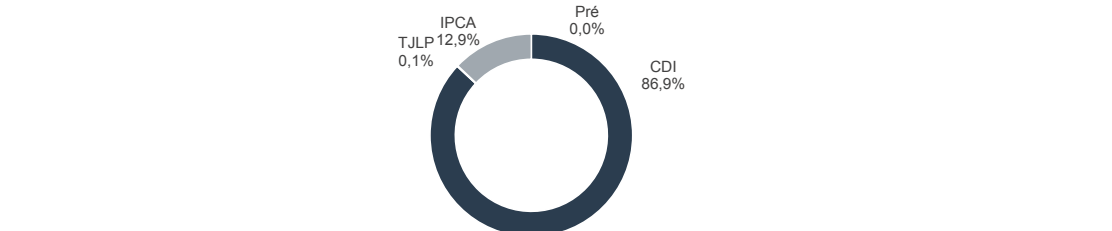
Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.



Nota: ¹Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge. Contempla amortização de derivativos.

Dívida Bruta por Indexador em 31/12/2024

O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 11,86% a.a., em comparação aos 12,39% a.a. em igual período de 2023, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. O prazo médio da dívida atingiu 3,68 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,9 anos e o custo médio seria de 11,72% a.a..



Nota: No indexador CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

1.3. Variação do Imobilizado

Total				
Variação do Imobilizado (R\$ mil)		2024	2023	Var
Distribuição		1.499.739	1.662.362	-9,8%
EDP São Paulo		719.041	818.691	-12,2%
EDP Espírito Santo		780.698	843.671	-7,5%
Geração		35.242	72.186	-51,2%
Enerpeixe		5.759	14.710	-60,8%
Lajeado / Investco		29.483	21.390	37,8%
Pecém		-	36.086	-100,0%
Transmissão		602.543	570.086	5,7%
Solar		349.416	352.912	-1,0%
Outros		23.190	40.248	-42,4%
Total		2.510.130	2.697.794	-7,0%
Geração não consolidado		52.079	37.384	39,3%
Total		2.562.209	2.735.178	-6,3%

Nota: Os investimentos realizados nos segmentos Solar e Outros referem-se a visão caixa.

Os investimentos totalizaram R\$ 2.510 milhões, redução de 7,0%, sendo:

(i) Os investimentos em Distribuição totalizam R\$1.500 milhões, com destaque para expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para novos clientes, representando 41% do investimento do período. A variação de [-10%] é decorrente da curva de investimento;

(ii) Na Geração, o total investido foi de R\$ 35,2 milhão, redução de 51%, em comparação à 2023 decorrente da venda da Usina de Pecém;

(iii) Na Transmissão, os investimentos atingiram R\$ 603 milhões, aumento de 6% em comparação à 2023 devido as obras dos novos lotes em construção (Lote 2, Lote 7 & Lote 13); e

(iv) A Solar com o total investido foi de R\$ 349 milhão, com destaque para Geração Distribuída, mantendo a estratégia do grupo em investimentos nas fontes renováveis.

2. ANEXOS

ANEXO I

Perfil Corporativo

A EDP Energias do Brasil, controlada pela EDP Portugal, uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas) em 5 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Ceará, Pará e Amapá) e detém 2,7 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e possui sete projetos e nove subestações. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.

Estrutura de Consolidação

Conforme estrutura de consolidação, a Companhia possui três ativos hídricos (Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel) e um ativo Integrado (Celesc), que são contabilizados via "equivalência patrimonial", proporcional à sua participação societária.

A Companhia possui 2 ativos hídricos, com parceria de minoritários, que são consolidados integralmente (Enerpeixe e Lajeado), excluindo as participações na linha de "participação de minoritários". Além disso, após a venda de parcela de sua participação na termoeletrica de Pecém, Companhia passou a deter 20% de seu capital social.

A Lajeado Energia é um Holding detentora de 73% da energia gerada pela Usina Luis Eduardo Magalhães (Investco). Os demais 27% da energia são divididas entre outros sócios, não transitando pelo resultado da Companhia, uma vez que os PPAs são separados dentro do Consórcio. Adicionalmente, a Lajeado Energia possui o arrendamento da Investco proporcional à sua participação. A Lajeado Energia possui como sócios a EDP Brasil e a Eletrobrás.

As demais empresas são 100% consolidadas.

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	26	27.545	45.691	1.621.188	1.675.031
Debêntures	27		25.297	2.484.499	2.529.730
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28		613.090	2.091.772	2.405.167
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3		24.131	67.504	249.714
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9			142.561	138.838
Outros tributos a recolher	9	161.188	61.484	598.567	535.640
PIS e COFINS diferidos	10.1			141.460	174.129
Outros tributos diferidos	10			395	
Dividendos	14	1.156.365	283.894	1.339.444	476.724
Benefícios pós-emprego	29	813		109.985	100.712
Encargos setoriais	30			96.081	110.435
Uso do bem público	31			46.422	44.135
Provisões	32			95.252	64.851
Passivos financeiros setoriais	8			772.524	690.007
Compromissos futuros	15			633.823	668.438
Outras contas a pagar	16	124.327	114.600	626.152	467.334
		1.470.238	1.168.187	10.867.629	10.330.889
Passivos não circulantes mantidos para venda	18			2.011.783	2.248.376
Total do Passivo Circulante		1.470.238	1.168.187	12.879.412	12.579.265
Não circulante					
Debêntures	27			8.258.285	6.312.320
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28			298.921	1.783.543
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			56.907	20.537
Outros tributos a recolher	9	1.266	487	212.375	251.652
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	109.613	105.694	1.077.001	977.753
PIS e COFINS diferidos	10.1	259	270	317.459	494.378
Benefícios pós-emprego	29	9.595		601.128	733.637
Encargos setoriais	30			1.392	3.689
Uso do bem público	31			462.180	452.308
Provisões	32	75.011	58.556	732.453	697.136
Provisão para passivo a descoberto	19	231	27.791	231	330
Passivos financeiros setoriais	8			208.074	338.727
Compromissos futuros	15			680.027	560.125
Outras contas a pagar	16	41.365	24.623	153.701	156.029
Total do Passivo Não circulante		237.340	217.421	13.060.134	12.782.164
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	33.1	6.002.716	6.002.716	6.002.716	6.002.716
Reservas de capital	33.3	115.701	117.288	115.701	117.288
Reservas de lucros	33.3	6.002.716	5.376.486	6.002.716	5.376.486
Outros resultados abrangentes	33.3.3	(599.750)	(596.696)	(599.750)	(596.696)
		11.521.383	10.899.794	11.521.383	10.899.794
Participações não controladores	33.4			1.148.860	1.164.240
Total do Patrimônio líquido		11.521.383	10.899.794	12.670.243	12.064.034
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.228.961	12.285.402	38.609.789	37.425.465

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas	34	(700)	5.667	17.447.189	17.792.629
Custos	35				
Custo do serviço de energia elétrica				(9.057.488)	(8.603.188)
Custo da produção da energia elétrica				(12.877)	(133.261)
Custo de operação				(1.467.164)	(1.565.264)
Custo do serviço prestado a terceiros		(4.260)		(2.138.714)	(2.248.505)
		(4.260)		(12.676.243)	(12.550.218)
		(4.960)	5.667	4.770.946	5.242.411
Lucro bruto					
Despesas e Receitas operacionais	35				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(170.654)	(161.235)
Despesas gerais e administrativas		(140.315)	(154.089)	(711.608)	(616.071)
Ganho (perda) na alienação de investimentos	35.6	346.375	(144.454)	346.375	(135.787)
Outras despesas e receitas operacionais líquidas		(8.699)	(616.589)	(237.293)	(988.088)
		197.361	(915.132)	(773.180)	(1.901.181)
	19	1.996.064	1.878.573	325.919	264.786
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		2.188.465	969.108	4.323.685	3.606.016
Resultado financeiro	36				
Receitas financeiras		139.763	143.018	1.018.037	725.745
Despesas financeiras		(50.599)	(38.821)	(2.261.451)	(2.415.366)
		89.164	104.197	(1.243.414)	(1.689.621)
		2.277.629	1.073.305	3.080.271	1.916.395
Lucro antes dos tributos sobre o lucro					
Tributos sobre o lucro	37				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(71)		(233.268)	(434.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.058	99.280	(377.409)	(96.511)
		3.987	99.280	(610.677)	(531.288)
		2.281.616	1.172.585	2.469.594	1.385.107
		2.281.616	1.172.585	2.281.616	1.172.585
				187.978	212.522
Lucro líquido do exercício		2.281.616	1.172.585	2.469.594	1.385.107
Atribuível aos acionistas controladores					
Atribuível aos acionistas não controladores					
Resultado por ação atribuível aos acionistas	38				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)					
ON		4,18568	2,07178	4,18568	2,07178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.281.616	1.172.585	2.469.594	1.385.107
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	1.856		86.195	(31.847)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(20.395)	(50.476)	(76.170)	(30.228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(28.675)	10.828
	(18.539)	(50.476)	(18.650)	(51.247)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Hedge de fluxos de caixa	23.462		23.631	1.166
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.977)		(8.035)	(395)
	15.485		15.596	771
Resultado abrangente do exercício	2.278.562	1.122.109	2.466.540	1.334.631
Atribuível aos acionistas controladores	2.278.562	1.122.109	2.278.562	1.122.109
Atribuível aos acionistas não controladores			187.978	212.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Geração do valor adicionado	405.106	37.965	24.785.369	24.220.496	
Receita operacional	481	6.236	20.981.998	20.363.053	
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			(170.079)	(125.789)	
Receita relativa à construção de ativos próprios	18.828	26.481	391.154	416.995	
Receita de Construção			2.122.627	2.331.907	
Remuneração dos Ativos da concessão			662.001	842.864	
Atualização do Ativo financeiro indenizável			356.010	351.058	
Outras receitas	385.797	5.248	441.658	40.408	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(142.656)	(292.390)	(13.577.057)	(13.673.567)	
Custos da energia comprada			(8.284.508)	(7.720.465)	
Encargos de uso da rede elétrica			(1.647.872)	(1.714.823)	
Materiais	(8.054)	(18.340)	(337.089)	(410.069)	
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica			(12.877)	(135.951)	
Serviços de terceiros	(71.642)	(77.704)	(726.461)	(757.363)	
Custo de construção da infraestrutura			(2.096.926)	(2.227.111)	
Outros custos operacionais	(62.960)	(196.346)	(469.325)	(707.785)	
Valor adicionado bruto	262.450	(254.425)	11.208.312	10.546.929	
Retenções					
Depreciações e amortizações	(22.897)	(596.228)	(757.593)	(1.338.469)	
Valor adicionado líquido produzido	239.553	(850.653)	10.450.719	9.208.460	
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	185.376	189.704	1.128.424	810.044	
Resultado da equivalência patrimonial	1.996.064	1.878.584	325.919	265.200	
Valor adicionado total a distribuir	2.420.993	1.217.635	11.905.062	10.283.704	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	29.266	51.442	397.819	437.094	
Benefícios	7.671	6.020	118.983	130.112	
FGTS	1.749	3.375	34.041	34.002	
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	49.604	(46.455)	3.934.680	3.619.896	
Estaduais	253	16	2.601.627	2.218.782	
Municipais	1.650	1.348	16.445	15.921	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	49.420	38.821	2.282.740	2.434.537	
Aluguéis	(236)	656	13.791	17.777	
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio	679.374		629.133	178.282	
Participações dos não controladores			187.978	178.282	
Dividendos	573.500	278.489	573.500	278.489	
Partes beneficiárias			34.148	34.889	
	1.392.251	333.712	10.824.885	9.399.781	
Lucros retidos	1.028.742	883.923	1.080.177	883.923	
	2.420.993	1.217.635	11.905.062	10.283.704	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)									
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375	5.953.946	(311.906)	(546.220)	-	10.725.911	1.169.848	11.895.759
Aumento de capital - AGO de 11/04/2023	500.000		(500.000)				-		
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.586)					(1.586)	1.586	
Dividendos adicionais - AGO 11/04/2023			(152.457)				(152.457)		(152.457)
Dividendos destinados a não controladores							-	(219.716)	(219.716)
Opções de ações outorgadas		(3.763)					(3.763)		(3.763)
Alienação de ações de tesouraria		(4.738)		12.636			7.898		7.898
Recompra de ações em tesouraria				(519.829)			(519.829)		(519.829)
Cancelamento de ações em tesouraria			(819.099)	819.099					
Lucro líquido do exercício						1.172.585	1.172.585	212.522	1.385.107
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			58.629			(58.629)	-		-
Reserva de retenção de lucros			432.955			(432.955)	-		-
Dividendos complementares obrigatórios						(278.489)	(278.489)		(278.489)
Dividendos complementares			402.512			(402.512)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					(50.476)		(50.476)		(50.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.002.716	117.288	5.376.486	-	(596.696)	-	10.899.794	1.164.240	12.064.034
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.002.716	117.288	5.376.486	-	(596.696)	-	10.899.794	1.164.240	12.064.034
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.587)					(1.587)	1.587	-
Dividendos adicionais - RCA de 20/03/2024			(402.512)				(402.512)		(402.512)
Dividendos destinados a não controladores							-	(204.913)	(204.913)
Lucro líquido do exercício						2.281.616	2.281.616	187.978	2.469.594
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			114.081			(114.081)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(679.374)	(679.374)		(679.374)
Dividendos obrigatórios						(573.500)	(573.500)		(573.500)
Dividendo adicional proposto			914.661			(914.661)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					1.856		1.856		1.856
Hedge de fluxos de caixa					23.462		23.462		23.462
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					(20.395)		(20.395)	(32)	(20.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(7.977)		(7.977)		(7.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.002.716	115.701	6.002.716	-	(599.750)	-	11.521.383	1.148.860	12.670.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		2.277.629	1.073.305	3.080.271	1.916.395
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos	(11)	1.388		51.607	(9.221)
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				170.654	159.776
Remuneração dos Ativos da concessão				(395.382)	(583.990)
Margem na construção				(28.397)	(9.312)
Reajuste Anual				(10.154)	
Valor justo do ativo financeiro indenizável				(356.010)	(351.058)
Remuneração do ativo financeiro indenizável				(289.006)	(251.456)
Depreciações, amortizações e impairment		22.715	575.908	758.546	1.293.028
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		8.547	16.278	88.346	85.615
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	(40.093)	(56.971)		(23.461)	(2.251)
Ativos e passivos financeiros setoriais				78.192	16.179
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre				3.123	996
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos	13.984	18.510		1.657.517	1.663.623
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				57.535	13.379
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	8.838	2.003		14.836	10.056
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				50.831	73.701
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	6.251	15.337		136.839	197.321
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				14.077	2.787
Compromissos futuros				15.474	20.744
Resultado de participações societárias	(1.996.064)	(1.878.573)		(325.919)	(264.786)
Ganhos com alienação de investimentos	(346.375)	144.454		(346.375)	122.709
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária				47.018	49.208
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(1.258)	(1.285)		(45.352)	(45.133)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(16.690)	(11.324)		(107.004)	(12.910)
Instrumentos financeiros derivativos				(189.254)	204.705
Outros	(8.084)	(8.492)		330	60.281
	(70.611)	(109.462)	4.108.882	4.360.386	

(Aumento) diminuição de ativos operacionais

Contas a receber			(454.386)	(551.051)
Ativos financeiros setoriais			167.825	(27.297)
Ativos da concessão			613.341	641.948
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(13.576)	270.322
Outros tributos compensáveis	(37.929)	(33.424)	(235.199)	(326.359)
Estoques			83.541	(334.081)
Cauções e depósitos vinculados	2.737	454	73.777	(17.266)
Rendas a receber			12.116	15.921
Instrumentos financeiros derivativos			128	
Outros ativos operacionais	(21.757)	10.681	(226.974)	(54.016)
	(56.949)	(22.289)	20.593	(381.879)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional				% Participação			
1.1 Operacional							
A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.							
Em 21 de agosto de 2023, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.							
A Companhia possui participações diretas e indiretas em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, sendo 2 distribuidoras, 8 geradoras, 8 transmissoras, 1 comercializadora de energia, 25 prestadoras de serviços a clientes e 4 holdings/outras empreendimentos.							
A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:							
Empresas							
Distribuição							
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)							
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)							
Geração							
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)							
Investco S.A. (Investco)							
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)							
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)							
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)							
Companhia Energética do Jari - (CEJA)							
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)							
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)							
Comercialização							
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)							
Transmissão							
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança) (Nota 18.4)							
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)							
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG) (Nota 18.2)							
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.1)							
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)							
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)							
EDP Transmissão Norte 2 S.A. (EDP Transmissão Norte 2)							
EDP Transmissão Nordeste S.A. (EDP Transmissão Nordeste)							
EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 1)							
EDP Transmissão Norte Nordeste 2 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 2)							
Clientes							
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)							
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)							
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)							
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V)							
EDP Smart SPE 1 Ltda. (EDP Smart SPE 1)							
EDP Smart SPE 2 Ltda. (EDP Smart SPE 2)							
EDP Smart SPE 3 Ltda. (EDP Smart SPE 3)							
EDP Smart SPE 4 Ltda. (EDP Smart SPE 4)							
EDP Smart SPE 5 Ltda. (EDP Smart SPE 5)							
EDP Smart SPE 6 Ltda. (EDP Smart SPE 6)							
EDP Smart SPE 7 Ltda. (EDP Smart SPE 7)							
EDP Smart SPE 8 Ltda. (EDP Smart SPE 8)							
EDP Smart SPE 9 Ltda. (EDP Smart SPE 9)							
EDP Smart SPE 10 Ltda. (EDP Smart SPE 10)							
EDP Smart SPE 11 Ltda. (EDP Smart SPE 11)							
EDP Smart SPE 12 Ltda. (EDP Smart SPE 12)							
EDP Smart SPE 13 Ltda. (EDP Smart SPE 13)							
EDP Smart SPE 14 Ltda. (EDP Smart SPE 14)							
EDP Smart SPE 15 Ltda. (EDP Smart SPE 15)							
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)							
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)							
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)							
Energia Solar II Ltda. (Energia Solar II)							
Energia I SPE S.A. (Energia I)							
Outros							
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)							
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures) (Nota 4.18)							
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)							
Comercializadora de equipamentos y materiales Mabe Ltda. (Mabe Chile)							
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)							
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol) (Nota 4.7)							
1.2 Constituição de controladas direta e indireta							
No ano de 2024, a Companhia e sua controlada EDP Trading constituíram duas novas controladas. As referidas controladas direta e indireta foram constituídas devido ao arremate no leilão de transmissão n° 1/2024 conforme nota 4.8.							

Empresas				% Participação			
Transmissão				31/12/2024			
EDP Transmissão Nordeste S.A. (EDP Transmissão Nordeste) (Nota 1.3)							
EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 1)							
EDP Transmissão Norte Nordeste 2 S.A. (EDP Transmissão Norte Nordeste 2)							
1.3 Alteração na denominação social							
No ano de 2024, foi deliberada alteração da denominação social da controlada, conforme relacionado abaixo:							
Denominação antiga				Denominação atual			
Energia II SPE S.A.				EDP Transmissão Nordeste S.A. (EDP Transmissão Nordeste)			
1.4 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance				Data de Alteração			
A EDP - Energias do Brasil é uma Companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Após dois anos consecutivos em 1º lugar no ranking geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia mantém objetivos estratégicos e compromissos públicos, que passam pelos temas de descarbonização do seu portfólio, adaptação às mudanças climáticas, promoção da transição energética justa, engajamento de sua cadeia de valor em temas ESG e gestão de riscos ESG.				AGO - 09/04/2024			
Através da Companhia também manteve seu score em nível de Liderança no CDP (Carbon Disclosure Project), disclosure focado no tema das alterações climáticas e melhoria nos indicadores de desempenho que envolvem a emissão de carbono.							

2 Outorgas							
Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.							
O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos na Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.							
Também é estabelecido que, extinta a concessão, a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.							
A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis a concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.							
Em 31 de dezembro de 2024 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:							
Em operação							
Empresas							
Distribuição							
EDP Espírito Santo							
EDP São Paulo							
Geração							
Cachoeira Caldeirão							
CEJA							
Enerpeixe							
Investco							
São Manoel							
Operação comercial							
Transmissão							
Empresas							
EDP Transmissão Aliança (Nota 18.4)							
EDP Goiás							
EDP Transmissão Litoral Sul							
EDP Transmissão Norte							
EDP Transmissão Norte 2							
Em fase de projeto/construção							
Empresas							
Transmissão							
EDP Transmissão Nordeste							
EDP Transmissão Norte Nordeste 1							
EDP Transmissão Norte Nordeste 2							
(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.							
(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.							

Adicionalmente, as coligadas Celesc e Porto do Pecém, nas quais a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detêm o controle das seguintes outorgas:

Celesc								
Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão	
Distribuição								
Celesc Distribuição S.A. - Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045	
Gás natural								
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGAS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044	
Geração								
Celesc Geração S.A. - Celesc G	UHE Garcia (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053	
	UHE Pery (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054	
	UHE: Palmeiras, Bracinho, Salto e Cedros (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	54,28	36,24	06/11/2053	
	PCH Celso Ramos (ii)	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)	
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)	
Total					115,27	70,16		

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e de suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos Itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 39.1.1); (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 29); (iii) a marcação a mercado dos contratos de compromissos futuros (Nota 15); (iv) Propriedades para investimentos (Nota 23); (v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 28); e (vi) Instrumentos financeiros derivativos (Nota 39.1.3).

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não futuro (Nota 7.3); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Dúvidosa - PECLD (Nota 7.7); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 21); Ativos da concessão (Nota 22); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 24 e 25); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 29); Provisões para contingências (Nota 32.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 32.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 39.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao IFRS 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 112/22, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 19).
As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.
As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:
• Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
• Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
• Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
• As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
• Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86%; que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
• Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 20.2) e ela também detém 20,00% da participação no capital total e 33,33% de participação no capital votante da Porto do Pecém, possuindo assentos no Conselho de Administração e Diretoria.
• As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto, utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação, coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza o balancete da referida com dois meses de defasagem.
• Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos, pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.
Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a reconhecida em contrapartida do resultado.
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.7.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas controladas identificaram que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.
A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

Teste de redução ao valor recuperável - Ativos financeiros e não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliaram a evidência de desvalorização dos ativos financeiros e não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.
Nesta base, para efeito dos testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:
• Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE, Enerpeixe, Lajeado, Investco, CEJA, Cachoeira Caldeirão e São Manoel;
• Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;
• Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo, tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
• Prazo utilizado para fluxo de caixa: prazo de concessão, considerando sua renovação, quando aplicável, exceto EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções (10 anos) e EDP Smart SPE; e
• Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M+ (% 3,70% a.a.) e IPCA+ (3,54% a.a.).
Esta controlada indireta EDP Smart Soluções, em sua base de indicadores ativos de recuperabilidade, decidiu considerar na elaboração do estudo apenas os projetos contratados.
A controlada indireta procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos, para constatar se esta potencial redução de portfólio seria recuperável. Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:
• Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *enterprise value*;
• Determinação dos fluxos de caixa: Considerando a metodologia do fluxo de caixa descontado;
• Prazo utilizado para fluxo de caixa: vigência dos contratos atualmente existentes;
• Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático Weighted Average Capital Cost (WACC que, em português, significa Custo Médio Ponderado de Capital).
Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).
Com base nas premissas mencionadas acima, as quais estima-se serem as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, a controlada indireta identificou perda no valor recuperável no montante de R\$ 5.939, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais no resultado do exercício (Nota 35), desta forma o valor acumulado é de R\$19.019, sendo R\$7.177 na rubrica de Imobilizado (Nota 24) e R\$11.842 na rubrica de Clientes (Nota 7).
Em 31 de dezembro de 2024 o saldo acumulado de perda no valor recuperável no Consolidado é de R\$72.538, registrados na controlada EDP Smart Serviços e na controlada indireta EDP Smart Soluções.
A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados para os próximos períodos afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.
A movimentação do *Impairment* no exercício é a seguinte:

	Imobilizado (Nota 24)	Intangível (Nota 25)	Contas a Receber (Nota 7)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.795	31.804		66.599
(Reversão) Adição de <i>Impairment</i> em 2024(i) (Nota 35)	(5.903)		11.842	5.939
Total do <i>Impairment</i> em 31 de dezembro de 2024	28.892	31.804	11.842	72.538

(i) O saldo de *Impairment* de R\$5.939 registrado em 2024 refere-se: (a) R\$5.903 a reversão no imobilizado; e (b) R\$11.842 a constituição em Contas a receber.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência para serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIQ) das entidades atuantes no mercado de carbono brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia está acompanhando o conteúdo desta decisão da agenda do IFRIC.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 22 - Informações por segmento	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras				

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4

Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2024, a Companhia e as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
EDP Espírito Santo	Debêntures - 13ª Emissão	fev/24	fev/28	500.000	CDI + 0,90% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Cessão de CDE - ABC Brasil	fev/24	jun/24	101.087	1,015% a.m.	Capital de giro
EDP Trading	Debêntures - 01ª Emissão	fev/24	fev/34	575.000	IPCA + 6,05% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 16ª Emissão	mar/24	mar/28	350.000	CDI + 0,89% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 17ª Emissão	jun/24	jun/28	750.000	CDI + 0,68% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 14ª Emissão - 1ª Série	set/24	ago/29	800.000	CDI + 0,49% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 14ª Emissão - 2ª Série	set/24	ago/31	400.000	CDI + 0,56% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
Enerpeixe	Debêntures - 05ª Emissão	dez/24	dez/29	600.000	CDI + 0,89% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 18ª Emissão	dez/24	dez/36	800.000	IPCA + 7,2843%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 15ª Emissão	dez/24	dez/36	500.000	IPCA + 7,2843%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
Total em moeda nacional				5.376.087		

Emissor	Empresa	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
EDP - Energias do Brasil	EDP Renováveis	mai/24	jun/26	507.000	CDI + 1,47% a.a.	Capital de giro

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 11, 27, 28 e 39.1.3.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia e em suas controladas

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada a REN nº 1.083 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN nº 1.089/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômico, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.
Portaria nº 2.737 de 8 de fevereiro de 2024	Em 8 de fevereiro de 2024 foi publicada a PORTARIA Nº 2.737/ SNTPE/MME aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica detalhados nos Anexos I a XIII da citada Portaria, incluindo a controlada indireta EDP Goiás.	A controlada indireta EDP Goiás obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.
REH nº 3.306 de 14 de março de 2024	Em 14 de março de 2024 foi publicada a REH nº 3.306 estabelecendo as faixas de alçamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de abril de 2024.	REH gera impacto operacional para adequação dos valores das bandeiras tarifárias para as distribuidoras.

4.2.1 Controladas de distribuição - Renovação da concessão - Decreto nº 12.068 de 20 de junho de 2024

O Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, publicado em 21 de junho de 2024, regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. Entre as diretrizes do Decreto, destacam-se: a prorrogação, por um período de 30 anos, sem onerosidade, às concessões de distribuição que atendem aos critérios mínimos de qualidade de serviço e sustentabilidade financeira; e a possibilidade de antecipação dos efeitos da prorrogação desde que requerida a prorrogação no prazo de trinta dias, contado da publicação da minuta do termo aditivo ao contrato de concessão. As regras são válidas para os contratos com vencimento entre 2025 e 2031.

A concessão das controladas de distribuição apresentam indicadores de qualidades de serviços e de solidez financeiras compatíveis com os critérios estabelecidos pelo Decreto e poderão ter seus prazos prorrogados, sendo: julho de 2005 para a concessão da controlada EDP Espírito Santo e outubro de 2058 para a concessão da controlada EDP São Paulo. Em conformidade com as diretrizes do Decreto, a ANEEL, em 15 de outubro de 2024, abriu a Consulta Pública 27/2024, cujo objetivo é discutir a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, formalizando a prorrogação das concessões, nos termos do Decreto nº 12.068/2024 e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. A referida Consulta Pública recebeu contribuições até o dia 02 de dezembro de 2024. Tais contribuições estão em análise pela ANEEL e aguarda-se a publicação da versão final da minuta do termo aditivo.

4.3 EDP - Energias do Brasil - Rotação de Ativos de Transmissão

Em 31 de outubro de 2024 a Companhia divulgou que, naquela data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda. ("Actis") para formalizar a alienação de 100% do capital social, detido pela Companhia, de 2 ativos de transmissão, sendo eles EDP Transmissão SP-MG ("Lote 18") e Mata Grande Transmissora, conforme apresentado nas notas 18.1 e 18.2, totalizando 439km de extensão e R\$131 milhões de RAP.

Em 20 de fevereiro e 07 de junho de 2024 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando as conclusões das vendas das controladas EDP Transmissora SP-MG e Mata Grande Transmissora, respectivamente, uma vez que foram atendidas todas as condições precedentes.

Devido à conclusão destas alienações, a Companhia baixou os saldos de Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda da EDP Transmissora SP-MG e Mata Grande Transmissora, que haviam sido desta forma classificados em setembro de 2023. A apuração do ganho e perda na alienação destas operações estão apresentadas nas notas 18.1 e 18.2.

4.4 EDP Smart Serviços - Ativo Mantido para Venda relativo à EDP Smart Soluções

Os ativos e passivos relativos à controlada indireta EDP Smart Soluções foram apresentados nos grupos de Não Circulantes Mantidos para Venda, a partir de dezembro de 2023. Tendo em vista a busca da Companhia por melhor captura de valor dos ativos, em 31 de março de 2024, a Administração da controlada EDP Smart Serviços declinou sobre a intenção da alienação da participação no investimento, o qual voltou a integrar as contas do Grupo EDP - Energias do Brasil, pela sua controlada integral EDP Smart Serviços.

4.5 Santa Leopoldina - Aumento de capital

A controlada Santa Leopoldina deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15 de janeiro de 2024, pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$341.210 para R\$480.210, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$139.000 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional, pela sua Controladora.

4.6 Controladas - Alongamento do vencimento das Debêntures Santa Leopoldina

Em 15 de janeiro de 2024 os debenturistas da 1ª Emissão da controlada Santa Leopoldina aprovaram em Assembleia Geral de Debenturistas o alongamento dos R\$700.000, das referidas debêntures (Nota 27), para o novo vencimento em 17 de janeiro de 2029, com alteração da remuneração de CDI + 1,52% a.a. para CDI + 1,40% a.a. Devido a renegociação houve a contabilização de um ganho no resultado financeiro (Nota 36) no valor de R\$3.731.

Lajeado

Em junho de 2024, a controlada Lajeado prorrogou o vencimento da 5ª emissão de Debêntures, alterando a data de vencimento de 25/06/2024 para 15/06/2027, passando o custo da dívida de 1,05% do CDI a.a. para CDI +0,90% a.a. (Nota 27). Devido a renegociação houve a contabilização de uma perda no resultado financeiro (Nota 36) no valor de R\$3.779.

4.7 Energia I - Alienação

Em 30 de janeiro de 2024, a Companhia alienou integralmente a Energia I e suas subsidiárias para uma empresa terceira. A transação foi concluída pelo valor de R\$1.00, uma vez que as partes envolvidas acordaram que o preço foi estipulado levando em consideração a situação financeira destes investimentos. Naquele momento, o comprador assumiu o controle integral da Energia I e suas subsidiárias, com todos os ativos e os passivos. Ao continuar, a nova administração da Energia I emitiu debênture privada no valor de R\$20.332, integralmente subscritas pela Companhia, com direito de cessão da dívida a partir de março de 2024.

4.8 Leilão de Transmissão nº 1/2024

Em 28 de março de 2024, no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 1/2024, realizado pela ANEEL, a Companhia e sua controlada EDP Trading arremataram os lotes 2, 7 e 13, localizados nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, somando 1.388km de linhas de transmissão e duas subestações.

4.9 EDP - Energias do Brasil - Recebimentos oriundos da alienação da Energest

Em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu o ganho no ajuste de preço da alienação da Energest pela assunção do passivo de Benefícios pós-emprego, sendo passivo assumido no montante de R\$1.460 e o recebimento no montante de R\$13.003. Adicionalmente, relativo aos ajustes de preços previstos no contrato de venda, a Companhia recebeu o incremento de R\$7.776.

4.10 Distribuidoras - Adesão ao Programa de Autoregularização Incentivada de Tributos

Em março de 2024, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo aderiram ao Programa de Autoregularização Incentivada de Tributos da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei nº 14.740/2023 e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168/2023, para confessar débitos não constituídos de PIS e COFINS sobre receita financeira decorrente da atualização dos créditos oriundos da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS. O programa concedeu aos contribuintes condições especiais para regularização de tributos administrados pela Receita Federal através da confissão da dívida e do pagamento ou parcelamento do valor integral dos débitos, sem a incidência das multas de mora e de ofício e desconto de 100% dos juros de mora, o principal foi de R\$13.338 para EDP São Paulo e R\$11.636 na EDP Espírito Santo sendo realizado pelas Distribuidoras o pagamento à vista de 50% do valor da dívida consolidada (Principal) e utilização de prejuízo fiscal, doados pela controlada Santa Leopoldina, para o restante do valor, sendo ele no montante de R\$12.487, R\$6.669 na EDP São Paulo e R\$5.818 na EDP Espírito Santo (Nota 9).

4.11 Reestruturação da diretoria

Em 06 de abril de 2024, a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia para contemplar, dentre outros, a reestruturação da Diretoria da Companhia com a criação dos cargos de "Diretor-Presidente e de Relações com Investidores" e "Diretor Financeiro", os membros do Conselho de Administração aprovaram a recondução da Diretoria da Companhia para os referidos novos cargos e com um novo mandato de 1 (um) ano a partir daquela data, ou seja, de 08 de abril de 2024 até 08 de abril de 2025, tendo sido eleito o Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, para o cargo de Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e a Sra. Maria Marta de Figueiredo Gerales, para o cargo de Diretora Financeira.

Em 29 de julho de 2024, a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a eleição do Sr. Fábio William Loreti, para o cargo de Diretor da Companhia.

3.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia está acompanhando o conteúdo desta decisão da agenda do IFRIC.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2024, a Companhia e as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
EDP Espírito Santo	Debêntures - 13ª Emissão	fev/24	fev/28	500.000	CDI + 0,90% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Cessão de CDE - ABC Brasil	fev/24	jun/24	101.087	1,015% a.m.	Capital de giro
EDP Trading	Debêntures - 01ª Emissão	fev/24	fev/34	575.000	IPCA + 6,05% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 16ª Emissão	mar/24	mar/28	350.000	CDI + 0,89% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 17ª Emissão	jun/24	jun/28	750.000	CDI + 0,68% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 14ª Emissão - 1ª Série	set/24	ago/29	800.000	CDI + 0,49% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 14ª Emissão - 2ª Série	set/24	ago/31	400.000	CDI + 0,56% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
Enerpeixe	Debêntures - 05ª Emissão	dez/24	dez/29	600.000	CDI + 0,89% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP São Paulo	Debêntures - 18ª Emissão	dez/24	dez/36	800.000	IPCA + 7,2843%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 15ª Emissão	dez/24	dez/36	500.000	IPCA + 7,2843%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
Total em moeda nacional				5.376.087		

Mútuos a receber						
Emissor	Empresa	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
EDP - Energias do Brasil	EDP Renováveis	mai/24	jun/26	507.000	CDI + 1,47% a.a.	Capital de giro

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 11, 27, 28 e 39.1.3.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia e em suas controladas

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada REN nº 1.083 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN nº 1.083/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.
Portaria nº 2.737 de 8 de fevereiro de 2024	Em 8 de fevereiro de 2024 foi publicada a PORTARIA Nº 2.737/ SNTPE/MME aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica detalhados nos Anexos I a XIII da citada Portaria, incluindo a controlada indireta EDP Goiás.	A controlada indireta EDP Goiás obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.
REH nº 3.306 de 14 de março de 2024	Em 14 de março de 2024 foi publicada a REH nº 3.306 estabelecendo as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de abril de 2024.	REH gera impacto operacional para adequação dos valores das bandeiras tarifárias para as distribuidoras.

4.2.1 Controladas de distribuição - Renovação da concessão - Decreto nº 12.068 de 20 de junho de 2024

O Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, publicado em 21 de junho de 2024, regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. Entre as diretrizes do Decreto, destacam-se: a prorrogação, por um período de 30 anos, sem onerosidade, às concessões de distribuição que atendem aos critérios mínimos de qualidade de serviço e sustentabilidade financeira; e a possibilidade de antecipação dos efeitos da prorrogação desde que requerida a prorrogação no prazo de trinta dias, contado da publicação da minuta do termo aditivo ao contrato de concessão. As regras são válidas para os contratos com vencimento entre 2025 e 2031.
A concessão das controladas de distribuição apresentam indicadores de qualidades de serviços e de solidez financeiras compatíveis com os critérios estabelecidos pelo Decreto e poderão ter seus prazos prorrogados, sendo: julho de 2055 para a concessão da controlada EDP Espírito Santo e outubro de 2058 para a concessão da controlada EDP São Paulo. Em conformidade com as diretrizes do Decreto, a ANEEL, em 15 de outubro de 2024, abriu a Consulta Pública 27/2024, cujo objetivo é discutir a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, formalizando a prorrogação das concessões, nos termos do Decreto nº 12.068/2024 e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. A referida Consulta Pública recebeu contribuições até o dia 02 de dezembro de 2024. Tais contribuições estão em análise pela ANEEL e aguarda-se a publicação da versão final da minuta do termo aditivo.

4.3 EDP - Energias do Brasil - Rotação de Ativos de Transmissão

Em 21 de outubro de 2023 a Companhia divulgou que, naquela data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda. ("Actis") para formalizar a alienação de 100% do capital social, detido pela Companhia, de 2 ativos de transmissão, sendo eles: EDP Transmissão SP-MG ("Lote 18") e Mata Grande Transmissora, conforme apresentado nas notas 18.1 e 18.2, totalizando 439km de extensão e R\$131 milhões de RAP.

Em 20 de fevereiro e 07 de junho de 2024 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando as conclusões das vendas das controladas EDP Transmissora SP-MG e Mata Grande Transmissora, respectivamente, uma vez que foram atendidas todas as condições precedentes.
Devido à conclusão destas alienações, a Companhia baixou os saldos de Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda da EDP Transmissora SP-MG e Mata Grande Transmissora, que haviam sido desta forma classificados em setembro de 2023. A apuração do ganho e perda na alienação destas operações estão apresentadas nas notas 18.1 e 18.2.

4.4 EDP Smart Serviços - Ativo Mantido para Venda relativo à EDP Smart Soluções

Os ativos e passivos relativos à controlada indireta EDP Smart Soluções foram apresentados nos grupos de Não Circulantes Mantidos para Venda, a partir de dezembro de 2023. Tendo em vista a busca da Companhia por melhor captura de valor dos ativos, em 31 de março de 2024, a Administração da controlada EDP Smart Serviços declinou sobre a intenção da alienação da participação no investimento, o qual voltou a integrar as contas do Grupo EDP - Energias do Brasil, pela sua controlada integral EDP Smart Serviços.

4.5 Santa Leopoldina - Aumento de capital

A controlada Santa Leopoldina deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15 de janeiro de 2024, pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$341.210 para R\$480.210, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$139.000 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional, pela sua Controladora.

4.6 Controladas - Alongamento do vencimento das Debêntures Santa Leopoldina

Em 15 de janeiro de 2024 os debenturistas da 1ª Emissão da controlada Santa Leopoldina aprovaram em Assembleia Geral de Debenturistas o alongamento dos R\$700.000, das referidas debêntures (Nota 27), para o novo vencimento em 17 de janeiro de 2029, com alteração da remuneração de CDI + 1,52% a.a. para CDI + 1,40% a.a. Devido a renegociação houve a contabilização de um ganho no resultado financeiro (Nota 36) no valor de R\$3.731.

Lajeado

Em junho de 2024, a controlada Lajeado prorrogou o vencimento da 5ª emissão de Debêntures, alterando a data de vencimento de 25/08/2024 para 15/06/2027, passando o custo da dívida de 1,05% do CDI a.a. para CDI +0,90% a.a. (Nota 27). Devido a renegociação houve a contabilização de uma perda no resultado financeiro (Nota 36) no valor de R\$3.779.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.12 Santa Leopoldina - Recuperabilidade do Ativo na Incorporação
Em maio de 2024 a controlada Santa Leopoldina realizou o teste de recuperabilidade do Ativo Diferido de IRPJ e CSLL sobre Prejuízos Fiscais de exercícios anteriores e, considerando o estudo de resultados futuros, foi identificada a impossibilidade de recuperabilidade desses impostos, desta forma, a Santa Leopoldina realizou a reversão dos impostos diferidos no valor de R\$85.720 (Nota 37).

4.13 EDP São Paulo - Auto de Infração 0019/2024-SFT
Em 26 de junho de 2024 a controlada EDP São Paulo recebeu o Auto de Infração 0019/2024-SFT. Após o evento climático severo ocorrido em 03 de novembro de 2023 no Estado de São Paulo, as Agências Reguladoras ARSESP e ANEEL iniciaram a fiscalização para apurar o desempenho das distribuidoras de energia elétrica frente às Ocorrências Emergenciais. O processo de fiscalização nº 48500.000647/2024 resultou no Auto de Infração 0019/2024-SFE, registrando a Não Conformidade em decorrência da duração excessiva das interrupções ocorridas na área de concessão da EDP São Paulo nos anos de 2022 e 2023 e a inadequada performance do tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais nos anos de 2019 a 2023. Assim, a Agência classificou a Não Conformidade como uma infração do grupo III, conforme Resolução Normativa 846/2019 no valor de R\$16.021 registrado na rubrica de contingências regulatórias (Nota 32.1.1).

4.14 Transmissoras - Licença de Operação e Instalação EDP Transmissão Norte
Em 03 de julho de 2024 foi emitida, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Licença de Operação - LO nº 1.694/2024, que autoriza a sua controlada indireta EDP Transmissão Norte a operar suas linhas transmissão pelo período de 10 anos, a contar da data da assinatura, sendo a EDP Transmissão Norte responsável por requerir sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

EDP Transmissão Norte 2
Em 05 de novembro de 2024 foi emitida, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, a Licença de Operação - LO nº 008.000207/2024-35, que autoriza a sua controlada EDP Transmissão Norte 2 a operar suas linhas transmissão pelo período de 4 anos, a contar da data da assinatura, sendo a EDP Transmissão Norte 2 responsável por requerir sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

EDP Transmissão Norte Nordeste 2
Em 09 de dezembro de 2024 foi emitida, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a renovação da Licença de Instalação - LI nº 1.399/2021, que autoriza a sua controlada EDP Transmissão Norte Nordeste 2 a construir suas linhas transmissão no período de 3 anos, a contar da data da assinatura, sendo a EDP Transmissão Norte Nordeste 2 responsável por requerir sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

4.15 Transmissoras - Reajustes e revisão tarifárias
Em 16 de julho de 2024, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.348, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. A RAP foi reajustada considerando os efeitos do exercício do IPCA e de alteração na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão. A parcela de reajuste inerente ao IPCA é considerada um componente de contraprestação variável e, portanto, com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Nota 34), foi efetuada a revisão deste componente no cálculo do Ativo de Contrato e os efeitos apropriados em Receitas. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP da controlada indireta EDP Goiás e da controlada EDP Transmissão Aliança, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 35). A RAP das controladas de transmissão de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	RAP 2024 REH nº 3.348	RAP 2023 REH nº 3.216
EDP Transmissão Aliança	256.653	248.596
EDP Transmissão Litoral Sul	65.653	63.173
EDP Goiás	358.602	340.111
EDP Transmissão Norte	48.761	46.919
EDP Transmissão Norte 2	27.031	25.989
	756.700	724.788

4.16 Lajeado - Resgate antecipado facultativo total
Em 19 de julho de 2024, a sua controlada Lajeado realizou o resgate antecipado de sua 6ª emissão de debêntures no valor de R\$204.830 (Nota 27), incluindo o principal e os juros acumulados até a data do resgate.

4.17 EDP Espírito Santo - Reajuste Tarifário Anual
Em 06 de agosto de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.370, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual aplicado pela controlada EDP Espírito Santo a partir de 07 de agosto de 2024.
O efeito médio percebido pelos consumidores será de -2,96%, sendo -6,05% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e -1,82% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.
Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B"), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes.

A Parcela "B" foi ajustada em 0,51%, ficando em linha com a homologada em 2024, resultando em R\$1.627.584. Essa atualização contou com o IGP-M de 3,58% apurado para o período tarifário e o Fator X de 1,91%.
Os itens que mais impactaram as novas tarifas foram: (i) a redução dos custos com Transmissão; (ii) Encargos Setoriais e componentes Financeiros negativos; e (iii) o crescimento de mercado em relação ao ano anterior.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R\$96.348 negativo, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela controlada no período tarifário de 2023 a 2024.

4.18 EDP Espírito Santo - Recebíveis
Em 13 de setembro de 2024, a controlada EDP Espírito Santo obteve êxito em uma ação judicial de polo ativo, para recebimento dos valores da Samarco referente aos recebíveis de energia não faturada desde 2016 e faturamentos de 2021, devido ao rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG) em 2015 onde a Samarco interrompeu suas operações. O montante recebido atualizado foi de R\$74.796, ocasionando efeitos na receita operacional de R\$24.180 (nota 34) e no resultado financeiro de R\$43.463 (nota 36).

4.19 EDP São Paulo - Reajuste Tarifário Anual
Em 15 de outubro de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº3.408, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual aplicado pela controlada EDP São Paulo a partir de 23 de outubro de 2024.

O efeito médio percebido pelos consumidores será de -3,71%, sendo -5,31% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão, -2,93% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão e -2,95% para consumidores residenciais.
Durante o processo de Reajuste Tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B") pela inflação acumulada no período dos 12 meses anteriores, enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com

base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes. A parcela A contribuiu para o efeito médio em -2,74%, resultando em R\$ 4,8 bilhões e a Parcela B contribuiu em 0,07%, resultando em R\$1,9 bilhões. O IGP-M apurado para o período tarifário foi de 4,53% e o Fator X de 4,26%.

Os itens que impactaram para a redução das novas tarifas foram os menores custos de Transmissão, dos Encargos Setoriais e os Componentes Financeiros negativos, com destaque para a quitação da Conta Covid e da Conta Escassez Hídrica, essa última aplicada apenas para os consumidores cativos.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi negativo de R\$229.834, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados, além da previsão dos custos futuros e inclusão dos créditos de PIS e COFINS no valor de R\$14.001.

4.20 EDP - Energias do Brasil - Mantivo para venda EDP Transmissão Aliança

Em 23 de dezembro de 2024 a Companhia divulgou que, nesta data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda. ("Actis") para formalizar a alienação de 90% do capital social detido pela Companhia referente 1 ativo de transmissão, sendo ele EDP Transmissão Aliança ("Lote 21"), conforme apresentado na nota 18.4, totalizando 435km de extensão e R\$256,7 milhões de RAP.

4.21 EDP - Energias do Brasil - Alienação da EDP Ventures

Em 30 de dezembro de 2024, foi concluída a venda da participação na EDP Ventures Brasil, anteriormente detida pela EDP - Energias do Brasil, à VC Expansão por R\$36.651, valor a ser recebido em fevereiro de 2025. Com a conclusão da venda e conforme determina a norma contábil, em 30 de dezembro de 2024, os ativos e passivos da ex-controlada foram desreconhecidos no balanço patrimonial consolidado e foi reconhecido o efeito negativo no Ebitda relacionado à venda de R\$ 974 (Nota 35).

4.22 Reforma Tributária sobre consumo

A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promoveu significativa alteração no sistema tributário nacional brasileiro no que concerne à tributação sobre o consumo. Dentre as mudanças, destaca-se a extinção do PIS, da COFINS, ICMS, ISS e alteração quanto ao IPI, dando lugar ao IVA Dual (Contribuição Sobre Bens e Serviços "CBS") - Federal e Imposto sobre Bens e Serviços "IBS" - Estadual e Municipal), além do Imposto Seletivo - Federal. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta parte da Reforma Tributária, estando em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/24, que visa, principalmente, a regulamentação do Comitê Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2032. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanecerá avaliando os impactos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		11.395	66.659	173.304	360.528
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	1.216.184	313.558	3.238.344	1.559.700
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2		1.412.360	805.887	1.497.153
Fundos de investimento					
		1.216.184	1.725.928	4.044.231	3.074.693
		1.227.579	1.792.587	4.217.535	3.435.221

Total
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 39.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia e de suas controladas são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas estão remuneradas a taxas que variaram entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referentes à Companhia e suas controladas, e foram remuneradas a taxas que variam entre 97,00% e 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de Investimento	6.1	4.314	4.392	1.988	4.173
Total		4.314	4.392	1.988	4.173

6.1 Fundos de investimento

O montante Consolidado no Circulante refere-se, substancialmente, aos títulos da controlada EDP São Paulo, e é decorrente das aplicações financeiras da companhia no fundo de investimento, cujas operações são em LFTs. As LFTs possuem vencimento a partir de 2029, entretanto, de acordo a política da companhia de controle, são classificadas no Circulante considerando sua liquidez no mercado secundário e a intenção de negociação imediata de acordo com a gestão de caixa. O montante no Não circulante na Controladora refere-se, principalmente, aos títulos da Companhia e são decorrentes de aplicação em Cotas Subordinadas Junior de fundo de investimento em direitos creditórios, veículo de securitização constituído para financiar a cadeia de fornecedores de empresas pertencentes ao Grupo Econômico da EDP- Energias do Brasil.

7 Contas a Receber

		Consolidado												Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
		Valores Correntes						Valores Renegociados							
		a Vencer		Vencido		PECLD	a Vencer		Vencido		PECLD				
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias		De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Nota							PECLD (Nota 7.7)								
Circulante															
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial		281.424		350.383	57.773	93.953	349.764	(352.738)	24.019	52.643	20.204	123.516	(125.960)	874.981	923.764
Industrial		78.379		18.376	2.084	5.561	32.341	(27.440)	2.062	2.488	992	5.340	(4.756)	115.427	127.254
Comércio, Serviços e Outras Atividades		100.465		69.951	13.481	26.215	111.668	(88.770)	5.414	11.545	4.116	23.732	(23.583)	254.234	281.011
Rural		39.886		24.462	5.706	7.335	29.484	(22.395)	2.147	4.023	1.509	6.370	(4.908)	93.619	125.039
Poder Público															
Federal		1.933		174	39	82	228	(63)	5	3	2	3	(3)	2.403	3.476
Estadual		3.927		385	36	71	578	(129)	12	19	5	35	(40)	4.899	6.212
Municipal		19.940		9.592	5.981	3.145	1.096	(1.033)	763	191	239	387	(672)	39.629	34.921
Iluminação Pública		3.839		5.532	1.527	1.013	10.173	(61)	32	12	59	1.009	(4)	25.704	25.704
Serviço Público		9.435		1.785	29	294	2.621	(190)	99	316	63	408	(71)	27.949	27.949
Clientes livres		123.878	1.688	101	67	576		(576)						125.734	118.470
Serviços Cobráveis		176						(3.582)						10.991	11.291
Fornecimento não faturado		616.232		2.038	855	2.280	9.224	(4.535)						611.697	601.394
(-) Arrecadação em processo de reclassificação	7.3	(30.615)												(30.615)	(25.688)
Outros créditos		13.877												13.877	29.157
		1.262.776	1.688	482.779	87.578	140.525	547.177	(501.512)	34.553	71.240	27.189	160.800	(159.997)	2.154.796	2.289.954
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica	7.4	208.228				206		(206)						208.228	218.704
Energia de curto prazo	7.5	122.139				33		(33)						122.139	67.089
Encargos de uso da rede elétrica		72.363		4.675	3.123	3.624	1.846	(69)						85.562	84.853
Outros créditos		10.121												10.121	10.135
		412.851		4.675	3.123	3.863	1.846	(308)	-	-	-	-	-	426.050	380.781
Clientes															
Eficiência energética		7.263	2.138	46	674	1.072	2.833	(4.303)						9.723	95
Serviços de gerenciamento de assinaturas		2.191	5		214	46	130	(212)						2.374	1.267
Dispêndios a reembolsar		3.620	2.821	1.991	169	10	221	(253)						8.579	2.318
Geração de vapor		4.834	3.200											8.034	
Arrendamentos	7.6	44.973	3.386	4.239	79	540	1.093	(2.221)						52.089	9.776
Outros clientes		3.615	350	210	221	1.214	580	(1.900)						4.290	8.426
		66.496	11.900	6.486	1.357	2.882	4.857	(8.889)	-	-	-	-	-	85.089	21.882
Total Circulante		1.742.123	13.588	493.940	92.058	147.270	553.880	(510.709)	34.553	71.240	27.189	160.800	(159.997)	2.665.935	2.692.617

			Consolidado			
	Valores correntes		Valores renegociados		Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
	a Vencer		a Vencer	PECLD (Nota 7.7)		
	Até 60 dias	Impairment	Mais de 60 dias			
Não circulante						
Consumidores						
Fornecimento faturado						
Residencial			44.815	(22.968)	21.847	32.520
Industrial			1.140	(546)	594	2.256
Comércio, Serviços e Outras Atividades			22.796	(11.662)	11.134	6.375
Rural			2.913	(862)	2.051	3.183
Poder público						
Federal			11	(2)	9	5
Estadual			2		2	1
Municipal			635	(404)	231	1.645
Iluminação pública			6		6	64
Serviço público			335	(1)	334	511
(-) Ajuste a valor presente			(972)		(972)	(1.343)
	-	-	71.681	(36.445)	35.236	45.217
Concessionárias						
Outros créditos						909
	-	-	-	-	-	909
Clientes						
Dispêndios a reembolsar	8.838				8.838	
Arrendamentos	130.789	(11.842)			118.947	111.753
Outros clientes						100
	139.627	(11.842)	-	-	127.785	111.853
Total Não circulante	139.627	(11.842)	71.681	(36.445)	163.021	157.979

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2023	Apropriação	Amortização (I)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2024	Valores em constituição IRT (*) 2025	
CVA										
Compra de energia (ii)	(634.060)	(57.997)	623.558	(53.410)	(121.909)	(281.913)	160.004	(276.250)	91.261	63.080
Custo da Energia de Itaipu (iii)	(18.650)	(74.729)	5.225	(5.651)	(93.805)	(75.690)	(18.115)	(66.832)	(26.973)	
PROINFA (iv)	(24.439)	(11.799)	31.229	(1.256)	(6.265)	(9.520)	3.255	(11.057)	4.792	
Transporte Rede Básica (v)	169.215	65.051	(142.207)	12.258	104.317	89.018	15.299	80.666	23.651	
Transporte de Energia - Itaipu	23.547	2.924	(17.997)	1.656	10.130	11.190	(1.060)	11.357	(1.227)	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (vi)	23.608	51.516	(24.484)	5.747	56.387	57.375	(988)	55.220	1.167	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vii)	(13.146)	(67.627)	21.678	4.568	(54.527)	(927)	(53.600)	27.352	(81.879)	
	(473.925)	(92.661)	497.002	(36.088)	(105.672)	(210.467)	104.795	(179.544)	10.792	63.080
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (viii)	304.409	(71.627)	(215.977)	18.332	35.137	57.349	(22.212)	78.778	(43.641)	
Neutralidade da Parcela A (ix)	(28.534)	(108.870)	37.743	(7.235)	(106.896)	(109.100)	2.204	(107.385)	(7.980)	8.469
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (x)	(223.673)	(117.614)	56.666	(37.114)	(321.735)	(170.081)	(151.654)	7.863	(329.598)	
Risco Hidrológico	(372.212)	(391.761)	374.096	(17.812)	(407.689)	(340.226)	(67.463)	(303.697)	(103.992)	
Outros	(1.355)	(1.923)	465	619	(2.194)	1	(2.195)	(2.923)	729	
	(321.365)	(691.795)	252.993	(43.210)	(803.377)	(562.057)	(241.320)	(327.364)	(154.884)	(321.129)
PIS e COFINS										
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	33.176	(3.834)			29.342	29.342			29.342	
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	(9.594)	23.421	4.654	1.106	19.187	19.187		19.187		
	23.182	19.587	4.654	1.106	48.529	48.529	-	19.187	29.342	-
Total	(772.108)	(764.869)	754.649	(78.192)	(860.520)	(723.995)	(136.525)	(487.721)	(114.750)	(258.049)
Ativo Circulante	35.269				48.529					
Ativo Não circulante	221.357				71.549		71.549			
Passivo Circulante	690.007				772.524					
Passivo Não circulante	338.727				208.074		208.074			

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários. As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia e suas controladas quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no exercício

O total dos passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2023, somava um valor de R\$772.108, sendo que o total dos passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2024 equivale ao montante de R\$860.520. A variação no exercício, no montante de R\$88.412, foi causada pelos seguintes motivos:

- Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores o faturamento de energia o montante de R\$754.649 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- Compra de Energia: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária da ANEEL. Além disso, há uma conjuntura de sazonalidade, reajustes de preços, contratos regulados e despacho de termelétricas que influenciou no saldo.
- Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2024 da controlada EDP São Paulo, realizado em outubro do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,55 (R\$4,98 em 2023). No processo tarifário de 2024 da controlada EDP Espírito Santo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa R\$5,47 (R\$4,97 em 2023).
- A partir do dia 07 de maio de 2023 ocorreu um reajuste no CUSE de Itaipu, passando de R\$12,67 para R\$16,71 e culminando em uma tarifa de repasse final de R\$16,19 para R\$20,23. Em janeiro de 2024, foi estabelecida a tarifa de repasse de US\$17,66 para a controlada EDP Espírito Santo. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura - TMC. A tarifa é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da controlada EDP Espírito Santo previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado desde janeiro na controlada EDP Espírito Santo foi inferior à TMC, contribuindo para redução do saldo.
- PROINFA: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL. Além disso houve a homologação das novas cotas de PROINFA, conforme REH 3.422/24 para o ano de 2025, com efeito antecipado no resultado de 2024, devido ao pagamento desse encargo ser efetuado antecipadamente.
- Transporte rede básica: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, aliado a isso houve a homologação das novas tarifas da TUST, no período do ciclo 2023/2024, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2023/2024 foram definidas pela REH nº 3.217/23 com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu os reajustes das tarifas, além disso houve amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024.
- Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL. Além disso, no exercício analisado ocorreu a cobrança do encargo de Energia de Reserva, com o objetivo de remunerar as geradoras que operam nessa modalidade e a constituição da CVA do Encargo de Reserva de Capacidade - ERCAP.
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: A variação é decorrente da constituição das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL. Com base nas publicações das quotas da CDE a serem recolhidas pela controladas de distribuição ao longo de 2023 foram definidas pela Resolução Homologatória nº 3.175/23. Em 2024, as cotas homologadas pela Resolução Homologatória nº 3.305/23 foram maiores do que as consideradas na cobertura, ocasionando a variação observada no saldo no exercício. Outro fato ocorrido em 2024 foi a consideração da quitação do saldo referente aos empréstimos de CDE Covid e Escassez Hídrica pela ANEEL em 2024, gerando uma CVA passiva.
- Sobrecontratação de energia: A sobrecontratação para o exercício está atrelada às apropriações dos saldos correntes, constituição da antecipação e amortização dos saldos homologados pela ANEEL, referentes ao período de 2018 e ao pleito homologado, com base no reajuste tarifário de 2024. Além disso, houve remissão total da sobrecontratação não repassada às tarifas ao longo de 2024, quando comparado com 2023.
- Neutralidade da Parcela A: No último trimestre de 2024, o mercado faturado foi menor em relação àquele considerado como referência para a definição das tarifas para a cobrança dos encargos. Dessa forma, o faturamento a menor desse período será incorporado nas tarifas no processo tarifário de 2025.
- Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pela controladas de distribuição, referente à parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária da controladas de distribuição. Os saldos estão sendo constituídos conforme Submódulo 2.1 do PRORET.

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora								Saldo em 31/12/2024	
	Nota	Saldo em	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação tributos federais	Transferência			
		31/12/2023								
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	125.258	-	16.902	92.587	(46.912)	91.043	278.878		
Total Circulante		125.258		16.902	92.587	(46.912)	91.043	278.878		
Outros tributos compensáveis										
ICMS		41						41		
PIS e COFINS		410	762				(762)	410		
IRRF sobre aplicações financeiras		23.333	23.913				(30.297)	16.949		
IRRF sobre juros s/ capital próprio		61.160	67.506				(60.721)	67.945		
IR/CS retidos sobre faturamento		210	103				(63)	250		
Outros		3.470	317				(139)	3.648		
Total Circulante		88.624	92.601	-	-	-	(91.982)	89.243		
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher			71				(71)			
Total Circulante		-	71	-	-	-	(71)	-		
Outros tributos a recolher										
PIS e COFINS		34.568	46.263			(46.912)		33.919		
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		4.002	26.317	3	(7.816)		(868)	21.638		
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.5		101.906					101.906		
Parcelamentos	9.6	6.446		193	(5.369)			1.270		
Encargos com pessoal		16.092	13.013		(26.027)			3.078		
Outros		863	670	16	(906)			643		
Total		61.971	188.169	212	(40.118)	(46.912)	(868)	162.454		
Circulante		61.484						161.188		
Não circulante		487						1.266		
Consolidado										
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação tributos federais	Transferência	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.2	308.624	-	-	107.213	433.864	(100.357)	82.390	(26)	831.708
Total		308.624			107.213	433.864	(100.357)	82.390	(26)	831.708
Circulante		244.680								762.961
Não circulante		63.944								68.747
Outros tributos compensáveis										
ICMS	9.3	485.174	162.804	(5)		16.401	(1.023)	(112.033)	(6.180)	545.138
PIS e COFINS		291.990	1.095.684		24.291	(44.605)	(25.675)	(1.107.263)	(1.537)	232.885
IRRF sobre aplicações financeiras		56.294	72.441					(71.576)	(2.105)	55.054
IRRF sobre juros s/ capital próprio										
IR/CS retidos sobre faturamento		78.253	79.636					(77.814)		80.075
Outros		7.632	17.631				2	(16.035)	46	9.276
Total		9.622	6.105	(175)	10	27	(149)	(3.536)	176	12.080
Total		928.965	1.434.301	(180)	24.301	(28.175)	(26.847)	(1.388.257)	(9.600)	934.508
Circulante		421.928								401.705
Não circulante		507.037								532.803
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		138.838	233.268			(150.957)		(79.143)	555	142.561
Total Circulante		138.838	233.268	-	-	(150.957)		(79.143)	555	142.561
Outros tributos a recolher										
ICMS	9.4	234.948	2.653.479		82	(2.559.969)	(1.023)	(111.700)	671	216.488
PIS e COFINS		119.230	1.987.498			(768.626)	(99.271)	(1.133.448)	(1.905)	103.478
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		25.465	139.676		164	(109.970)		(868)	(2.473)	51.994
IRRF sobre juros s/ capital próprio		63.177	164.796			(40.651)	(26.761)		(1.451)	159.110
Parcelamentos		299.872	4.124		19.927	(76.954)		12.487	(7.040)	252.416
Encargos com pessoal		31.914	193.925		4.295	(205.476)	(149)	139	(41)	24.607
Outros		12.686	1.762		16	(5.794)		(5.821)		2.849
Total		787.292	5.145.260	-	24.484	(3.767.440)	(127.204)	(1.239.211)	(12.239)	810.942
Circulante		535.640								598.567
Não circulante		251.652								212.375
Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.										

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Consolidado

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$831.708 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

9.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$545.138 (R\$485.174 em 31 de dezembro de 2023), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$516.599 (R\$448.709 em 31 de dezembro de 2023), que incluem principalmente os créditos de ICMS decorrentes de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.4 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$216.488 (R\$234.948 em 31 de dezembro de 2023), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$189.539 (R\$210.391 em 31 de dezembro de 2023), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.5 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na Controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$101.906 refere-se ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2024 e será liquidado em janeiro de 2025.

9.6 Parcelamentos

9.6.1 Controladora

9.6.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora					Valor de
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	adesão - REFIS
Parcelamentos - REFIS						
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092	48.790
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454	10.592
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546	59.382
Redução Programa REFIS						(7.471)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(11.933)
Total						39.978

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado							
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
Natureza dos créditos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Prejuízos Fiscais	10.2.1.2	43.905	211.169			(20.019)	143.227		
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2	16.204	76.419			(7.207)	45.931		
		60.109	287.588	-	-	(27.226)	189.158		
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação									
Duvidosa - PECLD		291.821	289.876			1.945	10.950		
Benefício pós-emprego		99.519	135.738			(36.219)	8.868		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		230.545	225.410			6.483	27.332		
Consumidores - ajuste a valor presente		330	456	5	5	(126)	(741)		
Gastos Pré-operacionais		184	3.446			(1.822)	(5.142)		
Compra vantajosa	10.2.1.1			53.476	55.153	1.677	96.077		
Mais valia		10.533	6.512	54.231	55.496	7.628	8.404		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		7.383	7.493	99.633	104.980	5.237	895		
Uso do bem público - CPC 25		172.925	168.791	40.963	44.063	7.234	(8.450)		
Valor justo do Ativo Financeiro									
Indenizável - ICP 01 (R1)				825.533	711.821	(113.712)	(115.202)		
Remuneração dos ativos da concessão				532.642	761.203	(209.507)	(220.685)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		64.988	129.147			16.309	12.712		
Instrumentos financeiros - CPC 39		102.189	43.463	198.175	88.886	(42.529)	(18.937)	(8.034)	(395)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(106.643)	(124.270)	40		17.668	(17.413)	(81)	(25)
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		227.089	255.795			(62)	41	(28.644)	10.807
Direito de concessão - GSF				118.931	127.893	8.962	8.941		
Licenças ambientais		17.269	12.613	17.142	13.168	682	(640)		
Compromissos futuros	15	597.658	732.683	740.654	880.940	5.261	7.052		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		25.174	31.102	20.575	24.759	(1.792)	(318)		
Valor justo dos investimentos						(4.987)			
Reconhecimento de receita - Lucro Presumido				46.432	29.787	(16.644)	(13.806)		
Outras		25.023	26.254	77.421	75.900	(2.556)	(53.413)		
Total diferenças temporárias		1.765.987	1.944.509	2.825.853	2.974.054	(350.870)	(273.475)	(36.759)	10.387
Crédito fiscal do ágio incorporado		46.611	58.410			(11.799)	(12.194)		
Total bruto		1.872.707	2.290.507	2.825.853	2.974.054	(389.895)	(96.511)	(36.759)	10.387
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(1.749.543)	(1.996.301)	(1.749.543)	(1.996.301)				
Total		123.164	294.206	1.076.310	977.753				

11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber (Nota 14) e de empréstimos a pagar (Nota 28), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Controladora								Receitas (Despesas)			
				Ativo		Passivo						Operacionais		Financeiras	
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante					
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Relacionamento				Preço praticado (R\$/MWh)	Duração										
Empréstimos a receber															
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI															
EDP Trading	Controlada	02/10/2020 a 01/10/2024		119.721										9.591	14.011
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	02/10/2020 a 01/10/2024					155.458							2.767	19.629
EDP São Paulo	Controlada	27/02/2023 a 26/02/2025													323
EDP Espírito Santo	Controlada	27/02/2023 a 26/02/2025												2.172	2.190
Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	11/08/2022 a 10/08/2024		63.394										2.724	7.363
Porto do Pecém	Coligada (*)	13/12/2023 a 10/09/2027													13.106
EDP Renováveis	Parte Relacionada	02/05/2024 a 31/07/2026				234.216								22.839	
Blue Sol Participações	Controlada (**)	02/05/2023 a 31/10/2024													349
				-	183.115	234.216	155.458	-	-	-	-	-	-	40.093	56.971
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC															
EDP Transmissão Norte 2	Controlada	23/06/2023 a indeterminado				156.000	49.600								
EDP Ventures	Controlada	13/12/2019 a indeterminado					6.250								
EDP Smart Serviços	Controlada	07/12/2015 a indeterminado				168.196	579.200								
Santa Leopoldina	Controlada	25/11/2021 a indeterminado				5.000	200								
Resende	Controlada	14/05/2019 a indeterminado					50								
				-	-	329.196	635.300	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)															
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027								402		(350)	(7.864)		
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				258	854			988	987	2.864	4.165		
Investco	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2027				391						769	761		
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				1.529	1.369					18.462	14.849		
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2027											9.445		
EDP Smart Soluções	Controlada indireta	01/01/2020 a 01/01/2027				61						995			
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				259						3.069	49		
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				138						1.566	2.356		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				197						2.680	1.005		
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2027				46	52					574	414		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2027					216						1.627		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				40	49					484	467		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				160	226					2.072	2.243		
EDP Goiás	Controlada indireta	01/01/2023 a 31/12/2027								160		1.756	(695)		
Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	01/01/2022 a 31/12/2027					14						137		
EDP Smart SPE V	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2027					14						40		
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2027				20	17			237	236	643	683		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2027				15					19	663	510		
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2027				120	114					1.436	1.298		
Enerpeixe	Controlada	01/07/2018 a 31/12/2027				1.156	916					2.898	2.691		
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura															
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				294	115			99	126	294	2.532		
EDP Trading	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				72	79					476	553		
Investco	Controlada indireta	01/01/2015 a 31/12/2026				20	286					258	308		
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2015 a 31/12/2026											997		
Lajeado	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				14						176	260		
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				293	265					3.708	3.799		
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				100						1.260	635		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2015 a 31/12/2026					13						197		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				7	3					42	45		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				31	14					192	205		
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				9	4					51	32		
Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	01/01/2022 a 31/12/2026					1						12		
EDP Goiás	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026				33	11					155	157		
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				10						133			
Enerpeixe	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026								116	116				
EDP Smart SPE V	Controlada indireta	01/01/2015 a 31/12/2026					4						55		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				28						347	3		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice															
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028				14.129	1.898					14.144	10.154		
Mata Grande Transmissora	Controlada (****)	01/02/2022 a 31/12/2028					71				21	138	552		
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2028				535	57					535	538		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2028					64						938		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028				1.017	106					1.017	1.158		
EDP Goiás	Controlada indireta	01/02/2022 a 31/12/2028				2.679	171					2.700	2.167		
EDP Smart Soluções	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2028				654						654			
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028				715						714	898		
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2028											7.086		
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028				2.363					100	2.363	740		
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028				13.969	1.658					13.969	9.715		
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028				528	495						2.383		
Investco	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2028				1.840						1.840	1.961		
EDP Smart SPE V	Controlada indireta	01/01/2019 a 31/12/2028				215	13			67	33	194	39		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028											363		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2028				886	112					886	824		
Contrato de prestação de serviços															
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	329	8.513				93.069	66.007	1.327	1.216	(28.586)	(23.991)	(12.926)	894
EDP Renováveis	Parte Relacionada	Indeterminado	242	9								306	295		
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado						1.837	6.636			(2.513)	(1.120)		
Porto do Pecém	Coligada	22/12/2023 a 21/06/2024					283						283		
Reembolso de custos com Leilão															
EDP Transmissão Nordeste	Controlada	30/07/2024 a indeterminado				1.359									
EDP Transmissão Norte Nordeste 2	Controlada	30/07/2024 a indeterminado				590									
EDP Transmissão Norte Nordeste 1	Controlada indireta	30/07/2024 a indeterminado				557									
				571	8.522	47.337	9.564	94.906	72.643	3.396	2.888	56.034	58.954	(12.926)	894
				571	191.637	610.749	800.322	94.906	72.643	3.396	2.888	56.034	58.954	27.167	57.866

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Consolidado											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023										(16.560)		
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023										(21.058)		
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023										(19.887)		
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023										(17.526)		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036									2.615	(9.927)		
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036									(236)	(36.304)		
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2024									(2.755)	(7.181)		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2024									(185)	(27.473)		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2024									(93)			
Central Eólica Monte Verde VI	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2024										(18.440)		
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2024									14.180	(5.319)		
Central Eólica Catanduba I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2024									(29.637)			
Central Eólica Catanduba II	Parte Relacionada		01/01/2024 a 31/12/2024									(26.087)			
Monte Verde Solar II	Parte Relacionada		01/01/2024 a 31/12/2024									(5.140)			
Monte Verde Solar III	Parte Relacionada		01/01/2024 a 31/12/2024									(9.824)			
Monte Verde Solar IV	Parte Relacionada		01/01/2024 a 31/12/2024									(9.750)			
Monte Verde Solar V	Parte Relacionada		01/01/2024 a 31/12/2024									(4.879)			
Monte Verde Solar VII	Parte Relacionada		01/01/2024 a 31/12/2024									(9.737)			
Prestação de serviços															
Pecém OM	Coligada (*)		Indeterminado	-	-	-	-	15.777	11.460	-	-	(236.273)	(360.100)	-	-
Compromissos futuros															
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038					11.162	22.672	52.978	31.162	(10.306)	(18.169)		
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038	10.196		111.021		23.767	68.734	40.050	68.010	194.147	(6.199)		
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023										36.809		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023										9.691		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023										9.687		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023										6.458		
Central Solar Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036	10.196	-	111.021	-	55.900	136.169	161.186	162.176	202.479	15.830	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos															
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2027			20	17			237	258	643	683		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2027			15					19	663	510		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2027			120	114					1.436	1.298		
Contrato de prestação de serviços (c)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	329	8.513		568	93.823	66.007	1.327	1.216	(29.340)	(21.488)	(12.926)	894
EDP Renováveis	Parte Relacionada		Indeterminado	242	377							306			
EDP Valor	Controlada em conjunto		Indeterminado					1.837	6.636			(2.513)	(1.120)		
CEJA	Controlada em conjunto		01/06/2022 a 31/12/2024	54	52							633	610		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/06/2022 a 31/12/2024	54	52							633	610		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/06/2022 a 31/12/2024	104	51							620	597		
Elebrás	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	13	16							110	94		
Cenael	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	3	43							18	42		
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	6	7							40	40		
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	6	7							40	40		
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	6	7							40	40		
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	6	7							40	40		
Central Eólica Jauí	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	19	23							130	133		
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	5	7							37	38		
Central Solar Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8	10							55	56		
Central Solar Pereira Barreto II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	13	14							55	56		
Central Solar Pereira Barreto III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8	10							55	56		
Central Solar Pereira Barreto IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8	10							55	56		
Central Solar Pereira Barreto V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7	8							47	48		
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024										36		
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024										36		
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024										36		
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024										36		
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024										36		
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024										41		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	13	15							88	83		
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	13	15							92	83		
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	11	14							81	72		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	9	21							61	114		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	6	8							44	41		
Central Eólica Monte Verde VI	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	9								61			
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024		10								52		
Central Eólica Boqueirão II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024												
Central Eólica Catanduva I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	9								19			
Central Eólica Catanduva II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	9								19			
Monte Verde Solar II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	12								13			
Monte Verde Solar III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	12								13			
Monte Verde Solar IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	16								17			
Monte Verde Solar V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	16								17			
Monte Verde Solar VII	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	16								17			
Central Solar Novo Oriente I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8								21			
Central Solar Novo Oriente II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	11								21			
Central Solar Novo Oriente III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	11								21			
Central Solar Novo Oriente IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	9								12			
Central Solar Novo Oriente V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	5								30			
Central Solar Novo Oriente VI	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	5								9			
Royalties															
EDP Portugal	Controladora		Inderterminado					13.737				(7.909)			
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2024			18	18		259						
				1.091	9.340	173	717	109.397	72.902	1.564	1.493	(33.450)	(16.895)	(12.926)	894
				16.467	10.713	345.410	717	181.074	220.531	162.750	163.669	(32.473)	(344.832)	9.913	1.068

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a Companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
(**) Em janeiro de 2024, a controlada Energia I e suas subsidiárias foram alienadas e, consequentemente, a partir desta data deixam de ser consolidadas.
(***) Em fevereiro de 2024, a Companhia alienou a controlada EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
(****) Em maio de 2024, a Companhia alienou a controlada Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
(a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.
(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.
Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da Controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.
Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL, devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.
Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.
(c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.
(d) **Contratos de Prestação de serviços:** Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.
Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada a apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal
Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio à gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP - Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.
EDP Transmissão Goiás
Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.
Os contratos possui vigência até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por mais 24 meses, e os valores são pagos em parcelas mensais, atualizado anualmente pelo IPCA.
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC
Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo as controladas assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.
(*) Em fevereiro de 2024, a companhia alienou a controlada EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada (Nota 18.2).
(**) Em maio de 2024, a companhia alienou a controlada Mata Grande Transmissão e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada (Nota 18.1).
(***) EDP Transmissão Aliança encontra-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 18.4).

11.1 Controladora final
A controladora final da Companhia é a EDP - Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.
11.2 Remuneração dos administradores
11.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	2024				2023			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal (*)	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)								

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2023	Transferência dos ativos da concessão	Transferência dos intangíveis	Valor justo	Baixas	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo financeiro indenizável	7.320.523	1.067.578	7.550	356.010	(35.581)	8.716.080
Total	7.320.523	1.067.578	7.550	356.010	(35.581)	8.716.080
Circulante						4.958.147
Não circulante	7.320.523					3.757.933

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 1.003/22; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme a região de infração da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

21.1 Valor justo
O montante de R\$356.010 na rubrica de valor justo, refere-se ao efeito inflacionário do exercício. A taxa IPCA acumulada em 2024 é de 4,89%, enquanto em 2023 foi de 4,40%.

21.2 Curto prazo - Ativo financeiro indenizável
A controlada EDP Espírito Santo transferiu para o curto prazo o saldo total do ativo financeiro indenizável devido ao prazo da concessão (nota 4.2.1).

22 Ativos da concessão

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2023	Transfe-rência para o Ativo Intangível	Transfe-rência para o Ativo financeiro Indenizável	Adições (Nota 35)	Reajuste e Revisão tarifária (Nota 22.2.1)	Remu-nera-ção	Juros Capita-lizados	Margem de Cons-trução	Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Valor líquido em 31/12/2024
Distribuição (Nota 22.1)	1.022.187	(379.960)	(1.067.578)	1.483.244			16.495		(5.509)	1.068.879
Transmissão (Nota 22.2)	5.160.555			595.868	167.804	662.152	(673.784)	54.833	(2.521.250)	114.903
	6.182.742	(379.960)	(1.067.578)	2.079.112	167.804	662.152	(673.784)	16.495	54.833	(2.521.250)
Circulante	497.570									109.394
Não circulante	5.685.172									209.394
										3.655.743

22.1 Distribuição
Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 101/22, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,085% para a controlada EDP São Paulo e 0,851% para a controlada EDP Espírito Santo, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 897/20.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 21) ou como Intangível (Nota 25), conforme a forma de remuneração.

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	63,40%	31,00%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondicionamento de redes em fim de vida útil	17,40%	24,00%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	8,20%	8,50%
Combate a perdas	11,00%	36,50%
	100,00%	100,00%

22.2 Transmissão
Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47. O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo QNS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas apresentadas na nota 34.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

22.2.1 Reajuste e Revisão tarifária
Conforme mencionado na nota 4.15, foi homologado o reajuste e revisão tarifária das controladas de transmissão.

22.2.2 Transmissão - Outros
O montante de R\$114.903 refere-se: (i) R\$86.971 a receita com O&M; e (ii) R\$27.932 referente a PIS/COFINS

23 Propriedades para investimentos

O montante em 31 de dezembro de 2023 refere-se, substancialmente, à controlada indireta EDP Goiás adquirida em 2022, atinente aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados a esta controlada indireta, com anuidade da CELGPAP, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia.

24 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

	Controladora					
	31/12/2024	31/12/2023				
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico
Imobilizado em serviço						
Administração						
Terrenos			11.813	11.813		
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,00	25.160	(9.122)	16.038	7,58	24.797
Máquinas e equipamentos	12,00	29.549	(25.364)	4.185	14,91	28.469
Veículos	14,00	1.245	(1.160)	85	14,29	1.245
Móveis e utensílios	6,00	7.474	(3.500)	3.974	6,25	7.474
Total do Imobilizado em serviço		75.241	(39.146)	36.095		61.985
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.1.1					
Veículos	8,00	38.391	(4.920)	33.471	9,10	16.622
Total Ativos de direito de uso		20,00	6.089	(3.738)	2,351	19,54
Imobilizado em curso						
Administração						
Total do Imobilizado em curso		7.248	-	7.248		19.690
Total Imobilizado		126.969	(47.804)	79.165		104.386

	Consolidado					
	31/12/2024	31/12/2023				
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico
Imobilizado em serviço						
Geração						
Terrenos			168.805	168.805		168.805
Reservatórios, barragens e adutoras	1,77	1.765.660	(699.326)	1.066.334	1,77	1.765.590
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,86	706.059	(303.164)	402.895	2,72	678.889
Máquinas e equipamentos	2,25	1.739.389	(28.892)	1.710.497	14,12	1.252.263
Veículos	13,62	2.960	(2.176)	784	24,35	2.882
Móveis e utensílios	5,59	5.358	(3.065)	2.293	5,70	5.107
	4.388.231	(28.892)	(1.733.379)	2.654.852	3.876.536	(1.655.636)
Sistema de Transmissão de Conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38	2.993	(1.725)	1.268	3,14	2.993
Máquinas e equipamentos	3,03	171.454	(96.935)	74.519	3,41	172.381
	174.447	-	(98.660)	75.787	175.374	(93.911)
Administração						
Terrenos			11.813	11.813		
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,39	37.452	(12.047)	25.405	9,39	28.104
Máquinas e equipamentos	10,25	255.331	(81.095)	174.236	10,25	196.449
Veículos	9,71	4.073	(3.246)	827	9,71	5.563
Móveis e utensílios	6,17	11.062	(5.613)	5.449	6,17	11.979
	319.731	-	(102.001)	217.730	242.095	(69.188)
Atividades não vinculadas à concessão						
Terrenos			85	85		85
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,50	61.069	(22.858)	38.211	9,70	58.621
Total do Imobilizado em serviço		61.154	(22.858)	38.296		58.706
Ativos de direito de uso						
Terrenos	24.1.1					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,97	71.099	(6.079)	65.020	6,31	34.087
Equipamentos de informática	9,44	96.380	(39.094)	57.286	10,92	95.386
Veículos	5,50	291	(16)	275	5,50	291
Total Ativos de direito de uso		14,06	16.872	(12.503)	4,369	16.818
Imobilizado em curso						
Geração						
Terrenos						
Edificações, obras civis e benfeitorias	65,803			65.803	58,662	
Transmissão						
Administração						
Ativos destinados a arrendamentos operacionais						
Terrenos						
Máquinas e equipamentos						
Outros						
Total do Imobilizado em curso						
Total Imobilizado						

24.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.5). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- **Terrenos:** refere-se, substancialmente, a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- **Equipamentos de informática:** Refere-se ao contrato de aluguel de *notebooks* e *desktops* utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.
- **Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

24.1.2 Impairment

O montante refere-se ao *impairment* reconhecido na controlada EDP Smart Serviços e na controlada indireta EDP Smart Soluções.

24.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2023	Transferência para imobilizado em serviço	Depre-ciação	Baixas (Nota 24.2.2)	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço						
Terrenos		19.343			(7.530)	11.813
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.619	363	(1.944)			16.038
Máquinas e equipamentos	4.493	1.080	(1.388)			4.185
Veículos	146	(61)				85
Móveis e utensílios	4.400	(426)				3.974
Total do Imobilizado em serviço	26.658	-	20.786	(3.819)	-	36.095
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.750	21.769	(2.048)			33.471
Veículos	3.568		(1.217)			2.351
Total Ativos de direito de uso	17.318	21.769	-	(3.265)	-	35.822
Imobilizado em curso						
Terrenos		1.495	(19.343)			17.848
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.412	517	(363)		(11.045)	521
Máquinas e equipamentos	8.278	2.843	(1.080)	(3.539)	225	6.727
Total do Imobilizado em curso	19.690	4.855	(20.786)	-	(3.539)	7.028
Total do Imobilizado	63.666	26.624	-	(7.084)	(502)	79.165

	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos (Nota 24.2.1)	Transfe- rência para imobilizado	Depre- ciação	Baixas (Nota 24.2.2)	Transfe- rência do	Impairment (Nota 24.2.3)	Reclas- sificação	Valor líquido em 31/12/2024
			em serviço e ativos de concessão			Ativo Mantido para Venda (Nota 18)			
Imobilizado em serviço									
Terrenos	168.891		19.343					(7.530)	180.704
Reservatórios, barragens e adutoras	1.120.570		69	(36.232)					1.084.407
Edificações, obras civis e benfeitorias	458.552		35.479	(23.770)	(82)	531		2.609	473.319
Máquinas e equipamentos	752.394		525.824	(83.840)	(1.237)	(20.907)	5.903	31.050	1.209.187
Veículos	1.797		647	(431)		(234)			1.779
Móveis e utensílios	9.829		259	(863)		(848)			8.377
Total do Imobilizado em serviço	2.512.033	-	581.621	(145.136)	(1.319)	(21.458)	5.903	26.129	2.957.773
Ativos de direito de uso									
Terrenos	29.515	40.005		(1.738)	(2.762)				65.020
Edificações, obras civis e benfeitorias	59.894	10.728		(11.618)	(1.290)	(428)			57.286
Equipamentos de informática	275								275
Veículos	6.636			(2.307)	(135)	175			4.369
Total Ativos de direito de uso	96.320	50.733	-	(15.663)	(4.187)	(253)	-	-	126.950
Imobilizado em curso									
Terrenos	20.205	1.495	(19.343)					17.848	20.205
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.483	517	(3.076)					(8.379)	545
Máquinas e equipamentos	48.613	18.628	(7.122)		(3.855)	(15)		2.009	58.258
Adiantamento a fornecedores	2.373							(1.689)	684
A ratear	926				(926)				
Outros	14.111	1.687			(248)			(853)	14.697
Ativos destinados a arrendamentos operacionais									
Terrenos	903								903
Edificações, obras civis e benfeitorias			(31.686)					31.686	
Máquinas e equipamentos	480.235	320.908	(520.394)		(11.233)	65		(30.754)	238.827
Outros	34.788	2.487			(2.381)	238		1.055	36.187
Adiantamento a fornecedores	4.784							(2.359)	2.425
Total do Imobilizado em curso	618.421	345.722	(581.621)	-	(18.643)	288	-	8.564	372.731
Total do Imobilizado	3.226.774	396.455	-	(160.799)	(24.149)	(21.423)	5.903	34.693	3.457.454

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.3 Direito de concessão - Outros				Consolidado									
Consolidado													
31/12/2024													
	Custo	Amortização	Total	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos em 31/12/2023 (Nota 25.2.1)	Transfe-rência para intangível em serviço	Transfe-rências dos ativos da concessão	Amor-tização	Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Reclas-sificação	Baixas (Nota 25.2.2)	Valor líquido em 31/12/2024	
Distribuição													
EDP São Paulo	38.143	(32.676)	5.467										
	38.143	(32.676)	5.467										
Transmissão													
EDP Transmissão Litoral Sul	63.851	(6.650)	57.201										
EDP Goiás	1.053.863	(145.208)	908.655										
	1.117.714	(151.858)	965.856										
Geração													
Lajeado	164.827	(122.681)	42.146										
Enerpeixe	3.837	(2.464)	1.373										
Investco	744.443	(509.591)	234.852										
	913.107	(634.736)	278.371										
Extensão de prazo - GSF													
Enerpeixe	216.841	(40.660)	176.181										
Lajeado	229.338	(58.123)	171.215										
Investco	3.269	(868)	2.401										
	449.448	(99.651)	349.797										
Total	2.518.412	(918.921)	1.599.491										

25.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos
Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrente da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instrução CVM nº 70/22 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

25.1.5 Goodwill
O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor recuperável (Nota 3.7).

25.2 Movimentação do Intangível	Controladora						Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclas-sificação	
Intangível em serviço							
Software	14.505		33.097	(8.789)			38.813
Total do intangível em serviço	14.505	-	33.097	(8.789)	-	-	38.813
Intangível em curso							
Outros Intangíveis em curso	49.707	13.973	(33.097)		(3.020)	502	28.065
Total do intangível em curso	49.707	13.973	(33.097)		(3.020)	502	28.065
Total do Intangível	64.212	13.973	-	(8.789)	(3.020)	502	66.878

26 Fornecedores

Suprimento de energia elétrica (i)
Energia livre
Encargos de uso da rede elétrica
Operações CCEE
Materiais e serviços
Materiais e serviços (Risco sacado)
Total

(i) O valor total de garantias de compras de energia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$148.579 (R\$271.815 em 31 de dezembro de 2023) na Controladora e R\$428.866 (R\$512.941 em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado.
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

26.1 Suprimento de energia elétrica
A variação observada no exercício refere-se, principalmente, à controlada EDP São Paulo e decorre da diminuição na contratação de energia, devido de uma menor demanda em setembro de 2024.

26.2 Encargos de uso da rede elétrica
A variação observada no exercício refere-se, principalmente, às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo e é decorrente da redução dos contratos de MJST, visando uma melhor adequação ao mercado operacional da distribuidora.

26.3 Materiais e serviços
O aumento de R\$27.520 no Consolidado decorre, substancialmente, da liquidação de fornecedores no exercício de 2024, conforme a seguir:

(i) aumento de R\$62.385 nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo a qual se refere à aquisição de transformadores, medidores de energia, religadores e demais investimentos e serviços de infraestrutura da concessão para manutenção e ampliação da rede de distribuição.
(ii) redução de R\$16.864 na Companhia devido aos pagamentos das prestações de serviços.

26.4 Materiais e serviços (Risco sacado)
Os montantes de R\$306 (R\$237 em 31 de dezembro de 2023) na Controladora e R\$12.315 (R\$16.753 em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado referem-se ao convênio que a Companhia e as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo detêm com um fundo de direitos creditórios que auxilia na gestão de seus compromissos com seus fornecedores. Esta operação permite ao fornecedor transferir seus direitos ao fundo em vista de antecipar seus fluxos de caixa, sem qualquer linha de crédito associada.

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	-	12.720	300.000			312.720		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal	-		(55)			(55)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	9.673	625.924	635.597	8.833	580.539	589.372		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal		(963)	(963)		(2.883)	(2.883)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral	22.121	400.000	422.121	24.612	400.000	424.612		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal		(204)	(204)		(554)	(554)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral	3.286	90.000	180.000	273.286	3.089	270.000	273.089	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal		(203)	(144)	(347)		(570)	(570)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	13ª emissão em 19/02/2024	19/02/2024 a 19/02/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,90% a.a.	Principal anual a partir de fevereiro/2027 e juros semestral	21.187		500.000	521.187		-		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.570)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal		(1.975)	(1.975)			-		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	800.000	14ª emissão 1ª Série em 19/08/2024	19/08/2024 a 28/08/2029	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,49% a.a.	Principal anual a partir de Agosto/2026 e juros semestral	28.541		800.000	828.541		-		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(6.487)		19/08/2024 a 28/08/2029			Amortização mensal		(5.429)	(5.429)			-		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	400.000	14ª emissão 2ª Série em 19/08/2024	19/08/2024 a 28/08/2031	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,56% a.a.	Principal anual a partir de Agosto/2026 e juros semestral	14.363		400.000	414.363		-		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(3.244)		19/08/2024 a 28/08/2031			Amortização mensal		(3.002)	(3.002)			-		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral	15.498	108.538	124.036	18.063	206.041	14.054	238.158	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						15/12/2024 a 15/12/2036			Amortização mensal		(16.450)	(16.450)			-		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	-	4.700	200.000			204.700		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal		(138)	(138)		(734)	(138)	(872)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	14ª emissão em 15/12/2024	15/12/2024 a 15/12/2036	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 7,2843%	Principal anual a partir de Dezembro/2034 e juros semestral	408		502.698	503.106		-		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(853)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal			-		(44)	(44)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de ajaneiro/2025 e juros semestral	16.214	443.559	425.258	885.031	14.622	817.617	832.239	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal		(339)	(27)	(366)		(991)	(991)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral	12.360	116.666	116.666	245.692	20.914	116.668	233.333	370.915
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal		(163)	(60)	(223)		(266)	(223)	(489)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral	918	150.000	150.000	300.918	1.330	150.000	300.000	451.330
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal		(329)	(164)	(493)		(1.017)	(1.017)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral	5.477	150.000	300.000	455.477	5.149	450.000	455.149	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal		(305)	(232)	(537)		(917)	(917)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	15ª emissão em 15/09/2023	15/09/2023 a 25/09/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2026 e juros semestral	20.714		600.000	620.714	17.273	600.000	617.273	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.347)		15/09/2023 a 25/09/2028			Amortização mensal			(922)	(922)		(950)	(950)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	16ª emissão em 04/03/2024	04/03/2024 a 04/03/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,89% a.a.	Principal anual a partir de março/2027 e juros semestral	12.950		350.000	362.950			-	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.459)		04/03/2024 a 04/03/2028			Amortização mensal			(1.092)	(1.092)			-	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	750.000	1	750.000	17ª emissão em 20/06/2024	20/06/2024 a 20/06/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 0,68% a.a.	Principal anual a partir de junho/2027 e juros semestral	2.171		750.000	752.171			-	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						20/06/2024 a 20/06/2028			Amortização mensal			(2.573)	(2.573)			-	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	18ª emissão em 15/12/2024	15/12/2024 a 15/12/2036	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 7,2843%	Principal anual a partir de Dezembro/2034 e juros semestral	619		804.320	804.939			-	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						15/12/2024 a 15/12/2036			Amortização mensal		(25.927)	(25.927)				-	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral	-	3.064	22.260			25.324		
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal			(27)			(27)		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enperpeixe	Instrução CVM nº 160/22	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral	-	3.278		255.000		258.278		
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 15/06/2027			Amortização mensal		(211)	(211)		(99)	(99)		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enperpeixe	Instrução CVM nº 160/22	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral	-	10.078		275.000		285.078		

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado					
												31/12/2024			31/12/2023		
												Encargos	Principal	Não Circulante	Encargos	Principal	Não Circulante
												Total	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante
(-) Custos de emissão	Lajeado				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal		-				(290)	(290)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	5ª emissão em 10/12/2024	10/12/2024 a 10/12/2029	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,89% a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2026 e juros semestral		2.948		600.000	602.948		-
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2025			Amortização mensal		-				(259)	(259)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 15/06/2027	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,90% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral				153.779	154.517	2.689	150.000
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026	Refinanciamento do Funding de aquisição		Amortização mensal		-				(408)	(408)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		-		1.749		200.000	201.749
(-) Custos de emissão	Enerpeixe						10/12/2024 a 10/12/2029			Amortização mensal				(3.178)	(3.178)		-
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	-		24.492	67.938	1.462.569	1.554.999
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal		-			(6.706)	(14.256)	(20.962)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Goiás	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1	366.666	1ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	924	52.381	314.285	367.590	178	73.335
(-) Custos de emissão	EDP Goiás						22/12/2023 a 22/12/2028			Amortização mensal			(694)	(1.039)	(1.733)	(1.121)	(2.500)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Goiás	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1	183.334	2ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	468	16.667	166.667	183.802	90	26.190
(-) Custos de emissão	EDP Goiás						22/12/2023 a 22/12/2030			Amortização mensal			(270)	(677)	(947)		-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2029	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,40% a.a.	Juros Semestral e Principal anual à partir janeiro/2027	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	38.562		696.269	734.831	210.310	700.000
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina				(404)		19/01/2022 a 17/01/2029			Amortização mensal		-				(16)	(16)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Trading	Instrução CVM nº 160/22	575.000	1	575.000	1ª emissão em 15/02/2024	15/02/2024 a 15/02/2034	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	IPCA + 6,05% a.a.	Principal anual a partir de Fevereiro/2032 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	13.467		528.380	541.847		-
(-) Custos de emissão	EDP Trading				(18.628)		15/02/2024 a 15/02/2034			Amortização mensal				(16.935)	(16.935)		-
Total geral												252.290	2.232.209	8.258.285	10.742.784	392.975	2.136.755

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixaento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Baa3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.
(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no *spread* anual face um rebaixaento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias das debêntures mencionado acima em 31 de dezembro de 2024 na Companhia é de R\$2.038.113 (R\$2.860.077 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R\$3.396.717 (R\$4.677.443 em 31 de dezembro de 2023).

27.2 Movimentação das debêntures

	Controladora							
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2024		
Circulante								
Principal	22.260	(23.036)			776	-		
Juros	3.064	(4.554)	1.490		-	-		
Custo de transação	(27)			27		-		
	25.297	(27.590)	1.490	27	776	-		
Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Paga-mentos	Juros provisio-nados	Transfe-rências para Passivo	Ajuste a valor de mercado	Para Venda (Nota 18.2)	Amortização do custo de transação
Circulante								
Principal	2.146.094	(1.816.687)	959.526	2.537.304	5.096	(728.427)		92.541
Juros	392.975	(1.076.006)				(24.205)		
Custo de transação	(9.339)			(21.932)		6.838		565
	2.529.730	-(2.892.693)	959.526	2.515.372	5.096	(745.794)		107.405
Não circulante								
Principal	6.338.379	5.275.000		(2.537.304)	(46.604)	(798.242)		107.045
Custo de transação	(26.059)	(93.450)		21.932		17.540		
	6.312.320	5.181.550	-	-(2.515.372)	(46.604)	(780.702)		107.045

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado
2025	2.484.499
	2.484.499
Não circulante	
2026	1.852.053
2027	2.113.775
2028	1.726.440
2029	623.128
2030	99.762
2030 até 2034	1.843.127
	8.258.285
	10.742.784

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.
As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão.
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Trading, Santa Leopoldina e EDP Goiás encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.
EDP - Energias do Brasil
• Para a 4ª emissão:
(i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
(ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
(iii) Pedido de autofalência;
(iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
(v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
(vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação;
(vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas;
(viii) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do *rating* da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
(ix) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e
(x) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado1, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;
(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;
(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada2/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração;
(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000;
(v) EDP São Paulo (18ª emissão) rescisão, caducidade ou encampação do Contrato de Concessão; e
(vi) EDP São Paulo (15ª emissão) após 31 de agosto de 2031 (exclusive), caso a Emissora esteja cumprindo com o Índice Financeiro, com base no último acompanhamento anual do Agente Fiduciário, a Emissora poderá emitir novos contratos de mútuo na qualidade de mutuante, limitado ao valor agregado de até R\$800.000. Em caso de inadimplemento do Índice Financeiro, ficam vedadas: (i) novas concessões de mútuos que resultem em um valor individual ou agregado acima de R\$500.000; e (ii) caso o valor esteja acima de R\$500.000, ficam vedadas novas renovações de mútuos que resultem em valores superiores a R\$500.000.
EDP Espírito Santo
(i) EDP Espírito Santo (7ª e 8ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida Líquida em relação ao EBITDA ajustado(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;
(ii) EDP Espírito Santo (10ª, 11ª, 12ª e 13ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada2/EBITDA ajustado1, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;
(iii) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000;
(iv) EDP Espírito Santo (12ª emissão): A companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento delas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), caso o Poder Concedente não tenha se manifestado formalmente sobre a prorrogação do Contrato de Concessão da Emissora até 17 de outubro de 2024 (inclusive) ("Não Renovação da Concessão"), sendo certo que o prazo máximo para realização do Resgate Antecipado Obrigatório será até 17 de janeiro de 2025; e
(v) EDP Espírito Santo (15ª emissão): celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas nos termos previstos na Cláusula 9.5.1 (iii) abaixo, com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (intercompany loans), em valor individual ou agregado superior a (x) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$100.000; (y) entre 31 de dezembro de 2025 (inclusive) até 31 de dezembro de 2026 (inclusive), R\$200.000; (w) entre 31 de dezembro de 2026 (inclusive) até 31 de agosto de 2031 (inclusive), R\$500.000; e (z) após 31 de agosto de 2031 (exclusive), caso a Emissora esteja cumprindo com o Índice Financeiro, com base no último acompanhamento anual do Agente Fiduciário, a Emissora poderá emitir novos contratos de mútuo na qualidade de mutuante, limitado ao valor agregado de até R\$800.000. Em caso de inadimplemento do Índice Financeiro, ficam vedadas: (i) novas concessões de mútuos que resultem em um valor individual ou agregado acima de R\$500.000; e (ii) caso o valor esteja acima de R\$500.000, ficam vedadas novas renovações de mútuos que resultem em valores superiores a R\$500.000.

• Específicas para a 14ª emissão:
(i) rescisão, caducidade ou encampação do Contrato de Concessão;
A Emissora estará dispensada de realizar o Resgate Antecipado Obrigatório caso, até 17 de abril de 2025, seja obtida a aprovação societária da companhia ("EDP Brasil", "Garantia Corporativa" e "Constituição Garantia Corporativa", respectivamente) para outorga da garantia fidejussória corporativa a fim de garantir as obrigações das Debêntures e tal aprovação societária tenha sido arquivada perante a JUCEES. Em 16 de julho de 2025, as Partes deverão celebrar um aditamento à presente Escritura de Emissão para a Constituição Garantia Corporativa, nos termos do Anexo I ("Constituição Garantia"). Tal aditamento à Escritura de Emissão deverá ser arquivado na JUCEES, nos termos da Cláusula 2.4 acima, e no cartório de registro de títulos e documentos competente, devendo ser realizado o registro no cartório pela Emissora, às suas expensas, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, no prazo de 30 dias úteis contados da respectiva data de assinatura. Caso após a aprovação da Garantia Corporativa e até 16 de julho de 2025, a Concessão seja formalmente prorrogada, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão, ou seja formalmente estabelecida uma nova concessão para os mesmos fins da Concessão anterior, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão, a obrigação de constituir a Garantia Corporativa e, portanto, de celebrar o aditamento à Escritura de Emissão, deixará de ter qualquer validade e eficácia.
O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado nos termos da Cláusula 5.1.1 acima, observadas as mesmas formalidades descritas nas Cláusulas 5.1.2 e 5.1.3 também acima. Na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório, a Emissora não pagará qualquer prêmio de resgate aos Debenturistas. Caso, após a Constituição Garantia Corporativa, a Concessão seja formalmente prorrogada, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão ou seja formalmente estabelecida uma nova concessão para os mesmos fins da Concessão anterior, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão ("Condição Resolutiva da Garantia Corporativa"), a Garantia Corporativa será automaticamente extinta e resolvida, nos termos do artigo 474 do Código Civil, de modo que a companhia será automática e integralmente exonerada de suas obrigações enquanto garantidora da presente Emissão, na data da concretização da Condição Resolutiva da Garantia Corporativa, devendo referida exoneração ser refletida nos documentos da Emissão mediante a celebração de aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos do Anexo II ("Liberação da Garantia Corporativa"). Não será admitido o Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures. Caso após 17 de janeiro de 2025 (inclusive), a Emissora já tenha realizado a Comunicação de Resgate, mas antes da data de realização do Resgate Antecipado Obrigatório, a Condição Resolutiva da Garantia Corporativa ocorra, a Emissora poderá cancelar o Resgate Antecipado Obrigatório.
(ii) Não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0, até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas memórias de cálculo que serão disponibilizadas pela Emissora, sendo que o primeiro acompanhamento anual pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, observado, para fins de cálculo do Índice Financeiro os conceitos abaixo.
Caso a Emissora realize novas emissões de dívida ou contraia qualquer outro tipo de endividamento que contenha restrição de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0, até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive), o Índice Financeiro a ser observado nesta Emissão passa a ser, a partir da data de celebração ou contratação do instrumento de dívida, automaticamente considerado como menor ou igual ao menor dos Índices Financeiros que a Emissora disponha nos demais instrumentos de dívida, devendo a Emissora notificar, em até 30 dias contados da celebração do instrumento de dívida, o Agente Fiduciário sempre que celebrar os demais instrumentos de dívida cujo Índice Financeiro seja menor do que os indicados acima, conforme aplicável. "Dívida Líquida" significa a dívida financeira total (incluindo mútuos), subtraídas as disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, desde que classificados no ativo de curto prazo nas demonstrações financeiras; e "EBITDA Ajustado" é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado aos os ativos e passivos de CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - Sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais, apurado nas demonstrações financeiras.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

(i) EDP São Paulo (12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (11ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000;
(ii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a (a) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$100.000 e (b) após 31 de dezembro de 2025 (exclusive), R\$200.000 (duzentos milhões de reais);
(iii) EDP São Paulo (14ª, 16ª e 17ª emissões) e EDP Espírito Santo (12ª e 13ª emissões): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano;
(iv) EDP São Paulo (16ª e 17ª emissão) e EDP Espírito Santo (13ª emissão): celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas nos termos previstos na Cláusula 6.6. abaixo, com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (intercompany loans), em valor individual ou agregado superior a (x) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$100.000; (y) entre 31 de dezembro de 2025 (inclusive) até 31 de dezembro de 2026 (inclusive), R\$200.000; e (z) após 31 de dezembro de 2026 (inclusive), R\$500.000; e
(v) EDP São Paulo (18ª emissão) e EDP Espírito Santo (14ª e 15ª emissões): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0 (quatro inteiros), até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas memórias de cálculo que serão disponibilizadas pela Emissora, sendo que o primeiro acompanhamento anual pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, observado, para fins de cálculo do Índice Financeiro os conceitos abaixo. Caso a Emissora realize novas emissões de dívida ou contraia qualquer outro tipo de endividamento que contenha restrição de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor ou igual a (a) 4,0 (quatro inteiros), até o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2029 (inclusive); e (b) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2030 (inclusive), o Índice Financeiro a ser observado nesta Emissão passa a ser, a partir da data de celebração ou contratação do instrumento de dívida, automaticamente considerado como menor ou igual ao menor dos Índices Financeiros que a Emissora disponha nos demais instrumentos de dívida, devendo a Emissora notificar, em até 30 (trinta) dias contados da celebração do instrumento de dívida, o Agente Fiduciário sempre que celebrar os demais instrumentos de dívida cujo Índice Financeiro seja menor do que os indicados acima, conforme aplicável.

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;
(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
(iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000;
(iv) Dívida Líquida/EBITDA deve ser menor ou igual a 4,25x (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do Índice Financeiro menor ou igual à 4,50x, a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança;

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000.

(iii) enquanto a Fiança estiver em vigor, término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo Poder Concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui previstos, no término definitivo da concessão de qualquer Controlada da Garantidora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 30% da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social e desde que cause um Efeito Adverso Relevante na Garantidora;

(iv) se a Garantidora, enquanto a Fiança estiver em vigor, deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de cumulativamente (a) no mínimo, 50% mais 1 ação do capital votante da companhia; e (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da companhia ("Alteração de Controle"), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% mais uma das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% das Debêntures em Circulação, sendo o item (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam detidas por, no mínimo, 250 Debenturistas (CPFs ou CNPJs distintos);

EDP Trading

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$200.000 para a Garantidora; e (b) R\$95.000 para a Emissora, ou seu equivalente em outras moedas.

(ii) concessão de mútuos pela Emissora aos seus acionistas diretos e indiretos, ou a quaisquer terceiros, exceto para suas controladas, ou se aprovado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação.

(iii) redução de capital social da companhia para valor de capital social inferior a R\$10.000, exceto na ocorrência de quaisquer das seguintes situações: (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; ou

(b) para a absorção de prejuízos.

(iv) protesto de títulos contra a companhia e/ou contra a Garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a (a) para a Garantidora R\$200.000, ou seu equivalente e desde que em outras moedas; e (b) para a Emissora, R\$95.000, exceto se, no prazo de 10 dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela companhia e/ou pela Garantidora, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível.

(v) inadimplemento, pela companhia e/ou pela Garantidora, de sentença judicial, transitada em julgado e/ou decisão arbitral final não sujeita a recurso contra a companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$200.000 para a Garantidora; e (b) R\$95.000 para a Emissora, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão arbitral.

(vi) não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Financeira Líquida Consolidada/EBITDA Garantidora indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 dias úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.2 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras da Garantidora, sendo que:

Dívida Financeira Líquida Consolidada: significa a soma de empréstimos e financiamentos de curto prazo, duplicatas descontadas, debêntures de curto prazo, empréstimos e financiamentos de longo prazo, debêntures de longo prazo, menos o resultado da soma de disponibilidades em caixa, títulos e valores mobiliários e saldos de aplicações financeiras da Garantidora, inclusive vinculadas, classificadas no curto e longo prazo com base nas Demonstrações Financeiras da Garantidora;

EBITDA Garantidora: significa o lucro ou prejuízo líquido, acrescido da contribuição social ou imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, depreciação e amortização da Garantidora em bases consolidadas, relativo aos 12 meses imediatamente anteriores.

Índice Financeiro Período:

Menor ou igual à 3,50x No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;

Menor ou igual à 4,00x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027;

Menor ou igual à 4,25x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030; e

Menor ou igual à 4,50x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante.

(vii) inadimplemento, pela companhia e/ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, exceto pela presente Escritura de Emissão (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior (a) para a Garantidora ao montante total de R\$200.000 ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Emissora no montante total de R\$95.000.

1 O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

2 A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

28 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
28.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										Controladora e Consolidado										
										31/12/2024					31/12/2023					
										Encargos		Principal			Encargos		Principal			
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																				
BNDES - FINEM/ Nº 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-				-	59		11.353		11.412
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação		-				-			(3)		(3)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-				-	128.087		300.000		428.087
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação		-				-			(58)		(58)
BNDES - FINEM/ Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	1.093		31.930		33.023	2.114		42.954	27.851	72.919
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(33)		(33)			(144)	(31)	(175)
BNDES - FINEM/ Nº 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	-			-	29		11.382		11.411	
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação		-				-			(2)		(2)
BNDES - FINEM/Nº 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	1.142		34.156		35.298	2.838		41.361	34.871	79.070
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(27)		(27)			(113)	(28)	(141)
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		6.565	21.243		41.315	69.123	7.224	22.428		38.009	67.661
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-				-	23.207		200.000		223.207
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir setembro/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-			-	5.802		50.000		55.802	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a. até 12/11/2023 e CDI + 1,25% a.a. à partir 13/11/2023	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-			-	4.147		250.000		254.147	
BNDES/Nº 21.2.0390.1	EDP Trading	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Da EDP -Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2025, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022, após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	516		18.834	186.757	206.107	263		11.068	61.521	72.852
(-) Custo de transação	EDP Trading	2.611	30/11/2021	2.611	30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação				(771)	(3.702)	(4.473)			(378)	(2.031)	(2.409)
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	25.000	09/11/2023	25.000	09/11/2023 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final	Aditivo à Opr. nº 2435 - Fiança Corporativa da EDP Energias	-				-	439		25.000		25.439
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Energias do Brasil	600.000	27/10/2023	600.000	27/10/2023 a 28/02/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente	CDI + 1,25% a.a	Principal e juros no final		-				-	13.090		600.000		613.090
CCB BRASIL -511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	197		4.853	23.458	28.508	304		5.664	27.386	33.354
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(46)	(223)	(269)			(48)	(271)	(319)

www.edp.com

continua...

EDP Energias do Brasil S.A.																					
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023																					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)																					
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado										
											31/12/2024				31/12/2023						
											Encargos		Principal		Encargos		Principal				
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional																					
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26		411	1.987	2.424	18		411	2.398	2.827	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(34)	(41)			(7)	(41)	(48)	
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	39		674	3.257	3.970			674	3.931	4.635	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(50)	(60)			(10)	(61)	(71)	
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38		720	3.481	4.239	28		720	4.202	4.950	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(46)	(55)			(9)	(55)	(64)	
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	42		730	3.532	4.304	32		731	4.263	5.026	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(47)	(57)			(10)	(56)	(66)	
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	34		571	3.047	3.652	26		571	3.618	4.215	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(39)	(46)			(7)	(46)	(53)	
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	72		1.202	6.403	7.677	54		1.201	7.604	8.859	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(81)	(96)			(15)	(96)	(111)	
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38		633	3.431	4.102	28		633	4.065	4.726	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(39)	(47)			(7)	(46)	(53)	
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57		958	5.350	6.365	42		948	6.248	7.238	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(13)	(79)	(92)			(12)	(92)	(104)	
Empréstimos diversos		16.501	a partir de 01/03/2022	16.401	01/03/2022 a 31/05/2027	Capital de Giro		de 31,21% a.a. até 18,86% a.a. e CDI + 10,95% a.a. até CDI + 7,00% a.a.	Principal e juros mensais	Direito Creditórios e conta vinculada					-			13.917		13.917	
Total moeda nacional											9.859	21.243	94.716	277.678	403.496	187.861	22.428	1.567.765	223.113	2.001.167	
Moeda estrangeira																					
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap					-	16.756		311.920		328.676	
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	172.413 USD	08/12/2023	172.413 USD	08/12/2023 a 08/12/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 6,27% a.a.	Principal no final e Juros semetral	Fiança Corporativa da EDP Energias	4.090		1.060.321		1.064.411	3.053			834.707	837.760	
4131 Itaú - SWAP	EDP Espírito Santo	83.318 USD	18/07/2023	83.318 USD	18/07/2023 a 07/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida		USD + 6,788% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final		12.475		516.853		529.328	12.473			405.738	418.211	
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	60.815 USD	30/08/2023	60.815 USD	30/08/2023 a 14/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 7,0570% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final		16.149		377.309		393.458	6.984			297.557	304.541	
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	61.287 USD	29/11/2023	61.287 USD	29/11/2023 a 29/11/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 6,659% a.a.	Principal no final e Juros semetral					-	1.646			296.709		298.355	
Total moeda estrangeira											32.714	-	1.954.483	-	1.987.197	40.912	-	608.629	1.538.002	2.187.543	
Total geral											42.573	21.243	2.049.199	277.678	2.390.693	228.773	22.428	2.176.394	1.761.115	4.188.710	
Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 39.1.3.																					
(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".																					
(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.																					
(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.																					
(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.																					
(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$107.933 (R\$105.629 em 31 de dezembro de 2023) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.																					
A Administração da Companhia e de suas controladas faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.																					
As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.																					
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.																					
O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionado acima, em 31 de dezembro de 2024 na Companhia é de R\$1.404.081 (R\$2.048.525 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R\$1.404.080 (R\$3.255.376 em 31 de dezembro de 2023).																					
www.edp.com																					continua...



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos											
Controladora											
	Valor líquido em					Juros	Valor líquido em				
	31/12/2023	Ingressos	Pagamentos	provisionados			31/12/2024				
Circulante											
Principal	600.000	3.250	(603.250)				-				
Juros	13.090		(24.781)			11.691	-				
	613.090	3.250	(628.031)			11.691					
	Consolidado										
	Valor líquido em		Juros				Transferência				
	31/12/2023	Ingressos	Paga-mentos	provisio-nados	Transfe-rências	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	para Passivo Mantido para Venda (Nota 18)	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante	2.177.217	99.487	(2.334.989)		1.932.263		(571)		191.896	(15.148)	2.050.155
Principal	228.773		(415.370)	226.253	3.019					(102)	42.573
Juros											
Custo de Transação	(823)	(433)			(774)			945		129	(956)
	2.405.167	99.054	(2.750.359)	226.253	1.934.508	-	(571)	945	191.896	(15.121)	2.091.772
Não circulante											
Principal	1.763.969	181.825			(1.932.263)	3.306	(805)		311.695	(45.709)	282.018
Juros	22.428				(3.019)	1.834					21.243
Custo de Transação											
	(2.854)	(3.421)			774					1.161	(4.340)
	1.783.543	178.404	-	-	(1.934.508)	5.140	(805)	-	311.695	(44.548)	298.921
28.3 Vencimento das parcelas											
Consolidado											
Vencimento		Nacional	Estrangeira	Total							
Circulante											
2025		1.168.985	922.787	2.091.772							
		1.168.985	922.787	2.091.772							
Não circulante											
2026		18.735		18.735							
2027		31.545		31.545							
2028		31.394		31.394							
2029		31.263		31.263							
2030 até 2034		112.537		112.537							
2035 até 2037		73.447		73.447							
		298.921	-	298.921							
Total		1.467.906	922.787	2.390.693							

29 Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência da Companhia e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Investco e EDP Goiás contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2024.

A Companhia e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem, diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A controlada indireta EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Controladora		Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
PSAP Bandeirante			60.224	55.500	171.328
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA			229	202	15
Assistência médica e seguro de vida			48.717	44.927	517.111
Contribuição definida	813	9.595	815	83	9.595
	813	9.595	109.985	100.712	733.637

29.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Enerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Os planos da controlada indireta EDP Goiás são administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

29.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Salgado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPTS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício salgado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e

(ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:

- Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é paritária entre a controlada e os participantes.
- Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no exercício com o montante de R\$661 (R\$1.122 em 2023).

EDP Espírito Santo

- Plano Escoltos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.
- Plano Escoltos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à EDP Espírito Santo. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo.

EDP Goiás

- Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A EDP Goiás tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da EDP Goiás na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a EDP Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da EDP Goiás possuem as seguintes características:
- (i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que vocô faz. O benefício que vocô pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.
- A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.
- (ii) Eletra01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no exercício anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

29.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano.

Com base neste conceito, para a EDP São Paulo a avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2024 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPTS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em plano misto, a responsabilidade para a submassas de custeio BD e custeio CV nos montantes de R\$105.653 e R\$10.343 respectivamente e uma posição deficitária para a submassas de custeio BSPTS nos montantes de R\$134.645, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R\$18.649.

Para a EDP Espírito Santo, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2024 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

Para a EDP Goiás, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2024 demonstrou que, nos Planos Misto de Benefícios, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

29.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.410.133)	1.268.476	(85.171)	(226.828)
Custo do serviço corrente	1.008			1.008
Custo dos juros	(106.744)	96.014	(8.120)	(18.850)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	144.043	(69.676)	(22.405)	51.962
Contribuições pagas pela controlada		58.062		58.062
Contribuições pagas pelos empregados	(886)	886		-
Benefícios pagos pelo plano	87.114	(87.114)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.285.598)	1.266.648	(115.696)	(134.646)

O ganho atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$51.962, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2024 é decorrente dos efeitos de aumento na taxa de desconto devido as condições atuais de mercado.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$60.224 O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2024, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$207.013 (R\$241.308 em 31 de dezembro de 2023).

EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(205.533)	335.419	(82.729)	48.816
Custo do serviço corrente	(64)			(64)
Custo dos juros	(18.739)	31.686	(8.434)	4.513
Ganhos/(perdas) atuariais	22.452	(16.385)	(4.869)	1.198
Benefícios pagos pelo plano	21.222	(21.222)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(180.662)	329.498	(96.032)	54.463

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de ganho atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.198 (R\$48.967 em 31 de dezembro de 2023). O ganho apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2024 é decorrente dos efeitos de aumento na taxa de desconto devido as condições atuais de mercado.

EDP Goiás

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(13.964)	13.774	(37)	(227)
Custo do serviço corrente	(7)			(7)
Custo dos juros	(970)	957		(13)
Ganhos/(perdas) atuariais	(219)	2.025	(1.564)	242
Contribuições pagas pela companhia	5			5
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(15.155)	16.756	(1.601)	-

As contribuições da EDP Goiás esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$5.

O saldo de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2024, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$242 (R\$78 perda em 31 de dezembro de 2023).

29.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		
	2024	PSAP	Plano I	Plano II	
Circulante					
2025		60.224	14.507		6.526
		60.224	14.507		6.526
Não circulante					
2026		98.807	14.467		6.670
2027		102.517	14.376		6.805
2028		105.684	14.232		6.928
2029		108.906	14.032		7.036
2030 a 2034		593.921	65.234		36.081
		1.009.835	122.341		63.520
		1.070.059	136.848		70.046

Total

29.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		EDP Goiás	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente	(1.008)	(939)	64	57	7	(12)
	18.850	19.035	(4.513)	94	13	43
	17.842	18.096	(4.449)	151	20	31

Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado

Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido						
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	69.676	17.405	16.385	(1.418)	(2.025)	(960)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	23.449	8.526	1.000	9.891	580	763
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(167.492)	47.112	(23.452)	8.076	(361)	87
Ajustes a restrições de custo de benefício definido	22.405	(21.828)	4.869	(65.516)	1.564	37

Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Total	(51.962)	51.215	(1.198)	(48.967)	(222)	(73)
	(34.120)	69.311	(5.647)	(48.816)	(242)	(42)

O custo do serviço passado reconhecido na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2024 é decorrente de alterações na cláusula 25ª do acordo coletivo de trabalho de 2023, mudança de operadora do plano odontológico e alteração de sua modalidade de pagamento.

29.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado Ativo	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Alocação %		Alocação %	
Títulos de dívida	Cotado	98,13%	98,13%	88,57%	88,67%
Ações	Cotado			10,94%	10,94%
Outros	Não cotado	1,87%	1,87%	0,49%	0,39%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ação judicial movida pela União Federal, objetivando a cobrança de COFINS (fevereiro de 2024) compensados em 2007 com crédito de IRPJ de março/2002, decorrentes da recomposição tarifária extraordinária (RTE), conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do processo estar em fase mais avançada (STJ), com decisão desfavorável, foi provisionado o montante de R\$727 em 31 de dezembro de 2024. O processo aguarda decisão sobre a conversão do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a EDP São Paulo obteve decisão parcialmente favorável, restando devido o valor relativo a discussão da majoração da alíquota, o qual estava depositado judicialmente e foi convertido em renda em favor da União em 31 de dezembro de 2024 (R\$7.037 em 31 de dezembro de 2023). O processo aguarda levantamento do depósito remanescente em favor da EDP São Paulo para ser encerrado.

EDP Espírito Santo

• Ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, encerrando a discussão judicial. Em 30 de junho de 2024 o valor foi quitado, através do levantamento do depósito judicial em favor da União Federal, (R\$29.831 em 31 de dezembro de 2023). O processo foi encerrado em junho de 2024.

• Processo judicial entre a Companhia e a Receita Federal, o qual discute a homologação parcial de crédito de FINSOCIAL compensado com débitos de COFINS de 2001. Em razão de decisão desfavorável no Superior Tribunal de Justiça, foi provisionado o montante de R\$59.044, atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$57.441 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Espírito Santo permanece apresentando os recursos cabíveis e aguarda julgamento.

• Processo judicial em face do município de Serra, que discute a incidência do ISSQN incidente sobre os serviços de fornecimento de energia elétrica do período de 2008 a 2012. Em razão das decisões desfavoráveis no Superior Tribunal de Justiça, foi provisionado o montante de R\$7.044 atualizado até 31 de dezembro de 2024. A EDP Espírito Santo permanece apresentando os recursos cabíveis e aguarda julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado R\$75.218 (R\$69.807 em 31 de dezembro de 2023), referente a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

32.1.1.3 Regulatórios

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

EDP São Paulo

• O Auto de Infração nº 15/2022 refere-se uma fiscalização dos indicadores qualidade do fornecimento do ano de 2021 no montante de R\$18.112. Após recurso da Companhia, a penalidade foi reduzida para R\$13.438 mediante à aplicação de 25% de atenuante em função da melhora dos indicadores em comparação com o período de agosto de 2022.

A ANEEL através do Ofício 186/2024 fez a reavaliação do atenuante de redução e julgou a majoração da penalidade para R\$17.917. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$17.917 (R\$13.438 em 31 de dezembro de 2023). A controlada EDP São Paulo encaminhou nova Manifestação à ANEEL, contudo a Diretoria negou provimento, motivo pelo qual o processo foi encaminhado para tratativas no âmbito judicial.

• Após o evento climático severo ocorrido no dia 03 de novembro de 2023 no Estado de São Paulo, as Agências Reguladoras ARSESP e ANEEL iniciaram a fiscalização para apurar o desempenho das distribuidoras de energia elétrica frente as Ocorrências Emergenciais. O processo de fiscalização nº 48500.00647/2024 resultou no Auto de Infração 0019/2024-SFE, registrando a Não Conformidade em decorrência da duração excessiva das interrupções ocorridas na área de concessão da Companhia no ano de 2022 e 2023 e a inadequada performance do tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais nos anos de 2019 a 2023. A fiscalização aplicou uma penalidade de multa no montante de R\$16.021. A controlada EDP São Paulo encaminhou o recurso administrativo para avaliação, contudo a Diretoria da ANEEL negou provimento, motivo pelo qual o processo foi encaminhado para tratativas no âmbito judicial, aguarda decisão final da Diretoria da ANEEL.

32.1.1.4 Outros

EDP São Paulo

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total é de R\$4.004 (R\$4.515 em 31 de dezembro de 2023). A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade à EDP São Paulo em favor da Enerprev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2001.4.03.6100 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999, o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

32.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado				
	Nota	Saldo em	Ativo		Saldo em	Ativo			
			Depósito Judicial			Depósito Judicial			
			31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023		
Trabalhistas	32.1.2.1	5.364	3.258	132	324	101.202	107.054	9.446	14.444
Cíveis	32.1.2.2	659.775	193.622	780	1.506	1.939.136	1.278.767	22.976	45.904
Fiscais	32.1.2.3	159.360	43.101	2.806	1.184	2.343.155	2.085.518	67.265	120.280
Regulatórios						12.298	12.298	552	552
Total		824.499	239.981	3.718	3.014	4.395.791	3.483.637	100.239	181.180

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$782.000 em 31 de dezembro de 2024 (R\$691.437 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R\$782.000 (R\$797.639 em 31 de dezembro de 2023).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

32.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Smart Serviços

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

32.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• Processos nº 1109675-81.2014.8.26.0100 e 1078755-27.2014.8.26.0100 em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A, Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, processo que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$356.274 (R\$85.770 em 31 de dezembro de 2023).

• Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial - EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário - CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº 32.305/17 que prorrogo o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2024 a ação possui o valor estimado total de R\$243.694 No decorrer de 2020 houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU. A coligada Porto do Pecém apresentou defesa e aguarda julgamento.

Investo

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 32.1.1.1 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$100.688 (R\$85.227 em 31 de dezembro de 2023).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 da EDP Espírito Santo é de R\$178.886 (R\$151.283 em 31 de dezembro de 2023) e da EDP São Paulo é de R\$401.982 (R\$339.954 em 31 de dezembro de 2023).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. O processo encerrado em 31 de março de 2024 na EDP Espírito Santo (R\$28.237 em 31 de dezembro de 2023) e na EDP São Paulo (R\$31.310 em 31 de dezembro de 2023). O caso foi arquivado definitivamente diante de decisão de EDP Administrativa.

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investo e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 1ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram jointo aos STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$49.880 (R\$41.297 em 31 de dezembro de 2023).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$39.169 (R\$33.126 em 31 de dezembro de 2023).

EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9.500 em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$163.257 (R\$138.984 em 31 de dezembro de 2023).

32.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendarários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$25.964 (R\$25.072 em 31 de dezembro de 2023). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

• Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100 ajuizada pela União Federal em face da empresa Porto do Pecém Geração, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. Esse processo está sob a responsabilidade da Companhia, e o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$111.602. A coligada Porto do Pecém apresentou defesa e aguarda julgamento nos Tribunais Superiores.

• Auto de Infração lavrado pela Receita Federal em face da empresa Porto do Pecém Geração, objetivando a cobrança de CSLL do período de 2018, por suposta exclusão indevida, relativa ao pagamento de swap. Esse processo está sob a responsabilidade da Companhia, e o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.446. A coligada Porto do Pecém apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$42.832 (R\$40.609 em 31 de dezembro de 2023) para a EDP São Paulo e R\$173.585 para a EDP Espírito Santo (R\$164.520 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$153.410 (R\$142.408 em 31 dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$145.265 (R\$141.364 em 31 de dezembro de 2023). O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial. A EDP São Paulo obteve decisão parcialmente favorável de 1ª instância e apresentou defesa quanto a parte desfavorável e aguarda julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012, 2015, 2018 e 2019) e creditamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2021 e 2022 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de crescimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$228.706 em 31 de dezembro de 2024 (R\$212.750 em 31 de dezembro de 2023). Os demais casos, aguardam o julgamento.

• Autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo, decorrente da glosa dos créditos de ICMS (2019 e 2020), os quais têm origem no estorno de débito das notas fiscais canceladas ou substituídas, totalizando o montante de R\$25.416 em 31 de dezembro de 2024. A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento

• Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2024 o valor é de R\$12.187 (R\$11.491 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$40.949 em 31 de dezembro de 2024 (R\$38.944 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$47.517 (R\$45.753 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2024 de R\$108.921 (R\$103.370 em 31 de dezembro de 2023), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo incluído alguns dos processos no Programa de redução de litigiosidade fiscal da Receita Federal, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$83.001 (R\$81.313 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$134.128 (R\$93.943 em 31 de dezembro de 2023). O aumento expressivo no valor da contingência, se deu em razão da alteração de risco para possível de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos ano-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$15.949 (R\$15.972 em 31 de dezembro de 2023). A redução do valor se deu em razão da obtenção de êxito em um dos processos. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos exercícios de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$21.922 (R\$20.301 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Processo administrativo relativo a homologação parcial pela Receita Federal, dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0001568-45.2012.4.03.6100, que por decisão definitiva assegurou a possibilidade de deduzir, do lucro tributável, as despesas decorrentes do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), afastando o limite imposto pelo Decreto nº 5/91, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$19.609 (R\$18.353 em 31 de dezembro de 2023). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

EDP Espírito Santo

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$145.579 (R\$185.465 em 31 de dezembro de 2023). A redução da contingência se deu em razão da decisão parcialmente favorável, cancelando a cobrança do PIS e da COFINS, mantendo a exigência com relação ao IRPJ e CSLL. A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2024 onde devido ao encerramento de processos houve redução do montante em R\$9.245 (R\$9.009 em 31 de dezembro de 2023) e atualmente aguardam decisão administrativa.

• Diversas Prefeituras: A EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamte das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2024 totalizam o montante de R\$144.009 (R\$135.643 em 31 de dezembro de 2023). Deste montante, destaca-se o valor de R\$114.465 (R\$105.469 em 31 de dezembro de 2023) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$21.416 (R\$20.796 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a EDP Espírito Santo apresentou as defesas, obteve êxito em alguns dos processos e os demais casos aguardam julgamento.

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$173.585 em 31 de dezembro de 2024 (R\$164.520 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Espírito Santo aguarda o julgamento.

• Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$4.911 (R\$4.688 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Auto de infração lavrado pelo Estado do Espírito Santo, objetivando a cobrança de supostos débitos de ICMS diferido incidente nas aquisições internas de energia elétrica, na proporção das saídas isentas ou sem incidência do Imposto, apurados entre os períodos de 2019 a 2023, no valor de R\$34.759 em 31 de dezembro de 2024. A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Medida Judicial em face da União Federal, para garantir os débitos de COFINS do ano de 2017, exigidos no processo administrativo nº 15582.720349/2019-53 e, ato, seguinte a desconstituição da cobrança, para manutenção da CND e dos benefícios fiscais. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$15.744. A EDP Espírito Santo aguarda o julgamento do processo.

EDP Trading

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$4.680 (R\$4.620 em 31 de dezembro de 2023). A EDP Trading obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$4.261 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.950 em 31 de dezembro de 20

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

33.2 Destinação do lucro O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior. A Companhia tinha por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		2.281.616	1.172.585
Constituição da reserva legal - 5%	33.3	(114.081)	(58.629)
		2.167.535	1.113.956
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP		679.374	
Dividendos obrigatórios	14	573.500	278.489
Reserva de lucros	33.3		432.955
Dividendo adicional proposto	33.3	914.661	402.512
		2.167.535	1.113.956
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		1,24633	
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos		1,05210	0,51090
33.3 Reservas			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de capital			
Resultado na alienação de ações em tesouraria		53.802	53.802
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Outras Reservas de Capital		26.548	28.135
		115.701	117.288
Reservas de lucros			
Legal		897.641	783.560
Retenção de lucros	33.3.1	4.190.414	4.190.414
Dividendo adicional proposto	33.3.2	914.661	402.512
		6.002.716	5.376.486

33.3.1 Reserva de retenção de lucros A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias. 33.3.2 Dividendos adicionais propostos Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excidente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O montante de R\$402.512 deliberado na RCA da Companhia foi pago em março de 2024 (Nota 14). 33.3.3 Outros resultados abrangentes A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:						
		Saldo em		Equivalência	Provisão	Saldo em
		31/12/2023	Ganhos	patrimonial	IR/CS	31/12/2024
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			2.095	(239)		1.856
Hedge de fluxos de caixa			23.462			23.462
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas		(596.696)		(20.395)	(7.977)	(625.068)
		(596.696)	25.557	(239)	(20.395)	(599.750)
33.4 Participações de não controladores O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$1.148.860 (R\$1.164.240 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 19.1). A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 é composta por: (i) R\$462.914 correspondente à Lajeado; (ii) R\$372.392 correspondente à Investco; (iii) R\$254.081 correspondente à Enerpeixe; e (iv) R\$59.473 correspondente à EDP Transmissão Aliança. As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:						
		Investco	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		106.482	113.533	384.194	287.341	891.550
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.706)	(5.759)	51.013	(69.306)	(33.758)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento		(92.960)	(15.028)	(577.282)	(203.721)	(888.991)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.816	92.746	(142.075)	14.314	(31.199)
O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 inclui R\$451.376 referente às partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, conforme detalhado abaixo.						
33.5 Partes beneficiárias A Lajeado, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras. O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as participações dos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais. Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características. Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Lajeado entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.						

34 Receitas As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo. A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir: Distribuição • Fornecimento - Faturado: São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador. • Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado: São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador. • Não faturado: Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente. • Resultados de ativos financeiros setoriais: É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL. • Suprimento - Faturado: Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador. • Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. • Receita de construção: O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida a Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 35). • Subvenções vinculadas ao serviço concedido: É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios. • Arrendamentos e aluguéis: A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento. Geração • Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. • Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. Transmissão • Receita de construção da infraestrutura de construção A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS. As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 está entre -23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado. A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva contratação comercial autorizada pela ANEEL. Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão. • Receita de Operação e Manutenção (O&M) A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem. As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 equivalem a 5,00% e 218,00%. Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de <i>mark up</i> para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.						
---	--	--	--	--	--	--

• Remuneração dos Ativos da concessão O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador. Comercialização A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15). Clientes • Vendas à vista e vendas financiadas A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato. • Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes. • Arrendamentos financeiros e operacionais Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do exercício contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o exercício do arrendamento.							
		Controladora		Consolidado			
		RS	Nº de consumidores	MWh		RS	
	01/01/2024 a 01/01/2023 a	01/01/2024 a 01/01/2023 a	01/01/2024 a 01/01/2023 a	01/01/2024 a 01/01/2023 a	01/01/2024 a 01/01/2023 a	01/01/2024 a 01/01/2023 a	01/01/2024 a 01/01/2023 a
Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024 31/12/2023
Fornecimento	7.2 e 34.1						
Residencial			3.416.213	3.356.469	8.100.317	7.523.213	2.856.042 2.481.807
Industrial			15.822	16.512	878.429	1.031.149	379.440 388.878
Comercial			287.674	285.698	3.206.471	3.123.067	1.148.910 1.084.369
Rural			184.096	188.464	1.114.449	1.055.173	337.343 291.632
Poder público			22.873	22.795	632.500	594.257	267.278 235.184
Iluminação pública			6.647	6.593	521.327	566.653	117.757 116.582
Serviço público			3.793	3.543	293.150	350.113	123.525 135.973
Consumo próprio			446	446	15.127	15.479	
			3.937.564	3.880.520	14.761.770	14.259.104	5.230.295 4.734.425
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado							
Consumidores cativos							
Residencial						3.531.734	3.106.284
Industrial						336.450	364.752
Comercial						1.425.559	1.307.011
Rural						407.929	374.212
Poder público						248.998	219.102
Iluminação pública						144.994	144.403
Serviço público						99.068	104.230
Consumidores livres	34.3		3.302	2.221	15.024.805	13.471.066	2.760.380 2.353.020
			3.302	2.221	15.024.805	13.471.066	8.955.112 7.973.014
Não faturado	34.2						
Fornecimento						(49.622)	44.077
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição						60.128	56.669
			-	-	-	-	10.506 100.746
Resultados de ativos financeiros setoriais	8						
CVA	34.4					461.997	(573.569)
Itens financeiros - RTE						(117.614)	(118.783)
Itens financeiros - Outros	34.7					(317.244)	(32.805)
PIS/COFINS						24.241	1.002.627
			-	-	-	-	51.380 277.470
Suprimento - Faturado	34.5				5.172.686	10.694.319	1.015.519 1.202.040
Energia de curto prazo					868.158	1.520.334	439.058 373.870
Comercialização	34.6						3.243.776 4.156.293
Receita de construção	22						2.190.254 2.331.907
Remuneração dos Ativos da concessão	22					662.152	842.864
Atualização do ativo financeiro indenizável	21					356.010	351.058
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	34.8					392.917	286.468
Serviços cobráveis						23.806	32.996
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	34.9					974.977	702.617
Arrendamentos e aluguéis						198.841	218.136
Parcela Variável - IPCA						192.017	186.177
Outras receitas operacionais	481	6.236				191.090	118.801
Receita operacional bruta	481	6.236	3.940.866	3.882.741	35.827.419	39.944.823	24.127.710 23.888.882
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
ICMS						(2.589.657)	(2.210.031)
PIS/COFINS	(820)	(442)				(1.785.435)	(1.693.964)
ISS	(361)	(127)				(3.076)	(3.135)
	(1.181)	(569)	-	-	-	-	(4.378.168) (3.907.130)
Encargos do consumidor							
P&D						(117.609)	(120.542)
CDE						(2.001.099)	(1.895.239)
PROINFA - Consumidores Livres						(122.808)	(118.690)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	34.9					(36)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH						(38.987)	(25.543)
Outros encargos						(21.814)	(29.109)
	(1.181)	(569)	-	-	-	-	(2.302.353) (2.189.123)
	(700)	5.667	3.940.866	3.882.741	35.827.419	39.944.823	17.447.189 17.792.629
Receita							

34.1 Fornecimento - Faturado A variação de R\$495.870 observada no exercício refere-se, às controladas de distribuição: (i) aumento da tarifa de energia em relação a 2023 devido ao reajuste tarifário das controladas em 2024; (ii) impacto da Micro e Mini Geração distribuída - MMGD; e (iii) aumento no número de clientes entre os exercícios. 34.2 Fornecimento não faturado A variação de R\$ 90.240 observada na rubrica, refere-se: (a) à controlada EDP Espírito Santo está relacionada à sazonalidade entre os meses, decorrente das condições climáticas predominantemente mais quentes em 2024 em comparação a 2023, o que ocasionou um aumento significativo no consumo de energia; e (b) na controlada EDP São Paulo: (i) à queda do volume de MWh de não faturado apurado em 2024; (ii) à diminuição de tarifa de energia entre os grupos de suprimento e cativos; e (iii) à alteração, em dezembro de 2023, dos métodos de cálculo do Não Faturado, que passou a ser feito por calendarização. Esse novo cálculo ocasionou uma mudança no MWh do Não Faturado em 2023. 34.3 Consumidores livres A variação refere-se à controlada EDP Espírito Santo que apresentou aumento de 29% no número de clientes livres em função das migrações de diversos clientes cativos para o mercado livre da controlada, ocasionando o aumento de saldo no exercício. 34.4 CVA A variação no exercício deve-se: (i) ao reajuste tarifário de 2024, que apresentou um aumento dos saldos amortizados e diminuição dos apropriados pertinentes aos itens que compõem a rubrica de CVA; (ii) ao aumento em relação ao ano de 2023, devido as apropriações e amortizações homologadas, além dos saldos de apropriação serem mais ativos do que passivos em 2024; e (iii) ao saldo de bandeira tarifária que também foi maior em 2024 em comparação com 2023, devido ao acionamento das bandeiras tarifárias vermelha e amarela no decorrer do exercício. 34.5 Suprimento - Faturado A redução de R\$186.521 refere-se, principalmente, à alienação da coligada Porto do Pecém em 2023. 34.6 Comercialização O variação refere-se à controlada EDP Trading e decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares menores durante o exercício, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no Sistema Interligado Nacional - SIN e níveis de reservatórios elevados, o qual passou a comercializar produtos de menor horizonte, que por sua vez, possuem menor valor agregado. 34.7 Itens financeiros - Outros Nessa rubrica são consideradas as amortizações e apropriações de Sobrecontratação e Ultrapassagem de Demanda. Em 2024, houve um saldo expressivo de sobrecontratação. Além disso, após o reajuste tarifário, iniciou-se a amortização da nova parcela do saldo de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos - UDER e, durante o ano de 2024, houve ajustes na base de cálculo da neutralidade que impactaram nos saldos. Todos esses impactos ocasionaram a variação significativa na rubrica. 34.8 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M) O aumento de R\$106.449 observado na rubrica de Receita de O&M refere-se, principalmente, à controlada indireta EDP Goiás com o impacto da revisão tarifária ocorrida em julho de 2024 (Nota 4.15). 34.9 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2024 e 2023 foram:

	2024						2023				
	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro a Novembro	Dezembro	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho a Setembro	Outubro a Dezembro
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Amarela	Verde	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho (*)	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07	69,04	69,04	69,04

(*) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

35 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora							
	2024		2023		2024		2023	
	Despesas		Despesas		Despesas		Despesas	
	Custos operacionais		Custos operacionais		Custos operacionais		Custos operacionais	
	Prestado a terceiros		Gerais e administrativas		Prestado a terceiros		Gerais e administrativas	
	Nota	Outras	Total	Outras	Total	Outras	Total	Outras
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.2	40.801	40.801	64.329	64.329			
Material		486	486	886	886			
Serviços de terceiros	35.3	62.934	62.934	57.818	57.818			
Depreciação e <i>Impairment</i> - Imobilizado em serviços	35.4	3.819	3.819	3.909	577.195	581.104		
Depreciação - Ativos de direito de uso		3.443	3.443	2.545	2.545			
Amortização		15.636	15.636	12.579	12.579			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	32.1.1	(5.414)	(5.414)		1.201	1.201		
Arrendamentos e aluguéis		(1.116)	(1.116)	(135)	(135)			
Ganhos e perdas na aquisição de investimentos				38.193	38.193			
Outras	4.260	14.312	14.113	32.685	12.158	12.158		
Total	4.260	140.315	8.699	153.274	154.089	616.589	770.678	

	Consolidado							
	2024		2023		2024		2023	
	Custos		Despesas operacionais		Custos		Despesas operacionais	
	Com energia elétrica		Gerais e administrativas		Com energia elétrica		Gerais e administrativas	
	Nota	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Da produção	De operação	Prestado a terceiros
	Nota	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Da produção	De operação	Prestado a terceiros
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	7.540.970						7.540.970
Encargos de uso da rede elétrica	1.494.024							1.494.024
Custo da matéria prima consumida		12.877						12.877
Compromissos futuros	15	14.023						14.023
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.2		458.312	3.797	157.190			619.299
Material			51.146	5.193	3.529			59.868
Serviços de terceiros	35.3		395.674	24.547	240.115			660.336
Depreciação e <i>Impairment</i> - Imobilizado em serviços	35.4		107.467	5.054	29.634	5.939	148.094	
Depreciação - Ativos de direito de uso			5.269		10.257		15.526	
Amortização			388.213		206.634		594.847	
PECLD / perdas líquidas					170.654	(569)	170.085	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	32.1.1				66.363		66.363	
Arrendamentos e aluguéis			7.854	196	7.430		15.480	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						118.821	118.821	
Custo com construção da infraestrutura	22			2.095.607			2.095.607	
Outras	35.5	8.471	53.229	4.320	56.819	46.739	169.578	
Total	9.057.488	12.877	1.467.164	2.138.714	170.654	711.608	237.293	13.795.798

	Consolidado							
	2023		2024		2023		2024	
	Custos		Despesas operacionais		Custos		Despesas operacionais	
	Com energia elétrica		Gerais e administrativas		Com energia elétrica		Gerais e administrativas	
	Nota	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Da produção	De operação	Prestado a terceiros
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	7.025.547						7.025.547
Encargos de uso da rede elétrica	1.554.069							1.554.069
Custo da matéria prima consumida		133.261						133.261
Compromissos futuros	18.823							18.823
Arrendamentos financeiro	1.009							1.009
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			459.775	6.105	201.640			667.520
Material			61.262	2.877	7.774			71.913
Serviços de terceiros			379.279	17.594	252.175			649.048
Depreciação e <i>Impairment</i> - Imobilizado em serviços	35.4		243.145	3.511	(45.623)	577.195	778.228	
Depreciação - Ativos de direito de uso			6.765		4.227		10.992	
Amortização			380.505		133.053	24.832	538.390	
PECLD / perdas líquidas					161.235		161.235	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			2.591			53.477	56.068	
Arrendamentos e aluguéis			12.454	5.453	(1.235)		16.672	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						176.759	176.759	
Custo com construção da infraestrutura				2.217.430			2.217.430	
Outras	35.5	3.740	19.488	(4.465)	64.060	155.825	238.648	
Total	8.603.188	133.261	1.565.264	2.248.505	161.235	616.071	988.088	14.314.603

35.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado							
	2024		2023		2024		2023	
	Nota		Nota		Nota		Nota	
	2024		2023		2024		2023	
	2024		2023		2024		2023	
Contratos de compra de energia por disponibilidade	35.1.1	1.971.271	1.796.792		35.1.1	1.971.271	1.796.792	
Contratos de compra de energia por quantidade PROINFA	35.1.2	1.381.036	1.222.854		35.1.2	1.381.036	1.222.854	
Contratos de compra de energia por cotas	35.1.3	761.436	567.259		35.1.3	761.436	567.259	
Energia de curto prazo		89.072	65.429			89.072	65.429	
Energia de Itaipu Binacional	35.1.4	705.662	679.311		35.1.4	705.662	679.311	
Encargo de Energia de Reserva - EER	35.1.5	322.987	363.222		35.1.5	322.987	363.222	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	35.1.6	49.183	60.810		35.1.6	49.183	60.810	
Contratos de comercialização de energia	35.1.7	2.831.104	2.770.967		35.1.7	2.831.104	2.770.967	
Outros		57.261	27.148			57.261	27.148	
(-) Ressarcimentos CCEE		(36.326)	(6.083)			(36.326)	(6.083)	
(-) Créditos de PIS/COFINS		(722.917)	(672.862)			(722.917)	(672.862)	
		7.540.970	7.025.547			7.540.970	7.025.547	

35.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade

O aumento observado no montante de compra de energia por disponibilidade refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, deve-se, principalmente, ao reajuste na receita de venda dos contratos por disponibilidade e a um acréscimo nos custos relativos às exposições dos vendedores dessa modalidade de contato ao mercado de curto prazo na CCEE (Efeito da Contratação por Disponibilidade - ECD).

35.1.2 Contratos de compra de energia por quantidade

O aumento nos contratos de compra de energia por quantidade deve-se, substancialmente, à sazonalidade e aos reajustes de preços dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e Contratos Bilaterais Regulados - CBR.

35.1.3 Contratos de compra de energia por cotas

O aumento do saldo da rubrica de Compra de energia por cotas, deve-se, principalmente, ao reajuste na Receitas Anuais de Geração - RAG das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2024-2025, a partir de julho de 2024.

35.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A variação decorre, substancialmente, das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, principalmente, por conta do aumento na tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional que foi de US\$17,66/kW.mês em 2024 (US\$16,19/kW.mês em 2023).

35.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No exercício de 2024 houve um aumento no saldo da CONER utilizado na liquidação dos contratos energia reserva, reduzindo a necessidade do recolhimento do encargo (EER), fato que justifica a variação apresentada nessa rubrica.

35.1.6 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A variação apresentada deve-se, principalmente, ao acionamento de usinas termelétricas devido ao aumento do consumo e a queda na geração de energia eólica, elevando o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN, nos primeiros meses de 2024.

35.1.7 Contratos de comercialização de energia

A variação refere-se à controlada EDP Trading que apresentou uma redução nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão da melhora do cenário hidrológico atual, quando comparado ao exercício de 2023.

35.2 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	18.773	21.829	286.523	299.634
Remuneração	9.503	8.615	108.343	108.917
Encargos	668	857	12.202	14.334
Previdência privada - Corrente	1.055	(2.243)	16.312	17.691
Despesas rescisórias	5.377	4.943	56.691	53.745
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	6.822	6.315	114.081	114.277
Outros benefícios - Corrente	(80)	(136)	(9.533)	1.349
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial			(800)	(5.929)
(-) Créditos de tributos recuperáveis	579	1.339	5.296	9.957
Outros	42.697	41.519	589.115	613.975
Administradores				
Honorários e encargos	(1.323)	15.507	25.687	38.875
Benefícios dos administradores	(1.896)	22.810	30.184	53.545
	40.801	64.329	619.299	667.520

35.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de consultoria	54.535	54.129	100.122	105.036
Serviços comerciais			172.576	158.943
Serviços de manutenção	2.139	1.332	138.267	156.148
Serviços de limpeza e vigilância	973	935	27.936	34.129
Serviços de informática	25.959	18.161	113.667	87.560
Serviços de publicação e publicidade	3.045	3.664	7.769	8.838
Serviços de transporte	2.668	4.106	16.780	18.164
Serviços Compartilhados	(35.741)	(34.650)	174	5
(-) Crédito de PIS/COFINS			(22.722)	(29.699)
Outros	9.356	10.141	105.767	109.924
	62.934	57.818	660.336	649.048

35.4 Depreciação e *Impairment* - Imobilizado em serviço

A variação na rubrica de Depreciação e *Impairment* - Imobilizado em serviço na Controladora e Consolidado refere-se, principalmente, ao impacto de R\$577.195, decorrente da redução ao valor recuperável do ativo não circulante mantido para venda referente à coligada Porto do Pecém registrado em 2023.

35.5 Outras (Consolidado)

A variação é decorrente, principalmente, dos ajustes realizados nos ativos da concessão com base na atualização da RAP em 2023, conforme estabelecido na REH nº 3.205/23 no montante de R\$83.645 na controlada EDP Transmissão Aliança e R\$69.920 na EDP Transmissão SP-MG.

35.6 Ganho (perda) na alienação de investimentos

O saldo de R\$346.375 refere-se: (i) R\$374.421 de ganho na alienação da EDP Transmissora SP-MG (Nota 18.2); (ii) R\$26.498 de perda na alienação da Mata Grande Transmissão (Nota 18.1); (iii) R\$574 de perda na alienação da Energia I (Nota 4.7); e (iv) R\$974 de perda na alienação da EDP Ventures (Nota 4.2.1).

36 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	5	109.643	111.840	303.087	339.988
Energia vendida				230.762	155.509
Depósitos judiciais		1.258	1.285	38.183	42.509
Contratos de mútuo	11	40.093	56.971	22.839	174
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8				8.710
Juros e multa sobre tributos	9	16.902	11.910	131.514	46.042
Remuneração das ações preferenciais		17.452	6.619	10.292	
Arrendamentos e aluguéis	16.5				24
Outros juros e variações monetárias				91	5.212
Operações de swap	39.1.3			349.053	
Variações em moeda estrangeira	39.1.3		894	175	79.099
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(45.613)	(46.686)	(105.434)	(84.299)
Outras receitas financeiras		28	185	37.475	132.777
		139.763	143.018	1.018.037	725.745

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39.1 Instrumentos financeiros							
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.							
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.							
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.							
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.							
39.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros							
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:							
				Controladora			
				Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado							
No reconhecimento inicial ou subsequentemente							
Caixa e equivalentes de caixa							
	5	Nível 2		1.216.184	1.725.928	1.216.184	1.725.928
Aplicações financeiras							
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	Nível 2		23.462		23.462	
Derivativos de debêntures		Nível 2			24.131		24.131
Derivativos outros				1.239.646	1.750.059	1.239.646	1.750.059
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa							
	5						
Bancos conta movimento		Nível 2		11.395	66.659	11.395	66.659
Títulos a receber	17	Nível 2		81.497	90.104	81.497	90.104
Empréstimos a receber	11	Nível 2		234.216	338.573	234.216	338.573
Cauções	13	Nível 2		42	42	42	42
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2		4.314	4.392	4.314	4.392
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2		39.529	18.086	47.908	18.086
				370.993	517.856	379.372	517.856
				1.610.639	2.267.915	1.619.018	2.267.915
Passivos Financeiros							
Valor justo por meio do resultado							
No reconhecimento inicial ou subsequentemente							
Instrumentos Financeiros Derivativos							
Derivativos outros	39.1.3	Nível 2			24.131		24.131
				-	24.131	-	24.131
Custo amortizado							
Fornecedores							
Debêntures	26	Nível 2		27.545	45.691	27.545	45.691
Empréstimos e financiamentos	27	Nível 2			24.924		25.297
	28						
Moeda nacional		Nível 2			613.090		613.090
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2		98.302	75.531	98.302	75.531
Arrendamentos e aluguéis	16.5	Nível 2		39.530	18.947	45.626	19.716
				165.377	778.083	171.475	779.325
				165.377	802.214	171.475	803.456
Consolidado							
				Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado							
No reconhecimento inicial ou subsequentemente							
Caixa e equivalentes de caixa							
	5						
Aplicações financeiras		Nível 2		4.044.231	3.074.693	4.044.231	3.074.693
Ativo financeiro indenizável	21	Nível 2		8.716.080	7.320.523	8.716.080	7.320.523
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2		1.988	4.173	1.988	4.173
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 2		1.734.424	1.664.611	1.734.424	1.664.611
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3						
Derivativos de dívidas		Nível 2		181.515		181.515	
Derivativos de debêntures		Nível 2		549.185	229.540	549.185	229.540
Derivativos outros		Nível 2			24.131		24.131
				15.227.423	12.317.671	15.227.423	12.317.671
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa							
	5	Nível 2		173.304	360.528	173.304	360.528
Bancos conta movimento	17	Nível 2		51.285	60.519	51.285	60.519
Títulos a receber	7	Nível 2		2.807.991	2.845.485	2.807.991	2.845.485
Rendas a receber	17	Nível 2		3.703	3.402	3.703	3.402
Empréstimos a receber		Nível 2		234.216	14.218	234.216	14.218
Cauções	13	Nível 2		19.563	25.123	19.563	25.123
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2		4.314	19.906	4.314	19.906
Instrumentos financeiros setoriais	8	Nível 2		120.078	256.626	120.078	256.626
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2		(7.115)	10.343	1.264	10.343
				3.407.339	3.596.150	3.415.718	3.596.150
				18.634.762	15.913.821	18.643.141	15.913.821
Passivos Financeiros							
Valor justo por meio do resultado							
No reconhecimento inicial ou subsequentemente							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Moeda estrangeira	28	Nível 2		1.987.197	2.187.543	1.987.197	2.187.543
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 2		1.313.850	1.228.563	1.313.850	1.228.563
Debêntures	27	Nível 2		396.837	642.945	396.837	642.945
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3						
Derivativos de dívidas		Nível 2		2.262	164.560	2.262	164.560
Derivativos de debêntures		Nível 2		122.149	81.524	122.149	81.524
Derivativos outros		Nível 2			24.171		24.171
				3.822.295	4.329.306	3.822.295	4.329.306
Custo amortizado							
Fornecedores							
Debêntures	26	Nível 2		1.621.188	1.675.031	1.621.188	1.675.031
Uso do bem público	31	Nível 2		10.647.744	8.731.787	10.345.947	8.199.105
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	31	Nível 2		498.301	395.459	508.602	496.443
Moeda nacional	28						
Moeda nacional		Nível 2		389.999	1.721.559	403.996	2.001.167
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2		110.961	74.395	110.961	74.395
Arrendamentos e aluguéis	16.5	Nível 2		142.173	117.404	150.230	117.667
Licenças ambientais	32.2	Nível 2		75.243	50.175	66.160	49.003
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2		980.598	1.028.734	980.598	1.028.734
				14.466.207	13.794.544	14.187.182	13.641.545
				18.288.502	18.123.850	18.009.477	17.970.851

39.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia e as controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

39.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

39.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das controladas e das contrapartes, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 28), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e das controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Uso do Bem Público, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação do valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures e Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentados nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual das controladas;

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados;

(v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentados nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energ

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2023	Liquidação	Efeito no resultado			Saldo em 31/12/2024
			Efeito no Patrimônio Líquido	Juros provisio- nados	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado
Swap						
Risco de taxa de juros e moeda						
Debêntures	148.016	101.778		(103.492)		118.021
Risco cambial						
Empréstimos	(164.560)	135.555		(79.964)	239.372	256.012
	(16.544)	237.333		(183.456)	239.372	374.033
						650.738
Hedge de valor justo						
Risco de taxa de juros e moeda						
Debêntures		13.023		(24.027)		(56.907)
		13.023		(24.027)		(56.907)
						(67.911)
Hedge de fluxo de caixa						
Risco de taxa de juros e moeda						
NDFs	(40)	(15.132)	23.464		15.170	23.462
	(40)	(15.132)	23.464		15.170	
	(16.584)	235.224	23.464	(207.483)	254.542	317.126
						606.289

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

Os contratos de swap são utilizados como *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Santa Leopoldina

Em 8 de dezembro de 2023, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio do seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil (Nota 28), que tem vigência até 08 de dezembro de 2025.

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 28). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2024, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 8ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 28). O *swap* foi declarado como *hedge* de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Espírito Santo

Em 18 de julho de 2023, a controlada EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 28).

Em 30 de agosto de 2023, a EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 28).

Em 29 de novembro de 2023, a companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 28).

EDP Trading

Em 28 de fevereiro de 2024, a controlada EDP Trading contratou instrumento financeiro derivativo *swap* classificado como *hedge Accounting*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação através da troca do IPCA para a taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú BBA (Nota 28).

39.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF

EDP -Energias do Brasil

Em 28 de março de 2024, a Companhia contratou derivativos NDF com nocial no montante de USD43.320, registrado como *hedge accounting*, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos de transmissão. Por se tratarem de *hedge accounting* classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).

EDP Smart Serviços

Em 10 de setembro de 2024, a controlada EDP Smart Serviços contratou derivativos NDF com nocial no montante de USD398, registrado como *hedge accounting*, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos solares. Por se tratarem de *hedge accounting* classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).

EDP Transmissão Norte Nordeste 2

Em 04 de novembro de 2024, a controlada EDP Transmissão Norte Nordeste 2 foi cessionária de derivativos NDF com nocial no montante de USD7.302, registrado como *hedge accounting*, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos de transmissão. Por se tratarem de *hedge accounting* classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).

EDP Transmissão Norte Nordeste 1

Em 04 de novembro de 2024, a controlada EDP Transmissão Norte Nordeste 1 foi cessionária de derivativos NDF com nocial no montante de USD15.949, registrado como *hedge accounting*, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos. Por se tratarem de *hedge accounting* classificados como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação dos MIM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo (Nota 39.1.3).

Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

(i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;

(ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;

(iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;

(iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e

(v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

• **Cobertura de fluxos de caixa**

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do período, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantêm-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• **Efetividade**

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

39.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos (“Taxonomia”) e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, segundo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realia o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance (“GRC”), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Esse gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia e suas controladas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia e suas controladas. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de Riscos Global (EDP - Energias de Portugal).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

39.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 27 e 28, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA, Dólar e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente, no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas. As relações aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das vendas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dividas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas Santa Leopoldina e EDP Espírito Santo possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dividas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de *preço forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta o risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança (*Value at Risk*) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

39.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário (I) (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Controladora						
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.216.184	148.919	148.919	37.434	74.958
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.314	85	85	20	39
Empréstimos a receber	CDI	234.216	(35.733)	(54.863)	(14.423)	(29.123)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.454.714	113.271	94.141	23.031	45.874

Consolidado						
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.284.450	358.333			358.333
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	805.887	8.503			8.503
Cauções e depósitos vinculados	CDI	18.999	1.561	5.398		6.959
Títulos e valores mobiliários	CDI	6.302	124			124
Empréstimos a receber	CDI	222.517	(35.733)	(19.130)		(54.863)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.338.155	332.788	(13.732)	-	319.056
Debêntures	CDI	(7.241.108)	(954.345)	(1.210.124)	(16.684)	(2.181.153)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(7.241.108)	(954.345)	(1.210.124)	(16.684)	(2.181.153)
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.681.735)	(338.754)	(1.216.220)	(215.531)	(1.770.505)
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(3.681.735)	(338.754)	(1.216.220)	(215.531)	(1.770.505)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(25.010)	(347)			(347)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(25.010)	(347)	-	-	(347)
Compromissos futuros	PLD	1.734.424	(281.444)	1.654.545	127.121	1.500.222
Instrumentos financeiros passivos	PLD	1.734.424	(281.444)	1.654.545	127.121	1.500.222
Compromissos futuros	PLD	(1.313.850)	281.444	(1.205.275)	(132.035)	(1.055.866)
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(1.313.850)	281.444	(1.205.275)	(132.035)	(1.055.866)
Empréstimos e financiamentos	Dólar	(1.987.197)	(30.015)	(2.032.697)		(2.062.712)
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.987.197)	(30.015)	(2.032.697)		(2.062.712)
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.987.197	30.015	2.032.697		2.062.712
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.987.197	30.015	2.032.697		2.062.712
Debêntures	IPCA	(3.585.425)	(244.777)	(245.334)	(311.597)	(801.708)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(314.659)	(32.402)	(73.294)	(43.000)	(148.696)
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(3.900.084)	(277.179)	(318.628)	(354.597)	(950.404)
Swap - Ponta Ativa	IPCA	2.277.365	244.777	245.334	311.597	801.708
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	2.277.365	244.777	245.334	311.597	801.708

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 20,72% e 4,47% a.a.; TJLP entre 12,21% e 3,41% a.a.; Dólar entre R\$9,29 e R\$2,89 e IPCA entre 12,91% e -0,59% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD das controladas EDP Trading e EDP Smart Energia são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dicide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

39.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as Debêntures e Empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas nas notas 27 e 28.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) sendo que a Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cujo disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6) que refere-se à aplicação em fundo de investimento, de liquidez diária e remuneração pós fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; (iii) Contas a receber (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iv) Ativo financeiro indenizável (Nota 21) cujo o saldo apresentado nas controladas de distribuição corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (v) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

Controladora								
	31/12/2024						31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores	49	107	27.389				27.545	45.691
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			94.906	3.396			98.302	75.531
Debêntures							-	25.297
Empréstimos e financiamentos							-	613.090
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							-	13.977
Derivativos							-	24.131
Arrendamentos e aluguéis	1.431	1.427	7.031	32.088	25.048	(21.397)	45.628	19.716
	1.480	1.534	129.326	35.484	25.048	(21.397)	171.475	817.433
Consolidado								
	31/12/2024						31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores	721.373	156.785	743.030				1.621.188	1.675.031
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			109.397	1.564			110.961	74.395
Debêntures	497.995	13.467	1.973.037	6.482.198	1.776.087		10.742.784	8.842.050
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	8.463	16.781	2.066.528	129.480	279.276	(109.835)	2.390.693	4.188.710
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	177.079	206.340	835.934	1.498.827	2.421.706		5.139.886	3.807.698
Derivativos	23.706	11.004	32.794		56.907		124.411	270.255
Uso do bem público	3.952	7.991	35.960	146.737	601.874	(287.912)	508.602	496.443
Arrendamentos e aluguéis	3.326	3.307	25.049	134.040	113.992	(129.484)	150.230	117.667
Licenças Ambientais	1.624	16.188	15.991	37.625	1.696	(6.964)	66.160	49.003
Compromisso futuro	183.719	240.690	240.397	719.075	296.707	(366.738)	1.313.850	1.228.563
Passivos financeiros setoriais			772.524	208.074			980.598	1.028.734
	1.621.237	672.553	6.850.641	9.357.620	5.548.245	(900.933)	23.149.363	21.778.549

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas
A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures com cláusulas restritivas(*covenants*) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 27 e 28. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.
Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 40.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia e suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

39.2.3 Risco hidrológico
Geração
A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.
Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição
A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição. As controladas de distribuição mantêm o monitoramento constante do risco de racionamento. Há três vertentes principais de atuação: (i) monitoramento das condições energéticas do sistema, que inclui a avaliação do cenário de oferta e demanda, das variáveis macro e microeconômicas, e das especificidades de cada mercado; (ii) gestão ativa do portfólio para a otimização dos recursos e mitigação do risco pela composição do *hedge*; e (iii) controle independente do risco de mercado da geração hídrica.

39.2.4 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

- **Contas a receber**
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.
Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.
Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia e suas controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos. A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.
Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

- **Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários**
A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Classificação da instituição financeira				
AAA	765.626	1.725.918	2.773.248	3.025.819
AA	450.558		1.270.923	30.972
A			60	62
	1.216.184	1.725.918	4.044.231	3.056.853

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

- A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.
- **Ativo financeiro indenizável**
O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.
- **Ativos da concessão - Transmissão**
As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.
- **Ativos financeiros setoriais**
Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão mantém garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.
- **Compromissos futuros**
As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantêm contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

39.2.5 Riscos regulatórios
As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP - Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da companhia. O Grupo EDP - Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

39.2.6 Riscos ambientais
A EDP - Energias do Brasil, atuando em todos os segmentos do setor elétrico, reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:
(i) Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;
(ii) Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos, além de adotar medidas de mitigação quando aplicáveis;
(iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;
(iv) Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas buscando a melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;
Como medidas de controle de risco, as companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:
(v) Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as companhias;
(vi) A totalidade da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, a energia transportada pela EDP Goiás e a energia gerada nas usinas hidrelétricas (controladas e controladas em conjunto), estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais e a existência de procedimentos de gerenciamento dos riscos ambientais; e
(vii) A governança estabelecida para a gestão de riscos socioambientais relacionados às atividades da companhia, que busca uma atuação preventiva e proativa frente aos fatores de risco e dentro da qual são atualizados e acompanhados trimestralmente os indicadores de riscos ESG para verificação da ocorrência de desvios, que quando necessário são tratados junto à liderança para definição sobre a necessidade de planos de ação e/ou destinação de orçamento.

39.2.7 Riscos climáticos
Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.
A gestão destes riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e descarbonização e transição justa e cultura climática.
No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição estão constantemente investindo em novos ativos, novas tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agenda regulatória do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seus processos operacionais e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos.
No pilar de mitigação descarbonização, a Companhia contempla iniciativas voltadas à transição energética para uma matriz renovável e à redução de emissões, contemplando metas, compromissos públicos e ações necessárias para o atingimento dos objetivos de redução de emissões em curto, médio e longo prazos. Por fim, no pilar de transição justa e cultura climática, aproxima-se da sociedade presente nas regiões de atuação da Companhia, através de investimentos sociais e ações de comunicação que buscam viabilizar a transição energética de uma forma justa e sem deixar ninguém para trás.

39.2.8 Gestão de capital
Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.
Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Divida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2024 este índice foi de 1,75 vezes.

40 Compromissos contratuais e Garantias
40.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

							Controladora					
							31/12/2024				31/12/2023	
							2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total	Total
Obrigações de compra							475.521	204.782	421	43	680.767	253.850
Materiais e serviços							475.521	204.782	421	43	680.767	253.850
							Consolidado					
							31/12/2024				31/12/2023	
							2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais							22.478	18.032	640	281	41.431	53.698
Obrigações de compra												
Compra de Energia							4.612.791	6.541.691	5.147.120	17.091.889	33.393.491	46.347.250
Encargos de conexão e Transporte de Energia							1.196.639	2.028.747	937.870		4.163.256	6.104.728
Materiais e serviços							3.542.162	1.785.140	84.710	19.557	5.431.569	5.296.261
Prêmio de risco - GSF										21.488	21.488	25.637
							9.374.070	10.373.610	6.170.340	17.133.215	43.051.235	57.827.574

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Controladora						
31/12/2024						31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total	Total
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	454.173	236.666	594	73	691.506	268.262
	454.173	236.666	594	73	691.506	268.262
Consolidado						
31/12/2024						31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	21.886	20.815	917	458	44.076	53.813
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.492.691	7.708.990	6.719.717	31.835.957	50.757.355	61.526.258
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.196.617	2.392.759	1.196.171		4.785.547	6.748.576
Materiais e serviços	3.383.140	2.085.382	119.492	33.398	5.621.412	5.364.408
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
	9.094.334	12.207.946	8.036.297	31.919.864	61.258.441	73.743.106

40.2 Garantias

		Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
Garantias	Tipo de garantia	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguro de vida	Aval do Aclionista	441.605	424.609	441.605	424.609
Ações judiciais	Fiança Bancária; e Seguro Garantia	448.983	385.277	448.983	385.277
Contrato de Arrendamento	Recebíveis			31.192	35.879
Executante construtor	Seguro Garantia	201.299	37.809	223.387	58.762
Outros	Recebíveis; e Seguro Garantia	28.557	38.647	120.881	150.442
		1.120.444	886.342	1.266.048	1.054.969

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 26), Debêntures (Nota 27) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 28), estão demonstrados em suas respectivas notas.

41 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.
O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia elétrica e Clientes.
Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

41.1 Caracterização dos segmentos
Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.
A coluna "*Holding*" refere-se à Controladora, sendo a origem desse lucro, substancialmente, relacionado à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "*Holding*", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

41.1.1 Demonstração do Resultado

	2024								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.772.491	1.087.549	3.027.131	997.084	1.771.875	(700)	5.074	(1.213.315)	17.447.189
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(6.317.206)	(238.755)	(2.921.137)	(790.609)				1.210.219	(9.057.488)
Custo da produção da energia elétrica				(12.877)					(12.877)
Custo de operação	(1.107.822)	(155.431)	(8.387)	(92.891)	(101.242)			(1.391)	(1.467.164)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.500.320)		(355)	(37.911)	(595.868)	(4.260)			(2.138.714)
	(8.925.348)	(394.186)	(2.929.879)	(934.288)	(697.110)	(4.260)	-	1.208.828	(12.776.944)
Lucro bruto	2.847.143	693.363	97.252	62.796	1.074.765	(4.960)	5.074	(4.487)	4.770.946
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(165.920)		(1.084)	(3.650)					(170.654)
Despesas gerais e administrativas	(370.102)	(65.931)	(12.178)	(50.448)	(8.451)	(140.315)	(525)	(63.658)	(711.608)
Ganho na alienação de investimento						346.375			346.375
Outras Despesas e Receitas operacionais	(177.286)	(645)	120	(12.372)	(25.906)	(8.699)	(12.505)		(237.293)
	(713.308)	(66.576)	(13.142)	(66.470)	(34.357)	197.361	(13.030)	(63.658)	(737.180)
Resultado das participações societárias		140.789	177.267			1.996.064	231.334	(2.219.535)	325.919
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	2.133.835	767.576	261.377	(3.674)	1.040.408	2.188.465	223.378	(2.287.680)	4.323.685
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	649.810	64.411	22.098	10.452	30.748	139.763	206.151	(105.396)	1.018.037
Despesas financeiras	(1.314.982)	(197.312)	(99.318)	(10.750)	(312.761)	(50.599)	(381.125)	105.396	(2.261.243)
	(665.172)	(132.901)	(77.220)	(298)	(282.013)	89.164	(174.974)		(1.243.414)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.468.663	634.675	184.157	(3.972)	758.395	2.277.629	48.404	(2.287.680)	3.080.271
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.565)	(181.970)		(17.812)	(15.850)	(71)			(233.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(160.633)	21.312	11.221	15.849	(151.803)	4.058	(122.760)	5.347	(377.409)
	(178.198)	(160.658)	11.221	(1.963)	(167.653)	3.987	(122.760)	5.347	(610.677)
Resultado líquido do exercício	1.290.465	474.017	195.378	(5.935)	590.742	2.281.616	(74.356)	(2.282.333)	2.469.594
Atribuível aos acionistas controladores	1.290.465	294.361	195.378	(5.935)	582.420	2.281.616	(74.356)	(2.282.333)	2.281.616
Atribuível aos acionistas não controladores		179.656							187.978
					8.322				
					2023				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.197.048	2.001.546	3.046.909	671.819	1.814.024	5.667	-	(944.384)	17.792.629
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(5.915.030)	(233.631)	(2.882.173)	(512.862)				940.508	(8.603.188)
Custo da produção da energia elétrica		(107.232)		(26.029)					(133.261)
Custo de operação	(1.036.767)	(397.318)	(9.038)	(43.009)	(79.132)				(1.565.264)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.669.761)		(129)	(20.917)	(555.068)		(2.630)		(2.248.505)
	(8.621.558)	(738.181)	(2.891.340)	(602.817)	(634.200)	-	(2.630)	940.508	(12.550.218)
Lucro bruto	2.575.490	1.263.365	155.569	69.002	1.179.824	5.667	(2.630)	(3.876)	5.242.411
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(158.719)	(1.311)	(158)	(899)	(148)				(161.235)
Despesas gerais e administrativas	(288.887)	(83.489)	(13.379)	(53.224)	(36.996)	(154.089)	(3.390)	17.383	(616.071)
Ganho na alienação de investimento						(144.454)	(13.078)	21.745	(135.787)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(189.906)	(2.980)	1.232	14	(153.120)	(616.589)	(26.739)		(988.088)
	(637.512)	(87.780)	(12.305)	(54.109)	(190.264)	(915.132)	(43.207)	39.128	(1.901.181)
Resultado das participações societárias		76.261	98.330			1.878.573	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.937.978	1.251.846	241.594	14.893	989.560	969.108	127.534	(1.926.497)	3.606.016
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	268.335	228.016	12.143	10.027	55.151	143.018	72.706	(63.651)	725.745
Despesas financeiras	(1.038.911)	(510.030)	(91.634)	(10.997)	(417.442)	(38.821)	(371.182)	63.651	(2.415.366)
	(770.576)	(282.014)	(79.491)	(970)	(362.291)	104.197	(298.476)	-	(1.689.621)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.167.402	969.832	162.103	13.923	627.269	1.073.305	(170.942)	(1.926.497)	1.916.395
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(184.639)	(196.501)	(21.473)	(6.502)	(25.662)				(434.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(127.834)	(37.869)	8.330	890	(111.698)	99.280	74.434	(2.044)	(931.281)
	(312.473)	(234.370)	(13.143)	(5.612)	(137.360)	99.280	74.434	(2.044)	(561.288)
Resultado líquido do exercício	854.929	739.465	148.960	8.311	489.909	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Atribuível aos acionistas controladores	854.929	529.656	148.960	8.311	483.193	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585
Atribuível aos acionistas não controladores		205.806			6.716				212.522

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:									
	Controladora				Consolidado				
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Limite máximo de indenização
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	
Subestações					2.325.820	1.317.667	2.323.901		
Usinas					2.722.823		7.420.300		3.192.637
Linhas de Transmissão					39.185	39.185	39.185		39.185
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	49.103	65.000	49.103	65.000	1.102.202	213.490	598.405		213.490
Responsabilidade civil		208.800		336.664		852.800			1.008.664
Transportes (materiais)							119.224		21.100
Transportes (veículos)	360	360	360	360	720	361.800	720		362.880
Seguro de vida	66.228	(*)	70.766	(*)	521.645	(*)	531.939		(*)
Lucros cessantes									82.107
Risco de engenharia							641.866		641.866
(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.									
O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:									
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;									
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;									
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e									
(iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.									
O saldo apresentado como Responsabilidade civil no Consolidado, possui, além dos seguros da Companhia, o detalhamento conforme descrito abaixo:									
(i) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;									
(ii) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil obras para projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000;									
(iii) Enerpeixe: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000; e									
(iv) EDP São Paulo: responsabilidade civil para aeronáutica, com cobertura de até R\$598.									

42 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

42.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Controladora							
Efeito não caixa							
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	17	90.104	(26.059)			17.452	81.497
		90.104	(26.059)	-	-	17.452	81.497
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	14	283.894	(681.009)		1.553.480		1.156.365
Debêntures	27	25.297	(27.590)	776	1.517		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28	613.090	(624.781)		11.691		
Arrendamentos e aluguéis	16.5	19.716	(4.695)		8.838	21.769	45.628
		941.997	(1.338.075)	776	8.838	1.588.457	1.201.993
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		851.893	(1.312.016)	776	8.838	1.571.005	1.120.496

Controladora							
Efeito não caixa							
	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber		31.333	(7.848)	9.968	(3.349)	60.000	90.104
		31.333	(7.848)	9.968	(3.349)	60.000	90.104
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		558.012	(710.729)			436.611	283.894
Debêntures		48.293	(28.416)	1.871		3.549	25.297
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			600.000			13.090	613.090
Ações em tesouraria		(311.906)	(519.829)			831.735	
Arrendamentos e aluguéis		18.550	(3.879)		2.003	3.042	19.716
Capital social		5.502.716				500.000	6.002.716
		5.815.665	(662.853)	1.871	2.003	1.788.027	6.944.713
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		5.784.332	(655.005)	(8.097)	5.352	1.728.027	6.854.609

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Stilwell Andrade Presidente	Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira Vice-Presidente	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro
---------------------------------------	--	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Diretor-Presidente e de Relações com Investidores	Maria Marta de Figueiredo Gerales Diretora Financeira	Fábio William Loreti Diretor
--	--	---------------------------------

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor - Accounting SA Contador - CRC 1SP270715/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Administradores e Acionistas
EDP - Energias do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas («Consolidado»), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como «normas contábeis IFRS»).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura (Notas 15, 34 e 39.1.3) As controladas EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. e EDP Smart Energia Ltda. possuem operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia no período, a partir da data dos respectivos contratos, são registradas no balanço patrimonial e resultado do exercício. A determinação do valor justo desses contratos para as mensurações iniciais e posteriores demandam o estabelecimento de modelo financeiro com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da administração e podem impactar as demonstrações financeiras, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) sensibilizados e os preços de referência de energia (curva forward), comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados. Adicionalmente, recalculamos o valor justo dos contratos e avaliamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia futura. Com o auxílio de nossos especialistas em valorização de instrumentos financeiros, testamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos contratos de compra e venda de energia futura, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) sensibilizados e os preços de referência de energia (curva forward), comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados. Adicionalmente, recalculamos o valor justo dos contratos e avaliamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.
Mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, direito de concessão – infraestrutura das atividades de distribuição e ativos de concessão (Notas 21, 22 e 25) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro indenizável, direito de concessão – infraestrutura das atividades de distribuição e ativos da concessão, nos valores de R\$ 8.716.080 mil, R\$ 1.068.879 mil e R\$ 1.172.268 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, custo total de aquisição e construção deduzidos de amortização acumulada e ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICP 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro indenizável, intangível e ativos da concessão envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável, intangível e ativos da concessão.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo da concessão, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação. Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro indenizável, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados. Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas utilizados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.
Fornecimento não faturado (Notas 7, 7.3 e 34) A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia efetivamente distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecimento não faturado estimado somaria R\$ 611.697 mil, líquido de provisão não realizada. O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, a carga real de energia distribuída no mês e a tarifa vigente, além da utilização de premissas relacionadas às perdas anualizadas. Devido à complexidade dos dados utilizados, do alto volume de transações processadas mensalmente e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas e do volume não faturado, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas ainda não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Em complemento aos testes de controles realizados, descritos acima, avaliamos a metodologia utilizada para a mensuração da receita de energia distribuída no mês, confronto das tarifas utilizadas no cálculo com as tarifas vigentes aprovadas pelo órgão regulador e avaliação do índice de perda anualizado determinado pela administração. Também testamos a atualização monetária da receita não faturada por meio da multiplicação da carga líquida do mercado cativo não faturado pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Adicionalmente, confrontamos o volume total não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, com a carga total distribuída líquida menos o volume de energia faturada no mês. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras para avaliar se as divulgações estão consistentes com as informações e julgamentos utilizados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, à não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

